

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 195/2025
Data: 11/12/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
EX-COMANDANTE DA CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO ASSUME CARGO ESTRATÉGICO EM BRASÍLIA	4
TECON SANTOS 10: GOVERNO FEDERAL CONFIRMA QUE SEGUIRÁ RESTRIÇÕES DO TCU NO LEILÃO DE MEGATERMINAL	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	7
RECORDE HISTÓRICO: CARGAS CONTEINERIZADAS ATINGEM MAIOR MOVIMENTAÇÃO JÁ REGISTRADA	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	8
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA TERMO DE COMPROMISSO PARA MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE VARGINHA.....	8
MPOR E EMBRAER DISCUTEM FNAC E IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA EM AGENDA DO SETOR AÉREO	9
AEROPORTO DE LONDRINA (PR) RECEBE TECNOLOGIA QUE PERMITE POUSOS EM CONDIÇÕES ADVERSAS	10
MANAUS, PALMAS, PORTO VELHO E RIO BRANCO ELEVAM FLUXO DE PASSAGEIROS NA REGIÃO NORTE.....	11
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO APRESENTA PLANO DE INVESTIMENTOS DO AEROPORTO DE GUARULHOS NESTA QUINTA-FEIRA (11)	12
BRASIL AMPLIA DESEMPENHO PORTUÁRIO, CRESCE 9,8% EM OUTUBRO E MANTÉM PROJEÇÃO DE RECORDE ANUAL	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	13
FERNÃO DIAS: MAIS QUE PIB, A ESTRADA QUE TRANSPORTA A SAUDADE DE MILHÕES DE BRASILEIROS	13
GOVERNO DO BRASIL PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA QUE GARANTE BENEFÍCIOS AOS BONS MOTORISTAS	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – O INVESTIMENTO FERROVIÁRIO NOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO	17
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - TECON-10: TUDO ACERTADO, POUCO RESOLVIDO	17
ESPERIDIÃO AMIN PODE MUDAR TEXTO DA DOSIMETRIA E NÃO DESCARTA INCLUIR ANISTIA	20
NACIONAL - HUB – CURTAS - PLANO DE INVESTIMENTOS DO AEROPORTO DE GUARULHOS SERÁ APRESENTADO	21
<i>Investimento em Guarulhos</i>	<i>21</i>
<i>Mais equipamentos e novo píer</i>	<i>21</i>
<i>A pesquisa e os pré-candidatos.....</i>	<i>21</i>
<i>Empate no terceiro lugar.....</i>	<i>21</i>
<i>Relatório adiado para 2026.....</i>	<i>21</i>
PROJETO SERÁ VOTADO NA CCJ NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA, DIZ OTTO ALENCAR	22
GOVERNISTAS VÃO TENTAR ADIAR VOTAÇÃO DO PROJETO DA DOSIMETRIA PARA 2026.....	22
CÂMARA NOTIFICA EDUARDO BOLSONARO E RAMAGEM PARA DEFESA EM PROCESSOS DE CASSAÇÃO.....	23
CCJ DO SENADO APROVA FIM DA ESCALA 6X1 E PREVÊ JORNADA DE 36H SEMANAIS	24
CÂMARA APROVA NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DEIXA HOMESCHOOLING DE FORA.....	25
OPOSIÇÃO ACIONA TCU CONTRA CAMPANHAS DO GOVERNO LULA QUE ATACAM CONGRESSO	25
RENAN FILHO DIZ QUE NOVAS REGRAS DA CNH “COLOCAM DE VEZ O BRASIL NO SÉCULO XXI”.....	26
MINISTRO DETALHA AVANÇOS EM OBRAS RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS EM TODO O PAÍS.....	28
CODESUL APRESENTA PROPOSTAS E SE OPÕE A PROJETO DE ‘FATIAMENTO’ DA MALHA SUL	29
SANTOS BRASIL FIGURA NO TOPO DA INFRAESTRUTURA EM PREMIAÇÃO NACIONAL.....	31
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CRESCE EM OUTUBRO E REGISTRA MAIOR MARCA PARA CONTÊINERES.....	31
VPORTS ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 100 MILHÕES PARA OPERAÇÕES FERROVIÁRIAS EM 2026	32
CONGONHAS ENFRENTA CAOS APÓS CANCELAMENTO DE VOOS POR VENTANIA	33
PPSA ANUNCIA LEILÃO COM 106,5 MILHÕES DE BARRIS DA UNIÃO EM 2026	34
ANP LIBERA PARECER PARA PROJETO PILOTO DE EÓLICA OFFSHORE NO RIO GRANDE DO NORTE	35
PROJETO QUE DEFINE DIRETRIZES PARA MINERAIS CRÍTICOS TEM AVAL DA CAE.....	36
CNA PROJETA DESACELERAÇÃO DO AGRO E ALERTA PARA FRAGILIDADES EM 2026	38
DINÂMICAS INTERNACIONAIS ACENDEM ALERTA.....	39
INFLAÇÃO DE 0,18% EM NOVEMBRO É A MENOR PARA O MÊS NOS ÚLTIMOS SETE ANOS	40
IPCA DE DEZEMBRO TEM QUE SER DE NO MÁXIMO 0,56% PARA FECHAR ANO A 4,5%, CALCULA IBGE	41
BANCO CENTRAL MANTÉM JUROS BÁSICOS EM 15% AO ANO PELA QUARTA VEZ SEGUIDA	42
ENTIDADES EMPRESARIAIS E SINDICAIS CRITICAM CAUTELA E COBRAM INÍCIO DO CORTE NA SELIC.....	43
COM ANÚNCIO DO FED, IBOVESPA SOBE 0,69% E RETOMA A LINHA DOS 159 MIL PONTOS	44
DÓLAR SOBE NA CONTRAMÃO DO EXTERIOR COM QUADRO ELEITORAL NO RADAR	45
JUSTIÇA SUSPENDE BENEFÍCIOS VITALÍCIOS DE BOLSONARO ENQUANTO ELE ESTIVER NA PRISÃO	45
DEFESA DO EX-PRESIDENTE PEDE DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PARA VISITAS DE MICHELLE E FILHOS.....	47
GILMAR MENDES ATENDE SENADO E RECONSIDERA LIMINAR SOBRE IMPEACHMENT DE MINISTROS	47
STF RETOMA JULGAMENTO DO MARCO TEMPORAL COM A FASE DE MANIFESTAÇÃO DAS PARTES.....	49
JUSTIÇA SE ARRASTA E MARCOLA E CÚPULA DO PCC SE LIVRAM DO MAIOR PROCESSO CONTRA A FACÇÃO.....	49



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 195/2025
Página 3 de 78
Data: 11/12/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

CNJ VÊ 'ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESTRUTURADA' NO TRT DO RIO DE JANEIRO	50
TRUMP SINALIZA SER CONTRA PRISÃO DE LÍDER DA OPOSIÇÃO NA VENEZUELA E AMEAÇA COLÔMBIA	51
TURISTAS QUE NÃO PRECISAM DE VISTO PODEM TER DE EXPOR AOS EUA HISTÓRICO DE REDES.....	52
DESABAMENTO DE PRÉDIOS DEIXA AO MENOS 22 MORTOS NO MARROCOS.....	53
JORNAL O GLOBO – RJ.....	53
PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO CAI AO MENOR VALOR DO ANO, MAS GASOLINA E GÁS DE COZINHA NÃO ACOMPANHAM, SEGUNDO O INEEP.....	53
PETROLEIRO APREENDIDO NA COSTA VENEZUELANA SERÁ LEVADO A UM PORTO DOS EUA E O PETRÓLEO SERÁ CONFISCADO54	
MOTIVA SUPERA ARTERIS E VENCE LEILÃO DE REPACTUAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA FERNÃO DIAS	56
PLANO DE INVESTIMENTOS NO AEROPORTO DE GUARULHOS SERÁ DE R\$ 2,5 BI	58
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	59
TARCÍSIO PEDE AÇÃO FEDERAL NA ENEL APÓS APAGÃO: 'A GENTE NÃO PODE FICAR REFÉM; INTERVENÇÃO FUNCIONA'	59
MOTIVA, EX-CCR, VENCE LEILÃO DE CONCESSÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS, COM DESÁGIO DE 17,05%.....	60
OPPORTUNITY É FAVORITO A COMPRAR EX-PROJETO BILIONÁRIO DE MINA E PORTO DE EIKE BATISTA	62
MOTIVA CHEGA A MG E VIRA LÍDER EM EXTENSÃO DE RODOVIAS ADMINISTRADAS APÓS CONQUISTA DA FERNÃO DIAS	64
A CHINA PEDE AO MÉXICO QUE ABANDONE 'PRÁTICAS PROTECIONISTAS', APÓS TARIFAÇO MEXICANO	65
VALOR ECONÔMICO (SP).....	66
AEROPORTO DE CONGONHAS ESTENDE OPERAÇÃO APÓS CANCELAMENTOS E ATRASOS DE VOOS EM SÃO PAULO	66
GOVERNO INSTITUI PROGRAMA PARA DESCARBONIZAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO E DE NAVEGAÇÃO	67
MOTIVA, EX-CCR, CONQUISTA CONCESSÃO DA FERNÃO DIAS, COM 17,05% DE DESCONTO SOBRE PEDÁGIO.....	68
EUA APLICAM SANÇÕES CONTRA SOBRINHOS DE MADURO E SEIS NAVIOS COM PETRÓLEO DA VENEZUELA.....	70
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	71
BRADO MODERNIZA OPERAÇÃO LOGÍSTICA EM TERMINAIS EM SP E MT	71
ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ SERÁ TRANSFERIDA EM JANEIRO PARA CODEBA.....	72
MARINHA ASSINA COM ESTALEIRO INDIANO ACORDO PARA MANUTENÇÃO DE SUBMARINOS.....	72
SUAPE FORTALECE RELAÇÕES COM SUDESTE ASIÁTICO E MIRA NOVAS ROTAS COMERCIAIS	73
ABTRA ELEGE CONSELHOS DIRETIVOS PARA 2026-2028	73
WSC DEFENDE PAPEL DO TRANSPORTE MARÍTIMO NA DESCARBONIZAÇÃO	74
LOTE A DOS GASEIROS PODE SER CONSTRUÍDO NO ORIENTE MÉDIO	75
CÂMARA DE NITERÓI APROVA PL DO REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DO SETOR NAVAL	76
SÉRGIO BACCI, DA TRANSPETRO: 20 NAVIOS PARA LICITAR EM 4 ANOS	76
TRANSPETRO RECEBE CERTIFICAÇÃO MÁXIMA DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	77
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	78
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	78



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EX-COMANDANTE DA CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO ASSUME CARGO ESTRATÉGICO EM BRASÍLIA

Contra-almirante Robledo de Lemos Costa e Sá passa a liderar a Secirm, órgão responsável pelas políticas do mar e da Amazônia Azul

Por Bárbara Farias 11 de dezembro de 2025



Em 2025, o contra-almirante Robledo de Lemos Costa e Sá completa 36 anos dedicados à Marinha (Divulgação)

Ex-capitão dos Portos de São Paulo, com atuação efetiva no Porto de Santos entre 2022 e 2024, o contra-almirante Robledo de Lemos Costa e Sá assumiu o comando da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm), no último dia 24, em Brasília. A Secirm integra a Marinha do Brasil.

Com 36 anos de serviços prestados à Autoridade Marítima Brasileira, Robledo disse que encara o seu novo ofício como “uma oportunidade de dar continuidade ao legado de todos que construíram a história da Secirm”, cuja atuação é voltada “ao desenvolvimento sustentável do Brasil e pela ampliação da Amazônia Azul, rica em minerais essenciais”.

Segundo o novo secretário, a sua principal atribuição é assessorar o comandante da Marinha, o almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, que também é o coordenador da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm). “Como seu secretário, além da organização e secretariado das duas reuniões plenárias da comissão realizadas anualmente, terei a responsabilidade de manter a sinergia e o consenso entre os 18 ministérios membros da Cirm a fim de atingir as metas e objetivos estabelecidos nos planos setoriais e políticas públicas voltadas para o mar e à Antártica, sob coordenação da Cirm”, explicou.

Robledo explicou ainda que o papel da secretaria é “fomentar pesquisas, difundir o conhecimento científico, realizar a manutenção e ocupação de áreas de interesse nacional e orientar a pesquisa científica e a exploração sustentável dos recursos vivos e não vivos da Amazônia Azul e na Antártica”.

“Considero fundamental avançar no Planejamento Espacial Marinho, que organiza as atividades econômicas e sociais no mar. Essa ferramenta é crucial para proteger os ecossistemas e garantir o uso sustentável dos recursos. Meu compromisso é assegurar benefícios justos e duradouros para as gerações atuais e futuras”, ressaltou.

Robledo disse também que a secretaria atua junto aos ministérios das Relações Exteriores, Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ciência, Tecnologia e Inovação e junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Biografia

O contra-almirante Robledo de Lemos Costa e Sá ingressou na Marinha do Brasil em 1989, completando 36 anos dedicados à Força Naval em 2025. Em janeiro de 2022 assumiu o comando da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), onde permaneceu até janeiro de 2024.

Em seguida, foi designado ao cargo de encarregado da Divisão de Diplomacia Naval, subordinada à Subchefia de Relações Internacionais do Estado-Maior da Armada, sendo promovido a chefe do Estado-Maior do Comando do 1º Distrito Naval. E, no último dia 24 de novembro, foi nomeado secretário da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm).

Avanço

“Considero fundamental avançar no Planejamento Espacial Marinho, que organiza as atividades econômicas e sociais no mar. Essa ferramenta é crucial para proteger os ecossistemas e garantir o uso sustentável dos recursos”, Robledo de Lemos Costa e Sá, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

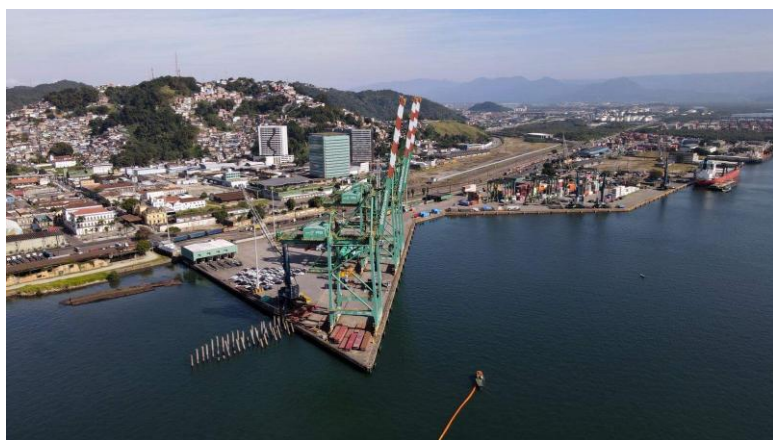
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/12/2025

TECON SANTOS 10: GOVERNO FEDERAL CONFIRMA QUE SEGUIRÁ RESTRIÇÕES DO TCU NO LEILÃO DE MEGATERMINAL

Secretário nacional de Portos afirma que Ministério já se prepara para ajustar o processo conforme determinação da Corte de Contas

Por Maurício Martins e Bárbara Farias 11 de dezembro de 2025



Governo espera leiloar a área em março do ano que vem, mas gigantes armadoras impedidas de participar já miram em processos judiciais (Alexsander Ferraz/AT)

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) vai acatar a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), que definiu, na última segunda-feira, restrições à participação de empresas no leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó. A

informação foi confirmada pelo secretário nacional de Portos, Alex Ávila, em entrevista para a Tribuna.

O modelo definido pelo TCU é mais restritivo do que o proposto pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A Corte de Contas propõe o leilão em duas fases, proibindo a participação de todos os armadores (grupos empresariais donos das frotas de navios) na primeira. A segunda etapa só ocorre se não houver interessados na inicial.

A Antaq havia definido a restrição apenas para empresas que já possuem terminais de contêineres no Porto de Santos (incumbentes). É o caso das gigantes da navegação Maersk e MSC, sócias do terminal BTP, e da CMA CGM, que controla a Santos Brasil. A decisão do TCU veta, por exemplo, a estatal chinesa Cosco, que tem interesse no certame.

“A gente já se posicionou sobre esse assunto, apoiando a modelagem proposta pela Antaq. O Tribunal traz um elemento adicional. A gente precisa ler o acórdão para ver como faz para aplicar. Mas nós vamos dar cumprimento ao que o Tribunal de Contas determina”, afirma Alex Ávila.

Próximos passos

O secretário nacional de Portos explicou que o MPor espera a documentação completa do TCU para se debruçar sobre o tema e formalizar os ajustes no processo. Segundo ele, o mais importante é que o processo continue avançando para que o leilão ocorra em março do próximo ano.

“Tivemos um passo extremamente importante, o Tribunal de Contas concluiu o julgamento da sua análise. Agora, vamos receber isso no Ministério e dar o devido tratamento”, diz Ávila. Ele destacou que a orientação é “foco total e prioridade absoluta na condução desse assunto”.



**Alex Ávila, secretário nacional de Portos
(Alexsander Ferraz/AT)**

Vamos cumprir

“A gente já se posicionou sobre esse assunto, apoiando a modelagem proposta pela Antaq. O Tribunal traz um elemento adicional. A gente precisa ler o acórdão para ver como faz para aplicar. Mas nós vamos dar cumprimento ao que o Tribunal de Contas determina”, Alex Ávila, secretário nacional de Portos.

Licitação em março

O leilão do Tecon Santos 10 deverá ser realizado na primeira quinzena de março de 2026, com critério de maior valor de outorga (verba que o ganhador deve pagar ao poder público), segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). O ministério informou que pretende publicar o edital de licitação em janeiro, logo após realizar um roadshow (apresentação do projeto) em embaixadas e empresas interessadas.

O MPor irá acolher a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e estipular um valor de outorga mínimo para recebimento de uma quantia razoável para o erário e compatível com o porte do empreendimento.

O Tecon Santos 10 terá investimentos de R\$ 6,45 bilhões e deve ampliar em 50% a capacidade de movimentação de contêineres do Porto de Santos. O empreendimento tem uma estimativa de geração de 2,5 mil empregos diretos e 5 mil indiretos.

“Esperamos uma ampla participação no leilão, já que há muitas empresas nacionais e internacionais interessadas no certame. Sem dúvida, será o maior leilão da história e bastante competitivo”, afirma Alex Ávila, secretário nacional de Portos.

O Tecon Santos 10 ocupará área de 621,9 mil metros quadrados (m²) no cais do Saboó, no Porto de Santos. Deve operar 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) e 91 mil toneladas de carga geral. O contrato é de 25 anos.

Segundo o projeto, serão construídos quatro berços de atracação de navios para embarque e desembarque. O futuro arrendatário custeará a infraestrutura aquática do futuro Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, a ser transferido para o Valongo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/12/2025

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

RECORDE HISTÓRICO: CARGAS CONTEINERIZADAS ATINGEM MAIOR MOVIMENTAÇÃO JÁ REGISTRADA



Acumulado da movimentação total do ano também apresentou crescimento acima da média

Brasília, 10/12/2025 – A movimentação de cargas containerizadas alcançou, em outubro, o maior volume já registrado na série histórica, consolidando o ritmo robusto de crescimento desse perfil de carga, que vem apresentando altas consecutivas ao longo de 2025.

Foram movimentados 15,3 milhões de contêineres no mês, segundo os dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Isso representa uma alta de 11,62% em relação ao mesmo período do ano passado.

A movimentação em TEUs foi de 1,4 milhão. Desse total, 1 milhão de toneladas foram movimentadas em longo curso e 0,4 milhão por cabotagem.

Movimentação total

Batendo mais um recorde, os portos brasileiros movimentaram 1,16 bilhão de toneladas de cargas no acumulado entre janeiro e outubro, marca que segue a tendência de alta do ano. O valor representa um aumento de 4,03% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Em outubro, a movimentação total do setor foi de 121,5 milhões (+9,8%). O número também foi o maior para o mês na série histórica.

As cargas que tiveram a maior movimentação no décimo mês do ano foram: coque de petróleo, com movimentação de 0,72 milhão de toneladas e crescimento de 130,69%; soja que atingiu movimentação de 6,96 milhões e alta de 39,42%; e milho que movimentou 7,89 milhões e avançou 26,15%.

Cargas e navegação

Ao longo do mês de outubro também houve recorde na movimentação de graneis sólidos, com 73 milhões e crescimento de 11,38%. Foram movimentados 28,1 milhões de toneladas de graneis líquidos no décimo mês do ano, um crescimento de 10,82%, enquanto carga geral movimentou 5,1 milhões (-15,63%).

Outros recordes aconteceram nas navegações de longo curso, cabotagem e interior. O primeiro foi responsável pela movimentação de 89,9 milhões de toneladas de cargas, um aumento de 7,66%; a movimentação de cabotagem atingiu 25,6 milhões de toneladas, um crescimento de 9,75%; e a navegação interior movimentou 5,9 milhões de toneladas, uma alta de 57,7%.

Portos Públicos

Os portos públicos movimentaram 42,8 milhões de toneladas de cargas em outubro de 2025. O número representa aumento de 3,43% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Entre os 20 portos públicos que mais movimentam no país, o com maior crescimento percentual no décimo mês do ano foi o Porto de Santarém (PA). O aumento foi de 57,98%, em comparação com outubro de 2024, e a movimentação atingiu 1,1 milhão de toneladas.

Terminais Privados

Nos terminais autorizados houve um crescimento de 13,62% na movimentação em relação a outubro do ano passado. O setor movimentou 78,7 milhões de toneladas de cargas.

Entre os 20 TUPs que mais movimentaram em setembro, o com o maior crescimento de movimentação, comparado ao mesmo mês do ano passado[1], é o Terminal de Petróleo Tpet/Toil - Açu (RJ) com uma alta de 85,52%. O terminal movimentou 5,3 milhões de toneladas de cargas.

Painel Estatístico

O Painel Estatístico da ANTAQ pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 11/12/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA TERMO DE COMPROMISSO PARA MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE VARGINHA

Investimento de R\$ 1,57 milhão fortalece segurança operacional e prepara o terminal para futuros projetos de ampliação



Com operação regular e classificado no cenário Base do Plano Aeroviário Nacional (PAN), o Aeroporto de Varginha movimenta cerca de 100 mil passageiros por ano- Jonilton Lima/Mpor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) oficializou a assinatura do Termo de Compromisso para a implantação do sistema PAPI, tecnologia fundamental para aumentar a segurança nas aproximações e pousos de aeronaves no Aeroporto Major Brigadeiro Trompowsky. O investimento, de R\$ 1.576.882,20 em recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac),

permitirá a aquisição, instalação e homologação do equipamento nas cabeceiras 22/04, abrindo caminho para operações mais seguras, previsíveis e modernas.

Além do avanço imediato, o anúncio confirma Varginha na nova carteira de investimentos da Secretaria de Aviação Civil (SAC). Em parceria com o LabTrans/UFSC, o governo prepara o Projeto Básico que vai orientar futuras obras de reforma e ampliação da infraestrutura aeroportuária, estudos previstos para conclusão em 2027.

Ao celebrar o anúncio, o ministro Silvio Costa Filho destacou o papel estratégico do aeroporto. “Varginha é um polo regional, com influência direta sobre 53 municípios. Esse investimento não beneficia apenas a cidade, mas toda a região. O PAPI é mais do que um equipamento técnico, é um passo decisivo para ampliar a conectividade, a segurança e o desenvolvimento”, afirmou.

O prefeito de Varginha, Leonardo Ciacchi enfatizou que o anúncio representa mais do que tecnologia representa avanço. “É nos municípios que a vida acontece e onde as transformações começam. Esses investimentos precisam continuar chegando e se traduzindo em mais qualidade de vida para a população”, afirmou.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também presente, reforçou a importância da entrega. “O sistema PAPI será fundamental para reforçar a segurança das operações aéreas no Aeroporto de Varginha. Esse é um avanço importante para Minas Gerais e para toda a aviação regional”, destacou.

Polo econômico e logístico

Com operação regular e classificado no cenário Base do Plano Aeroviário Nacional (PAN), o Aeroporto de Varginha movimentará cerca de 100 mil passageiros por ano, número que pode dobrar até 2035 com a modernização da infraestrutura e a ampliação da conectividade aérea.

Durante a cerimônia, autoridades destacaram como o investimento reforça o compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento da aviação regional. A deputada federal Greyce Elias destacou o impacto do investimento. “O PAPI vai ampliar a capacidade de navegação aérea com mais segurança, o que é essencial para atrair investimentos, turismo e novas oportunidades”, disse.

Varginha é um dos principais centros logísticos do sul de Minas Gerais. A cidade, referência nacional na produção e exportação de café, concentra operações que movimentam emprego, renda e desenvolvimento. Com o novo investimento, o aeroporto se prepara para consolidar seu papel como porta de entrada e saída para negócios, turismo e circulação regional, elevando o padrão de segurança e eficiência das operações.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/12/2025

MPOR E EMBRAER DISCUTEM FNAC E IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA EM AGENDA DO SETOR AÉREO

Encontro reforça alinhamento entre governo e indústria para ampliar conectividade aérea, estimular inovação e impulsionar o crescimento da aviação nacional



Reunião tratou de temas como o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e os impactos da Reforma Tributária no segmento - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Embraer consolidaram, nesta quarta-feira (10), uma agenda conjunta voltada ao fortalecimento da aviação brasileira e ao desenvolvimento da indústria aeronáutica nacional. O ministro Silvio Costa Filho reuniu-se com Francisco Gomes Neto, Presidente e CEO da Embraer S.A., para discutir medidas

estratégicas que ampliem a competitividade do setor e estimulem a expansão da aviação comercial e regional no país.

A reunião tratou de temas como o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e os impactos da Reforma Tributária no segmento. As autoridades discutiram melhorias no ambiente regulatório e instrumentos que incentivem investimentos e fortaleçam a presença da indústria aeronáutica nacional no mercado global. O secretário executivo do MPor, Tomé Barros Monteiro de Franca, e o secretário nacional da Aviação Civil, Daniel Ramos Longo, também participaram do encontro.

Durante o encontro, o ministro Silvio Costa Filho destacou a importância da parceria estratégica com a Embraer para o desenvolvimento do setor aéreo. “O Brasil tem uma das maiores fabricantes de aeronaves do mundo e nosso papel, como governo, é criar condições para que essa indústria continue crescendo, inovando e ampliando a aviação regional. Trabalhar ao lado da Embraer é fundamental para garantir um setor mais competitivo, moderno e acessível à população”, afirmou.

O presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, ressaltou o alinhamento da empresa com as políticas públicas conduzidas pelo MPor. “A Embraer está comprometida com o fortalecimento da aviação brasileira. A parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos é essencial para avançarmos em inovação, sustentabilidade e na ampliação da conectividade aérea, sempre com foco no desenvolvimento econômico e social do país”, destacou.

O encontro também tratou do avanço do programa de mobilidade aérea da Eve Air Mobility, empresa da Embraer que recebeu aprovação do BNDES para um financiamento de cerca de R\$ 200 milhões destinado ao desenvolvimento do eVTOL. Os recursos apoiarão a integração dos motores elétricos e a realização dos testes exigidos para a certificação de tipo pela Anac, reforçando o posicionamento do Brasil na mobilidade aérea sustentável e na inovação do setor.

O alinhamento entre governo, indústria e órgãos reguladores tem permitido ao MPor estruturar ações que modernizam a aviação brasileira, fortalecem a cadeia produtiva aeronáutica e estimulam o desenvolvimento de tecnologias capazes de ampliar o acesso e aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 11/12/2025

AEROPORTO DE LONDRINA (PR) RECEBE TECNOLOGIA QUE PERMITE POUSOS EM CONDIÇÕES ADVERSAS

Equipamento permite aproximação de aeronaves mesmo com baixa visibilidade e deve reduzir o número de cancelamento de voos no terminal



O secretário de Aviação Civil, Daniel Longo, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), participou, na manhã desta quarta-feira (10), da cerimônia de inauguração do Sistema de Pouso por Instrumentos (ILS) do Aeroporto de Londrina, no Paraná (PR). O equipamento permite operações de pouso e decolagens em condições de baixa visibilidade como chuvas forte e nevoeiro.

Para o secretário a operação do ILS eleva o padrão de segurança e eficiência do aeroporto a um novo nível. “Com a precisão desse sistema, diminuímos de forma

significativa os impactos de condições meteorológicas e ampliamos a capacidade operacional. Isso representa voos mais regulares, menor índice de arremetidas, mais oferta e mais confiança para empresas e passageiros.” pontuou.

A entrada em operação do ILS conclui mais uma etapa das obras de melhorias no aeroporto. Em janeiro, o ministro Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho participou da inauguração do terminal, que recebeu investimento de R\$ 180 milhões realizados pelo grupo Motiva, gestora do aeroporto. As obras contemplaram um aumento de 40% na área do terminal, passando de 8.500 m² para 11.500 m², uma nova e ampla sala de embarque de passageiros, ampliação do pátio de aeronaves, realocação dos sistemas de navegação (PAPI) e as infraestruturas necessárias para receber o ILS.

Em mensagem, o ministro reafirmou o compromisso com a modernização dos aeroportos. “Essa é uma demanda antiga da população e de toda a região. Com o ILS, nós vamos preparar o nosso aeroporto para cada vez mais operar com segurança, receber mais voos e evitar cancelamentos pelo mau tempo. Essa é uma ação conjunta a favor da cidade de Londrina, sobretudo fortalecendo o turismo de negócios, o turismo de lazer e desenvolvendo essa região tão estratégica para o estado do Paraná.”, declarou Silvio Costa Filho.

O aeroporto de Londrina opera, em média, 700 voos e movimenta cerca de 50 mil passageiros por mês. Em Londrina, o ILS Categoria I permite aproximações com altura mínima de 60 metros e visibilidade de pelo menos 800 metros, o que garante maior segurança nas operações. O equipamento deve reduzir o número de cancelamento de voos no terminal o que possibilita um melhor aproveitamento da estrutura por parte das empresas aéreas.

Segurança

O ILS é usado para permitir pousos com mais segurança quando a visibilidade está ruim, como em dias de nevoeiro ou chuva forte. Ele permite que o piloto enxergue melhor o caminho da pista, seguindo limites de visibilidade que variam conforme a categoria do equipamento que pode ser um, dois ou três.

Hoje, o Brasil tem 46 sistemas ILS instalados, que é considerado um dos sistemas mais avançados do mundo quando falamos de precisão para pousos. A tecnologia básica é a mesma em todas as categorias; o que muda são os ajustes de precisão, os equipamentos adicionais e algumas adaptações na infraestrutura do aeroporto.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 11/12/2025

MANAUS, PALMAS, PORTO VELHO E RIO BRANCO ELEVAM FLUXO DE PASSAGEIROS NA REGIÃO NORTE

Levantamento da Anac aponta crescimento expressivo nos terminais que, juntos, responderam por 44% da movimentação aérea da região em outubro

Aeroporto de Belém - Foto: Infraero



Os aeroportos de Manaus (AM), Palmas (TO), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) foram os responsáveis por puxar o crescimento da aviação na região Norte em outubro de 2025. Juntos, os quatro terminais responderam por 44% de toda a movimentação regional, que alcançou 464.706 passageiros no mês, segundo levantamento da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, registrou 132.487 passageiros, alta de 5,5% em relação a outubro de 2024 (125.568). O crescimento consolida o terminal como a segunda principal porta de entrada da região, atendendo tanto ao turismo quanto ao transporte aéreo de cargas e conexões domésticas.

A capital tocantinense também apresentou avanço. O aeroporto de Palmas movimentou 30.585 passageiros, frente aos 29.349 registrados no ano anterior, um crescimento de 4,2%.

O Aeroporto de Porto Velho foi um dos maiores destaques do mês, registrando um salto de 22.146 para 24.314 passageiros, o que representa crescimento de 9,8%. A ampliação da demanda fortalece a conectividade de Rondônia com outras capitais do país e evidencia a recuperação do fluxo doméstico.

No Acre, o aeroporto de Rio Branco movimentou 16.665 passageiros, aumento de 8,5% em comparação aos 15.355 do ano anterior.

Os quatro terminais concentram quase metade de toda a movimentação aérea do Norte e são fundamentais para reduzir distâncias, integrar estados amazônicos e fortalecer o dinamismo

econômico da região. O desempenho de outubro indica um cenário de retomada sustentável, apoiado na expansão da malha aérea e na confiança crescente do passageiro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/12/2025

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO APRESENTA PLANO DE INVESTIMENTOS DO AEROPORTO DE GUARULHOS NESTA QUINTA-FEIRA (11)

Evento em Guarulhos vai detalhar as obras de expansão, modernização e reforço da segurança do maior aeroporto do país

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o diretor-presidente da GRU Airport, Osvaldo Garcia, apresentam, nesta quinta-feira (11), o Plano de Investimentos do Aeroporto Internacional de Guarulhos, que inclui a ampliação da capacidade operacional do aeródromo, fortalecimento da segurança e melhoria na experiência dos passageiros.

O anúncio marca mais um avanço na modernização da infraestrutura aeroportuária brasileira, especialmente após a repactuação do contrato de concessão do aeroporto, que permitiu a retomada de investimentos estratégicos no terminal.

Os recursos serão aplicados na ampliação e modernização da Delegacia da Polícia Federal no aeroporto, com aumento da área física e melhoria das condições de trabalho, o que garante mais agilidade no controle migratório e nas ações de segurança; instalação de novos equipamentos de segurança no terminal; construção do novo píer, que amplia a capacidade de atendimento de passageiros no Terminal 3, entre outros. As obras e melhorias em andamento e previstas garantem mais capacidade, mais conforto e bem-estar aos passageiros.

Credenciamento

Ao final da cerimônia, o ministro atenderá os profissionais de imprensa. Os interessados na cobertura do evento poderão solicitar a participação pelo e-mail ascom@mpor.gov.br. Não está prevista transmissão.

Serviço

O quê: Apresentação do Plano de Investimentos do Aeroporto de Guarulhos

Quando: Quinta-feira, 11 de dezembro

Horário: 10h

Onde: Sala de Imprensa do Aeroporto de Guarulhos – Terminal 2, Mezanino

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/12/2025

BRASIL AMPLIA DESEMPENHO PORTUÁRIO, CRESCE 9,8% EM OUTUBRO E MANTÉM PROJEÇÃO DE RECORDE ANUAL

Ambiente econômico favorável e maior confiança internacional impulsionam o fluxo de cargas nos portos brasileiros



Movimentação de cargas em portos - Foto: Divulgação

A movimentação portuária brasileira voltou a acelerar em outubro, quando os terminais nacionais alcançaram 121,5 milhões de toneladas, resultado 9,8% superior ao registrado no mesmo mês de 2024. Os números integram levantamento do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com base em dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), e mostram que o desempenho acumulado entre janeiro e outubro já chega a 1,16 milhão

de toneladas, um avanço de 4% sobre igual período do ano anterior.

O resultado da carga containerizada foi decisivo para o crescimento no indicador geral. Em outubro, o segmento apresentou alta de 11,6% e atingiu a maior movimentação mensal da série histórica monitorada pela agência reguladora. Os dados completos foram divulgados na manhã desta quarta-feira (10) por meio do Estatístico Aquaviário da Antaq.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o desempenho reforça a tendência de expansão observada ao longo do ano. Ele afirma que o país deve alcançar novo recorde em 2025, superando em pelo menos 150 milhões de toneladas a marca registrada em 2022. Segundo o ministro, a evolução do setor está diretamente ligada à melhoria das condições econômicas do Brasil, que traz previsibilidade às negociações globais, fortalece a confiança de investidores e sustenta empregos no país. “O resultado apurado se deve à melhoria das condições econômicas de nosso país, que dão previsibilidade às negociações globais, segurança aos investidores e emprego e renda aos trabalhadores brasileiros”, destacou.

A movimentação voltada ao comércio exterior continua predominante nos portos brasileiros. Entre janeiro e outubro, mais de 830 milhões de toneladas foram destinadas a exportações e importações, aumento de 3,8% em relação a 2024. A cabotagem somou 190,8 milhões de toneladas no período, o equivalente a 16,4% do total movimentado. Já o transporte por vias interiores respondeu por 9,9%, alcançando 115,4 milhões de toneladas.

No acumulado do ano, a movimentação de contêineres segue entre os segmentos de maior crescimento, com alta de 5,3% em comparação aos primeiros dez meses de 2024 e total de 136 milhões de toneladas. Os graneis sólidos permanecem na liderança, com 692,8 milhões de toneladas, seguidos pelos graneis líquidos, que somaram 275 milhões de toneladas.

Os indicadores de outubro reforçam a trajetória de avanço do setor portuário e a consolidação de uma logística mais eficiente e integrada no país. A continuidade desse movimento aponta para um ambiente operacional cada vez mais robusto, com capacidade ampliada para sustentar o crescimento do comércio exterior e das cadeias produtivas brasileiras.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/12/2025

Fluxo na rodovia que vai a leilão nesta quinta (11) se intensifica com a chegada das festas de fim de ano



Ligando São Paulo a Minas Gerais, a BR-381 recebe cerca de 250 mil veículos por dia e contará com R\$ 14,8 bilhões em investimentos do novo contrato de concessão. - Foto: Gabriel De Angelis/MT

Elo entre dois dos maiores centros econômicos do país - São Paulo e Minas Gerais -, a BR-381, mais conhecida como Fernão Dias, recebe cerca de 250 mil veículos por dia.

No último ranking do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos estados brasileiros com maior PIB, São Paulo ocupava a primeira posição, enquanto Minas Gerais estava em terceiro. O Sudeste respondia por mais de 52% da contribuição nacional.

Mas, para além da riqueza que passa por essa, que é uma das rodovias mais importantes para o país, estão histórias e saudades de pessoas como a Débora.

“Quando vai chegando essa época do ano, eu já fico super ansiosa para viajar para minha cidade no interior, visitar meus parentes, minha mãe, minhas irmãs, meu pai...e a grande possibilitadora desse encontro é a Fernão Dias”, conta Débora Mendes.

A cabeleireira, que mora em Belo Horizonte (MG), utiliza frequentemente a estrada para visitar a família, que vive no interior do estado.

A rodovia, que liga as cidades de Contagem (MG) e Guarulhos (SP), atende 16,6 milhões de habitantes, apresentando um crescimento considerável de tráfego no final de ano por ser um dos acessos do maior aeroporto da América Latina a outras regiões do país, como o Centro-Oeste e o Sul.

“Quando eu quero economizar, vou de ônibus, mas já aconteceu de eu ter que descer em Guarulhos e de lá vim de táxi ou motorista de aplicativo. E quando vou fazer compras, eu sempre vou dirigindo”, complementou Débora.



INFOGRAFICO - TRANSITO NA FERNAO DIAS_INFOGRAFICO

É essa estrada, tão importante para a economia e para as pessoas, vai a leilão nesta quinta-feira (11) e receberá investimento de R\$14,8 bilhões.

Uma categoria que irá se beneficiar com as melhorias e a ampliação da capacidade da Fernão Dias, previstos no novo contrato de concessão, é a de motoristas como Marcos Silveira. O taxista trabalha nos arredores do

Aeroporto de Guarulhos.

“Próximo ao Natal e às festas, há um aumento nas viagens mais longas, porque as pessoas não querem perder tempo com a família ou ter que pegar um ônibus. Se a estrada estiver melhor, os passageiros vão querer utilizá-la com mais frequência e eu vou poder fazer o percurso com mais tranquilidade e segurança”, diz ele.

Atenção: Papai Noel na pista

Nesta época de festas, em que a tradição de presentear se transforma em um grande movimento de comércio e logística, a Fernão Dias se torna ainda mais essencial.

Os Correios, maior empresa de entregas do Brasil, têm um de seus centros de operação no município de São Paulo. Cerca de 50 caminhões e carretas chegam, diariamente, para receber a carga e seguir para as etapas seguintes do processo de logística. Somente no ano passado foram movimentados cerca de 6,5 milhões de itens no segmento de mensagens e envelopes e 2 milhões de encomendas por dia.

“Pode parecer pouco, mas meia ou uma hora que você ganha em um trajeto faz muita diferença. O conjunto da obra vai favorecer — fazer uma entrega com mais qualidade, eficiência e tranquilidade. Acho que tanto o cliente quanto a empresa Correios, nesse caso, ganham”, destaca o coordenador regional de Operações dos Correios, Robson da Costa, ao detalhar como as intervenções previstas na rodovia irão aumentar a eficiência do trabalho.

Infraestrutura acelerada

Outra grande cadeia industrial presente na Fernão Dias e que atende ao sonho de milhões de brasileiros, é o Polo Automotivo Stellantis de Betim (MG), onde ocorre a produção de motores para todas as plantas da América do Sul e a fabricação de veículos de marcas como Fiat e Peugeot, além de operações de exportação.

O diretor de logística da empresa em Betim, Samuel Diniz, descreve que na unidade cerca de 2 mil veículos são fabricados por dia, tendo, entre janeiro e outubro de 2025, alcançado a produção de quase 440 mil, o que representa um crescimento de 12,5% em relação ao mesmo período de 2024. A expectativa é que, até o final do ano, seja atingida uma marca superior a 500 mil.

Segundo Diniz, a BR-381 tem papel decisivo na mobilidade de cargas entre Minas Gerais e São Paulo, sendo fundamentais iniciativas como as do Ministério dos Transportes, que aumentam a fluidez, a segurança e a eficiência logística ao longo do corredor, tanto para a empresa em suas entregas quanto para os usuários que utilizam a rodovia.

"Nós temos um fluxo principal na BR-381, onde 70% do nosso material passa pela Fernão Dias. As estradas têm que acompanhar todo esse desenvolvimento", celebra Samuel.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/12/2025

GOVERNO DO BRASIL PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA QUE GARANTE BENEFÍCIOS AOS BONS MOTORISTAS

Norma estabelece renovação automática da CNH para condutores sem infrações nos últimos 12 meses e preço fixo para exames médicos e psicológicos



Bons motoristas serão beneficiados com medida provisória publicada nesta quarta-feira (10)/ Créditos: AdobeStock

Apartir de agora, motoristas que mantiverem um bom histórico no trânsito terão a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) renovada automaticamente, sem necessidade de exames presenciais, deslocamentos ao Departamento de Trânsito (Detran) ou pagamento de taxas adicionais.

É o que determina a Medida Provisória n.º 1.327, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (10), que moderniza o processo de habilitação no país.

A iniciativa inaugura uma política de incentivo ao bom comportamento no trânsito, reconhecendo condutores responsáveis com um processo mais ágil e menos burocrático.

"Qual era o benefício para quem sempre dirigiu corretamente, nunca cometeu infração? Nenhum. Essa injustiça acabou. O bom condutor agora será reconhecido e terá sua vida facilitada. É uma virada de chave, em vez de só punir, estamos incentivando o comportamento correto", destaca o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Além da renovação automática, o texto também fixa os custos dos exames necessários para tirar ou renovar a habilitação, que terá o preço máximo estabelecido pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), e torna opcional a impressão do documento físico da CNH, reforçando a validade da versão digital. Entenda ponto a ponto.

Renovação automática



Motoristas cadastrados no Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), ou seja, condutores que não possuem infrações registradas nos últimos 12 meses, terão a CNH atualizada diretamente no sistema quando o documento vencer, sem pagamento de novas taxas e sem necessidade de exames presenciais.

O cidadão poderá autorizar sua participação no RNPC através do aplicativo da CNH do Brasil ou do Portal de Serviços da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

Não estão aptos a receber o benefício:

- Condutores com 70 anos ou mais;
- Motoristas a partir de 50 anos receberão o benefício uma única vez;
- A renovação automática não vale para motoristas que têm a validade da CNH reduzida por recomendação médica, em casos de doenças progressivas ou condições que exigem acompanhamento de saúde.

Exames

Os exames médicos e psicológicos passam a ter preço fixado nacionalmente, estabelecido pela Senatran. A estimativa é de que haja uma redução de 40% do custo dos dois exames, juntos. Antes, cada Detran estipulava o valor, que, em alguns estados, ultrapassava os R\$400.

Os exames de aptidão física e mental e as avaliações psicológicas necessárias para obter ou renovar a CNH, poderão ser realizados por profissionais da medicina autorizados pela Senatran. Antes, os exames eram feitos por médicos e psicólogos credenciados pelo Detran de cada estado.

CNH física opcional

A MP também moderniza a forma de emissão da CNH. A impressão do documento físico torna-se opcional. O cidadão poderá escolher entre utilizar apenas a CNH digital, solicitar somente a versão física, ou ainda ter as duas versões. A mudança elimina o custo da impressão, que pode chegar a R\$100, dependendo do estado.

Regras de validade

Os prazos de validade da CNH permanecem inalterados:

- 10 anos para condutores com menos de 50 anos;
- 5 anos entre 50 e 69 anos;
- 3 anos para condutores a partir dos 70 anos.

A MP reforça que, quando houver recomendação médica devido à doença progressiva ou condição que exija acompanhamento, o prazo de validade pode ser reduzido para garantir reavaliações periódicas.

Mais eficiência, menos burocracia

Com as alterações, o Governo do Brasil busca tornar o processo de habilitação mais democrático e eficiente, sem prejudicar os mecanismos de segurança previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

A MP se integra ao programa CNH do Brasil, anunciado nesta terça-feira (9) pelo presidente Lula e pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, que prevê formação teórica gratuita on-line e permite que o cidadão escolha entre realizar as aulas práticas com instrutores autônomos ou em autoescolas.

Juntas, as iniciativas ampliam o acesso à habilitação e tornam o processo para obter a CNH mais simples e moderno para milhões de brasileiros, que até então eram cidadãos excluídos do volante.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 11/12/2025

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O INVESTIMENTO FERROVIÁRIO NOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O anúncio da Vports, concessionária que administra os portos do Espírito Santo, de um investimento de R\$ 100 milhões para modernizar o modal ferroviário e viabilizar operações no Cais de Capuaba, sinaliza um avanço importante na agenda de integração logística do Brasil. O aporte, que inclui a construção de uma moega ferroviária exclusiva para descarregamento de ferro-gusa em parceria com a Multlift e a VLI, é um reconhecimento pragmático de que a eficiência portuária é inseparável da conectividade terrestre.

A celebração de um contrato de 17 anos para a movimentação de ferro-gusa reforça a confiança no potencial de longo prazo do complexo capixaba. A recuperação da pera ferroviária, a ampliação da capacidade estática para graneis sólidos e os investimentos em automação buscam, em última instância, transformar o Espírito Santo em um hub multimodal de relevância.

É fundamental destacar a importância de a Vports melhorar os acessos ferroviários aos portos do Espírito Santos. O investimento em Capuaba e a preparação para o início das operações de ferro-gusa em 2026 são passos concretos para elevar a competitividade logística do Estado. A recuperação da estrutura abre a possibilidade de atração de novas cargas e, ambiciosamente, de uma inédita ligação entre o Espírito Santo e regiões-chave como o Centro-Oeste, Goiás e o Triângulo Mineiro, conforme enfatizou o diretor-presidente, Gustavo Serrão.

A interligação eficiente dos modais é a única resposta estrutural para a ineficiência logística nacional. Por isso, é preciso defender a importância de investimentos para ampliar a integração entre portos e ferrovias, como forma de agilizar a chegada e a saída das cargas nos terminais, reduzir os custos dessas operações e ampliar a competitividade da produção nacional. O modal ferroviário, mais eficiente para o transporte de longas distâncias e grandes volumes, como grãos e fertilizantes (destaque de 2025 para o porto), é o catalisador que garantirá o pleno uso da capacidade portuária.

O histórico recente da Vports, que já fechou 16 novos contratos e atraiu mais de R\$ 600 milhões em investimentos desde a concessão, demonstra que a gestão privada, combinada com o foco na multimodalidade, é capaz de gerar ganhos de eficiência e produtividade. O aporte de R\$ 100 milhões em Capuaba não é apenas um gasto, mas um investimento estratégico na infraestrutura que posicionará o Espírito Santo de forma decisiva no mapa logístico do País.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - TECON-10: TUDO ACERTADO, POUCO RESOLVIDO



FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secetário-executivo do Ministério dos Transportes
opinioao@portalbenews.com.br

O processo do Tecon-10 tem deixado um legado de lições aprendidas (objeto de artigos anteriores). Mas, também, foi possível observar algumas curiosidades nas duas plenárias do TCU que valem ser registradas. Mesmo porque poderão resultar em mais



lições, seja jurisprudenciais, regulatórias, ou mesmo de lógica ou estilo. jurisprudenciais, regulatórias, ou mesmo de lógica ou estilo.

Na sua última plenária de 2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) analisou o Processo TC 009.367/2022-5 (Santos Tecon-10). E deliberou sobre o Fla X Flu que se tornou o critério de participação no leilão para seu arrendamento: monofásico (etapa única, sem restrição de participação, mas com obrigação de desinvestimento), ou bifásico (com restrição de participação dos atuais incumbentes na primeira fase).

No resultado proclamado, o voto revisor foi vitorioso por 6 X 3. Como registro, acompanharam o revisor, Bruno Dantas, os ministros Augusto Nardes, Walton Alencar, Jhonatan de Jesus, Aroldo Cedraz e Vital do Rego (presidente). E com o relator, Antônio Anastasia, votaram Benjamin Zymler (com longa declaração de voto, e a principal fonte de “dados/fatos novos” dessa 2ª plenária) e Jorge Oliveira.

Fim da novela? Não! Os ministros saem de férias, mas deixaram para o Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), um extenso rol de “ajustes” a serem feitos na roupa comprada pronta (“by the book”, segundo o revisor): algumas são determinações, outras recomendações. Mas muitas destas em tom de “determinação”, até envolvendo ameaças, como pontuou, bem humoradamente, o min. Jorge Oliveira (1h26m da sessão) em relação ao Item 9.5: crítica prontamente acolhida pelo revisor (que terceirizou a responsabilidade pelo item aos assessores!?), com compromisso de excluí-lo no acórdão final.

Em síntese, além do modelo bifásico (defendido como para “prestigiar”, para “garantir a autonomia” da Antaq!), a minuta de acórdão determina, p.ex: obrigação de construção e manutenção no terminal de pátio ferroviário com capacidade mínima de 900 TEU/dia por sentido (9.1.5) – nada dizendo sobre a ligação FIPS-terminal; obrigações em relação ao novo terminal de passageiros (9.1.6); e regras em relação à indenização a ser repassada à atual arrendatária (9.2.1 e 9.2.2).

Como recomendação, a principal (e mais polêmica!) é a substituição, no edital, de incumbentes por armadores “direta ou indiretamente, inclusive por meio de estruturas que camuflam controle ou influência relevante” na vedação de participação na primeira fase (9.3.1); vedação ampliada para “qualquer fase do certame” de pessoas vinculadas aos armadores (controladoras, controladas, coligadas, sob controle comum, financiadores com step-in rights ou covenants operacionais), isoladamente ou em consórcio, bem como de veículos societários/fundos cujo beneficiário final ou financiador com poder de influência” seja um armador (9.3.1.1). E, talvez preventivamente, para a hipótese do Mpor/Antaq não encamparem essas “recomendações”, foram incluídas mais quatro “determinações” aplicáveis aos incumbentes, tanto para participar do leilão, como previamente à assinatura do contrato (9.1.1 a 9.1.4).

Ademais, são também recomendadas regras detalhadas relativas a definições e teste funcional (9.3.1.2); cláusula antielisão (3.1.3); transparência societária (9.3.1.4); monitoramento e enforcement (9.3.1.5); sanções e continuidade do certame (9.3.1.6); neutralidade operacional (9.3.1.7); reavaliação das especificações e dimensionamento do pátio regulador (9.4.1); contratação de organismo de inspeção acreditado ... para a fiscalização de construção (9.4.2); reavaliação da dragagem prevista no Capex (9.4.3); incorporação de obrigação de “Dispute Board” (9.4.4); elevação do valor mínimo da outorga “atualmente fixado em zero... necessidade de conciliar a vantajosidade do ativo para o mercado com o recebimento de um valor mínimo de outorga razoável para o erário” (9.4.5); além de várias outras determinações e recomendações complementares. Inclusive processuais e fiscalizatórias.

Ou seja, as determinações e recomendações abrangem uma vasta gama de temas e aspectos que, muito provavelmente, implicará na reavaliação do Capex e Opex; da equação econômico-financeira, como um todo, e da consistência de condições do Edital e Minuta de Contrato. Assim, será surpresa

se o alfaiate/costureira conseguir concluir seu trabalho de “ajustes” deixando a roupa pronta e tiver condições de uso no Réveillon. Ou, mesmo, no Carnaval... mormente se encampar todas as “recomendações” do TCU.... que as fez, claro, visando prestigiar a agência e sua autonomia!

Curiosidades:

- O processo do Tecon-10 tem deixado um legado de lições aprendidas (objeto de artigos anteriores). Mas, também, foi possível observar algumas curiosidades nas duas plenárias do TCU que valem ser registradas. Mesmo porque poderão resultar em mais lições, seja jurisprudenciais, regulatórias, ou mesmo de lógica ou estilo:
- O modelo proposto pela Antaq, e adotado como base para o voto vencedor do revisor, foi considerado “ilegal, ilegítimo e incoerente” pelo min. Benjamin Zymler (54m41s da plenária). Ou seja: o contrato de arrendamento que será assinado estará eivado desses vícios?
- Será que é por isso que “a judicialização será inevitável, qualquer que for a decisão tomada”, como prevê o min. Zymler (26m50s)?
- Cogita-se de responsabilização pela bilionária perda que teria o governo brasileiro pela não adoção do modelo bifásico (R\$ 7 bilhões, tomado por analogia à venda da Santos Brasil para a CMA/CGM – 31m45s)?
- Apesar de extensas notas técnicas, pareceres e manifestações dos diversos órgãos, com inúmeros dados e referências, em diversos momentos das duas plenárias ouviu-se menções à “falta de dados”, “falta de estudos”. Os dados e estudos citados são imprescindíveis para a decisão? Para a regulação portuária e/ou logística?
- Um dos apontados como “beneficiados” pelo modelo bifásico é o atual arrendatário do terminal do Porto de Itajaí (SC). Em sua declaração de voto, o min. Zymler lembra do “encerramento das operações em Itajaí, que foram recentemente retomadas, e talvez sejam novamente paralisadas frente a denúncias que surgiram” (43m20s). Trata-se de uma informação ou de uma conjectura? Essas “denúncias” serão apuradas antes do leilão do Tecon-10? A quem caberia: à Antaq ou ao TCU?
- “Não é eficaz confiar em soluções pós-leilão, como o desinvestimento, pois são frágeis, lentas e difíceis de fiscalizar”, entende o min. Nardes: ué, mas não é a regulação ex-post a predominantemente adotada no Brasil? Cade e Antaq (também alguns ministros em seus votos) não afirmam haver metodologia “robusta” e instrumentos/remédios “eficazes”?
- Uns dizem que há, outros que não: há ou não há “falhas de mercado” no Porto de Santos? Elas decorrem “apenas” da falta de capacidade, dos gargalos físico-operacionais, ou há outras razões/estratégias das empresas?
- Os principais fatos/dados trazidos à baila pelo revisor (muitos!), em seu voto (vitorioso), foram sistematizados em 10 “mitos”, contestados, detalhada e ilustradamente, em matéria de página inteira no prestigioso “Valor Econômico” três dias antes da Plenária do TCU (5/DEZ). Matéria assinada pelo “Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos”. Afinal, quem está com a razão? Ou o “distinto público”, que se interessar, terá que se posicionar por simpatias pessoais, conveniências profissionais ou jogando dados?

Com a promessa de exclusão do Item 9.5 do voto (“informar ao MPor e à Antaq que o processo concessório do terminal Tecon Santos 10 pode prosseguir, desde que observados os comandos deste acórdão, mas que o descumprimento de seus termos poderá sujeitar o certame à suspensão cautelar por este Tribunal, sem prejuízo de outras medidas cabíveis”) e, como decorrência, imagina-se, também de 9.6 (“determinar que, previamente à licitação do Tecon 10, encaminhe a este Tribunal, no prazo de quinze dias, antes da publicação, as minutas revisadas do edital e do contrato, acompanhadas de nota técnica ...”), supõe-se que a plenária de 8/DEZ foi o último ato do TCU antes, ao menos, da publicação do edital: a bola, agora, voltou para Antaq e MPor – Cade também.

Todavia, várias das questões levantadas nos relatórios, votos e manifestações dos ministros do TCU, se procedentes, revelam fragilidades dos estudos e modelagem. São graves e regulatoriamente relevantes, mesmo porque aplicáveis, ao menos, a outros processos de arrendamento portuário. Assim, para que os debates e decisões sejam consequentes, imprescindível uma apuração minuciosa. E, daí, das duas uma: se improcedentes, não seria o caso de leva-las do min. Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) para inclusão no “Inquérito das Fake News”? Mas, se

verdadeiras/procedentes, seria muito estranho se providências concretas não fossem tomadas; inclusive no sentido de balizar os posicionamentos dos órgãos intervenientes doravante.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

ESPERIDIÃO AMIN PODE MUDAR TEXTO DA DOSIMETRIA E NÃO DESCARTA INCLUIR ANISTIA

Questionado se poderia mudar o projeto de lei aprovado na Câmara, o relator no Senado respondeu com uma pergunta: “O que impede?”

Do Estadão Conteúdo



Amin reafirmou sua posição favorável à anistia. Ele é amigo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o principal beneficiado pelo texto aprovado pela Câmara

O senador Esperidião Amin (PP-SC), relator do projeto de lei sobre redução de penas para o ex-presidente Jair Bolsonaro e aos presos do 8 de janeiro na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, indicou que deverá fazer mudanças no texto que veio da Câmara dos Deputados e não descartou a possibilidade de resgatar uma anistia na redação.

Não posso dizer que (a anistia) vai entrar no meu texto, mas acho que é muito provável que seja apresentada alguma emenda”, disse Amin. Ele então foi novamente questionado se poderia incluir a anistia no texto. “O que impede? Qual o entendimento?”, respondeu.

Em seguida, ele mencionou que o entendimento será resultado do jogo político. “O entendimento será da política. Começa pelo colégio de líderes, reunião das bancadas, daí surge maioria ou minoria”, afirmou.

Amin se reuniu na tarde desta quarta-feira, 10, com o relator da proposta na Câmara, Paulinho da Força (Solidariedade-SP). “Na política prevalece o possível”, foi uma das primeiras frases ditas por Amin ao se encontrar com o deputado.

Ainda durante esse encontro entre os dois, Amin reafirmou sua posição como favorável à anistia. Ele é amigo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) um dos beneficiados pelo texto aprovado pela Câmara há 34 anos.

Para o relator, a maioria do Senado acredita que as penas aos condenados pelo 8 de janeiro são exageradas. “Há um sentimento generalizado que as penas são fruto de uma mão pesada”, afirmou.

Amin foi escolhido relator da anistia na manhã desta quarta-feira pelo presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA). Na sessão deste dia, o comandante da comissão afirmou que o Senado não servirá de “cartório” para as decisões da Câmara.

“Combinei com o senador Davi Alcolumbre (União-AP, presidente da Casa) porque o Senado não pode, como já foi algumas vezes, ser cartório da Câmara, de aprovar lá e ter uma decisão cartorial referendando o que passou lá. Isso é uma coisa absolutamente inaceitável”, disse Alencar.

Prazo

Davi Alcolumbre tem a intenção de pautar na próxima semana em plenário o projeto de dosimetria, conforme um acordo feito com líderes da Casa. “Fiz um compromisso com líderes, comigo mesmo e



com o Senado Federal e, sobretudo com o Brasil, de que, se a Câmara deliberasse esse assunto, o Senado Federal deliberaria”, declarou Alcolumbre.

O presidente do Senado afirmou que o projeto de dosimetria nasceu com contribuições do Senado o próprio Alcolumbre redigiu uma minuta com redução de penas que valesse somente para os crimes de multidão, sem contemplar as lideranças.

A declaração foi rapidamente contestada pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), e senadores governistas. “Não é possível que não passe na CCJ. Passou meses lá na Câmara. Vai chegar aqui e votar imediatamente? É uma coisa que não posso aceitar ... Não pode votar no afogadilho. É um desrespeito aos senadores”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - PLANO DE INVESTIMENTOS DO AEROPORTO DE GUARULHOS SERÁ APRESENTADO

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

INVESTIMENTO EM GUARULHOS

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o diretor-presidente da GRU Airport, Osvaldo Garcia, apresentam hoje, dia 11, o Plano de Investimentos do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP). O plano visa ampliar a capacidade operacional da instalação, fortalecer a segurança e aprimorar a experiência dos passageiros.

MAIS EQUIPAMENTOS E NOVO PÍER

Os recursos previstos serão aplicados em diversas áreas. Está programada a ampliação da área da Polícia Federal, com a modernização e o aumento da área física da delegacia. A medida busca melhorar as condições de trabalho e garantir mais agilidade no controle migratório e nas ações de segurança. Também haverá a instalação de novos equipamentos de segurança em todo o terminal. E será construído um novo píer no Terminal 3, o que ampliará a capacidade de atendimento de passageiros.

A PESQUISA E OS PRÉ-CANDIDATOS

A disputa por uma vaga no Senado em Minas Gerais promete ser uma das mais competitivas do País nas eleições de 2026. É o que mostra um levantamento divulgado nessa quarta-feira, dia 10, pelo instituto Real Time Big Data, que aponta um cenário fragmentado entre os pré-candidatos. A prefeita de Contagem, Marília Campos (PT), lidera as intenções de voto com 17%. Ela é seguida pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), que aparece com 13%.

EMPATE NO TERCEIRO LUGAR

Ainda segundo a pesquisa, há um empate técnico na terceira posição, com o senador Carlos Viana (Podemos) e o ex-deputado federal Marcelo Aro (PP) registrando 12% cada. Entre os demais nomes cotados, o deputado federal Domingos Sávio (PL) soma 7% das intenções, e Áurea Carolina (PSOL) tem 6%. Euclydes Pettersen (Republicanos) marca 3%. O levantamento ainda registra 13% de votos nulos ou em branco e 17% de eleitores que se declararam indecisos ou preferiram não responder. Essa consulta ouviu 1.500 pessoas entre segunda e terça-feira. A margem de erro do estudo é de três pontos percentuais, para mais ou para menos.

RELATÓRIO ADIADO PARA 2026

O relator do Projeto de Lei nº 2780/2024 – cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) na Câmara dos Deputados, o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), informou que não apresentará seu parecer neste ano. O documento será entregue após o recesso, em fevereiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

PROJETO SERÁ VOTADO NA CCJ NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA, DIZ OTTO ALENCAR

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PSD--BA), afirmou que o colegiado deve votar o projeto de dosimetria na próxima semana. Segundo ele, isso liberaria a proposta para ser votada em plenário.

“Vamos debater e também deliberar na próxima semana. O relator será Esperidião Amin PP-SC. Na próxima quarta-feira, certamente, ele apresentará o relatório e vamos fazer a votação provavelmente. Saindo da CCJ, o presidente Davi Alcolumbre deverá levar a dosimetria para o plenário”, disse Otto, antes do início da sessão da CCJ desta quarta-feira, 10.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), já manifestou a intenção de pautar o texto no plenário da Casa na semana que vem.

O projeto de dosimetria foi aprovado nesta madrugada pela Câmara e reduz penas de condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A votação ocorreu poucos dias depois de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmar que havia “um preço” para retirar sua candidatura à Presidência em 2026, anunciada na última sexta-feira, 5.

O senador disse que essa contrapartida seria uma anistia ampla e a recuperação da elegibilidade do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Antes da votação, Flávio também se reuniu com lideranças do Centrão. O projeto aprovado na Câmara não atende integralmente à demanda, mas vem sendo chamado de “anistia light”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

GOVERNISTAS VÃO TENTAR ADIAR VOTAÇÃO DO PROJETO DA DOSIMETRIA PARA 2026

Enquanto opositores defendem que o projeto seja votado o mais rápido possível, base do governo planeja pedir vistas para esfriar o tema no Senado

Do Estadão Conteúdo



O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) já avisou que a base pedirá vistas, ou seja, mais tempo para análise do projeto

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que o governo pedirá vistas mais tempo para análise para o projeto de dosimetria, com o objetivo de tentar empurrar o texto para 2026 e, com isso, esfriar o tema. O texto aprovado na Câmara beneficia

o ex-presidente Jair Bolsonaro reduzindo sua condenação de 27 anos e três meses para 20 anos de prisão.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PS-D-BA), admitiu a possibilidade de que a votação da proposta fique para 2026, caso haja concordância de que a vista concedida seja maior do que um dia.

“(A proposta) poderá ser deliberada, votada e aprovada ou não (na semana que vem), porque sempre que se lê o relatório, naturalmente, há pedido de vistas. A vista pode ser por 2 ou 4 horas ou para outra semana. Aí, não terá condição de se votar neste ano, ficaria para depois do recesso”, falou. Segundo Otto, a decisão sobre o intervalo de vistas será definido “no momento”.



Integrantes de partidos de centro-direita defendem que o projeto seja votado “o mais rápido possível” a fim de reduzir a chance de que haja uma mudança de cenário. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pretende pautar a proposta na semana que vem.

O projeto de dosimetria foi aprovado na madrugada de quarta pela Câmara e reduz penas de condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A votação ocorreu poucos dias depois de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmar que havia “um preço” para retirar sua candidatura à Presidência em 2026, anunciada na última sexta-feira, 5.

O senador disse que essa contrapartida seria uma anistia ampla e a recuperação da elegibilidade do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Antes da votação, Flávio também se reuniu com lideranças do Centrão.

De acordo com o relator na Câmara, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), os efeitos da proposta podem reduzir o tempo de prisão em regime fechado do ex-presidente Bolsonaro para dois anos e quatro meses. A pena total reduziria para 20 anos. A sentença original do STF foi de 27 anos e 3 meses.

Emendas

Bancadas de direita e de centro-direita do Senado afirmam que ainda estudam se apresentarão emendas ao projeto de dosimetria. Nos bastidores, no entanto, têm mostrado contentamento com o conteúdo aprovado pela Câmara e consideram que o texto tem que ser aprovado “o mais rápido possível”, apurou o Estadão/Broadcast, Sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Senadores do PL e do Republicanos ouvidos pela reportagem dizem que avaliam possíveis impactos de sugerir emendas ao texto caso modificado, o projeto teria de voltar à Câmara. Oficialmente, integrantes das siglas ainda defendem o que chamam de “anistia ampla, geral e irrestrita”, mas, internamente, usam a máxima de que “o ótimo é inimigo do bom” e dizem que orientarão a favor do projeto tal como está. A avaliação é que a proposta tem de ser votada rapidamente, a fim de não abrir brecha para uma mudança de cenário que possa prejudicar a aprovação.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode vetar o trecho do projeto de lei que reduz as penas dos condenados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023, especialmente se o Senado encaixar a anistia no texto, com o objetivo de livrar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) da prisão. Se isso ocorrer, o projeto voltará para análise da Câmara e não haverá tempo hábil para nova votação neste ano, uma vez que o recesso parlamentar começa no fim da próxima semana.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

CÂMARA NOTIFICA EDUARDO BOLSONARO E RAMAGEM PARA DEFESA EM PROCESSOS DE CASSAÇÃO

O filho do ex-presidente pode perder o mandato por excesso de faltas, enquanto o ex-delegado da PF foi condenado na ação penal da trama golpista

Do Estadão Conteúdo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), notificou nesta quarta-feira, 10, os deputados federais Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP), por meio de edital, para que se manifestem nos processos que podem levar à cassação de seus mandatos. Ambos estão nos Estados Unidos (EUA).

Como Motta já havia declarado e como consta da notificação, Eduardo Bolsonaro pode perder o mandato em razão da quantidade de faltas acumuladas. Desde março deste ano, o parlamentar mudou-se com a família para os EUA e tem tentado manter sua atuação parlamentar à distância.

O edital estabelece que ele tem cinco dias úteis para se manifestar por escrito. Caso não o faça, caberá à Mesa Diretora definir se ele perderá o mandato.

“Dessa forma, fica o deputado, por meio deste edital, NOTIFICADO para que, querendo, apresente manifestação escrita nos autos do referido processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em observância ao art. 3º, caput, do Ato da Mesa nº 37, de 2009, e ao art. 240, parágrafo 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (sic)”, afirma o documento. No caso de Ramagem, o processo de cassação decorre do fato de ele estar foragido da Justiça e sua sentença já ter transitado em julgado.

O ex-delegado da Polícia Federal foi condenado à perda do mandato e a 16 anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado. Ramagem terá um prazo diferente do de Eduardo Bolsonaro: poderá se manifestar em até cinco sessões da Câmara após a notificação. Além disso, a situação dele será discutida e votada pelos deputados no Plenário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

CCJ DO SENADO APROVA FIM DA ESCALA 6X1 E PREVÊ JORNADA DE 36H SEMANAIS

PEC sobre tema foi incluído como “extra-pauta” na sessão da Comissão. Agora, o tema segue para o plenário do Senado

Do Agência Brasil



O relator Rogério Carvalho (PT-SE) explicou que a PEC reduz inicialmente a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (10), o fim da escala de seis dias de trabalho por um dia de descanso (6x1) e a redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas para 36 horas semanais. Ambas as mudanças são sem redução salarial. Agora, o tema segue para o plenário do Senado.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148 de 2025 foi incluída na pauta da CCJ como matéria “extra”, sem aviso prévio, e aprovada por votação simbólica. De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), a PEC foi relatada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE).

O relator explicou que a PEC reduz, já no primeiro ano após a aprovação do texto, a jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Durante os quatro anos seguintes, haveria uma redução de uma hora de trabalho, por ano, até chegar às 36 horas semanais.

“São mais de 150 milhões de brasileiros que se beneficiarão com esta PEC, considerando os trabalhadores, considerando as famílias e considerando quem contrata também, porque vai movimentar a economia, vai mudar a realidade social deste país”, disse Rogério Carvalho.

Em seu parecer, o relator na CCJ argumentou que a jornada de 6x1 está associada ao aumento dos riscos de acidentes em razão do cansaço, por diminuir a qualidade do trabalho e por causar danos à saúde, prejudicando o bem-estar do trabalhador.

“No Brasil, as redes sociais têm sido tomadas nos últimos meses por manifestações contrárias à jornada 6x1, considerada exaustiva pelos trabalhadores. Nesse sentido, foi criado o Movimento Vida Além do Trabalho, com o objetivo de alterar a legislação para assegurar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal”, escreveu Carvalho em parecer.

Extra-pauta



A votação da PEC como extra-pauta foi criticada pelo senador da oposição Eduardo Girão (Novo-CE), que disse que queria ter tido a oportunidade de pedir vista para analisar a proposta e fazer contribuições ao texto.

“Se faz isso, na véspera de um recesso, tirando esse direito do parlamentar de pedir vista. Me sinto violentado por essa atitude. Eu sei que teve audiência pública sobre o assunto, mas precisava ter o direito regimental de pedir vista. A única coisa que eu posso dizer é que vamos tentar, lá no Plenário, ver se é possível fazer uma audiência pública para melhorar o projeto, porque tudo pode ser melhorado”, afirmou o senador cearense.

O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), respondeu que não é incomum a inclusão de matérias extra-pautas na Comissão, destacando que o tema foi debatido em audiência pública.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

CÂMARA APROVA NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DEIXA HOMESCHOOLING DE FORA

O texto não inclui a regulamentação da educação domiciliar, que era um pleito dos parlamentares conservadores

Do Estadão Conteúdo

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovou, nesta quarta-feira, 10, o novo texto da lei, que define diretrizes para a área nos próximos dez anos.

O parecer do relator, deputado Moses Rodrigues (União-CE), deixa de fora a regulamentação da educação domiciliar, que era um pleito de parlamentares conservadores. Apesar da retirada do tema, o texto foi aprovado por unanimidade na comissão.

O Estadão apurou que há acordo para que parlamentares não ofereçam recurso e, assim, não levem a votação para o plenário. Com isso, o texto deve seguir para o Senado. A vigência do PNE terminou em 2024, de modo que a aprovação de um novo texto está atrasada.

O PNE estabelece metas e objetivos da educação brasileira, pública e privada, pela próxima década. A nova versão definiu 19 metas em temas que vão desde acesso à escola à valorização de professores, considerando da educação infantil (creche e pré-escola) à pós-graduação.

Entre os pontos abordados, está a meta de ampliar o investimento público em educação para 7,5% do PIB ao longo de sete anos, com a promessa de chegar a 10% em dez anos. A versão anterior já previa os 10%, mas determinava uma meta intermediária de 7% em cinco anos, o que não foi cumprido. Ao longo dos anos, o País chegou no máximo a cerca de 5%.

Um dos acordos para garantir o consenso na comissão especial foi a retirada de termos que abordavam a questão de gênero. No lugar o texto fala em respeito aos direitos humanos e superação de desigualdades e “quaisquer formas de discriminação”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

OPOSIÇÃO ACIONA TCU CONTRA CAMPANHAS DO GOVERNO LULA QUE ATACAM CONGRESSO

O deputado federal Zucco protocolou uma representação pedindo a suspensão de publicidade que ataca opositores

Do Estadão Conteúdo

Líder da oposição na Câmara, o deputado federal Zucco (PL- RS) protocolou uma representação no Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo a suspensão de campanhas do governo federal que promovem propostas legislativas do Executivo e atacam opositores.

A representação ocorre após reportagem do Estadão mostrar que a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vem usando perfis institucionais do governo nas redes sociais para defender agendas do Palácio do Planalto, fazer contraponto a decisões do Congresso e criticar adversários.

A ação, que cita servidores da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), incluindo o ministro Sidônio Palmeira, pede a suspensão das campanhas e que o governo deixe de usar publicidade oficial para promover suas propostas e “incitar a população contra parlamentares”.

“O governo Lula transformou a publicidade oficial em arma política: promove seus projetos como se já estivessem aprovados, ataca quem discorda, convoca militância para pressionar o Congresso e espalha desinformação para moldar a opinião pública. Isso nunca aconteceu nesta escala e viola frontalmente a Constituição”, afirmou o deputado, que também vai ingressar com uma ação popular com mesmo teor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

RENAN FILHO DIZ QUE NOVAS REGRAS DA CNH “COLOCAM DE VEZ O BRASIL NO SÉCULO XXI”

Ministro afirma que simplificação do processo, cursos gratuitos e redução de custos já mostram impacto imediato para candidatos à primeira habilitação

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



De acordo com o ministro Renan Filho, eliminar a taxa de reteste e a reprovação sumária reduz entraves e evita que candidatos desmotivados passem a dirigir sem habilitação

As mudanças para tirar ou renovar Carteira Nacional de Habilitação (CNH) já estão em vigor e vão tornar todo o processo mais simples e barato para o cidadão. Foi o que afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho, durante o programa Bom Dia, Ministro de quarta-feira (10), transmitido pelo Canal Gov, da Empresa Brasil de Comunicação

(EBC). “O cidadão agora tem alternativas a escolher, e essas alternativas vão melhorar a formação de condutores no Brasil, vão facilitar a vida das pessoas, desburocratizar, digitalizar, modernizar o processo. É mais ou menos como se a gente estivesse colocando de vez os pés no século XXI no que concerne a formação de condutores”.

A resolução que moderniza o processo de obtenção da CNH foi aprovada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) no dia 1º de dezembro e publicada na terça-feira (9). A nova norma simplifica etapas, retira a obrigatoriedade de passar por autoescola e amplia as formas de preparação do candidato, agora com a possibilidade de curso teórico gratuito e digital. O custo total da habilitação pode cair em até 80%. Já a Medida Provisória que permite renovação automática da CNH para motoristas sem multa, chamada de MP do Bom Conductor, foi publicada nesta quarta-feira no Diário Oficial da União.

As novas funcionalidades já estão disponíveis, e a Carteira Digital de Trânsito passa a se chamar CNH do Brasil, reunindo toda a jornada da primeira habilitação em um único ambiente digital, desenvolvido pelo Serpro para a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran). Segundo o governo, a redução de custos deve beneficiar principalmente candidatos das categorias A e B, em um país onde



cerca de 20 milhões de pessoas dirigem sem habilitação e outros 30 milhões têm idade para obtê-la, mas ainda não iniciaram o processo.

Ao concluir o curso teórico gratuito disponível na plataforma, o candidato poderá se inscrever para a prova teórica no Detran. Aprovado, poderá escolher entre aulas práticas em autoescola ou com instrutor autônomo, com carga mínima reduzida. Depois das aulas práticas, basta solicitar a prova prática, que passa a adotar banco de questões e parâmetros renovados. Aprovado, o candidato recebe a CNH.

Os exames médicos também ficam mais baratos, com desconto de 40%, e o cidadão não é mais obrigado a solicitar a carteira física, caso prefira manter apenas a versão digital. Segundo o ministro, a soma dessas medidas explica a redução de até 80% no valor final em alguns estados.

O processo segue estruturado por etapas: abertura via site do Ministério dos Transportes, aplicativo CNH do Brasil ou Detrans; curso teórico gratuito; práticas flexíveis com apenas duas horas obrigatórias; provas teóricas e práticas nos Detrans; e reteste gratuito em caso de reprovação na primeira tentativa.

Segundo Renan Filho, eliminar a taxa de reteste e a reprovação sumária reduz entraves e evita que candidatos desmotivados passem a dirigir sem habilitação. Ele destacou que mudanças na avaliação prática seguem referência internacional e devem facilitar o acesso à CNH.

Bom condutor

A MP do Bom Condutor altera o Código de Trânsito Brasileiro e regulamenta o Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), que reúne motoristas sem infrações sujeitas a pontuação nos últimos 12 meses. Cerca de 10 milhões de brasileiros renovam a carteira por ano e poderão ser beneficiados. O condutor incluído no RNPC fica dispensado dos exames do Detran quando acabar a validade da CNH ou da Autorização para Conduzir Ciclomotor.

O benefício tem exceções: não vale para motoristas a partir de 70 anos; condutores a partir de 50 anos só podem ter uma renovação automática; e quem apresentar indícios de deficiência, doença progressiva ou limitação para dirigir seguirá passando pelos exames.

Com a mudança, o número de idas obrigatórias ao Detran ao longo da vida pode cair de dez para quatro, segundo o ministro. “As pessoas que conduzirem bem vão economizar dinheiro, porque não vão pagar taxa e nem exame, e também vão economizar tempo de não ter que ir ao Detran”, afirmou Renan Filho.

COMO VAI FUNCIONAR A CNH NO BRASIL

1 - Abertura do processo

Pelo site do Ministério dos Transportes, aplicativo CNH do Brasil (antigo app Carteira Digital de Trânsito) ou através dos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans).

2 - Curso teórico gratuito

Todos os conteúdos serão oferecidos on-line, sem custo, com acessibilidade garantida (Libras, legendas e recursos visuais) no site do Ministério dos Transportes ou presencialmente, nas autoescolas.

3 - Flexibilidade nas práticas

Apenas duas horas de aulas práticas obrigatórias. O candidato escolhe: autoescola ou instrutor autorizado.

4 - Provas obrigatórias mantidas

Exames teóricos e práticos continuam sendo realizados nos Detrans.

5 - Reteste gratuito

Se o candidato for reprovado na primeira prova, tem direito ao primeiro reteste sem custo adicional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

MINISTRO DETALHA AVANÇOS EM OBRAS RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS EM TODO O PAÍS

Ministro cita liberação da ponte sobre o Jequitinhonha, retomada da BR-319, cronograma da Transnordestina e novos projetos de trens de passageiros

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Com investimento estimado em R\$ 15 bilhões, a ferrovia Transnordestina, citada pelo ministro, terá mais de 1,2 mil quilômetros de extensão, atravessando 53 municípios

O ministro dos Transportes, Renan Filho, apresentou um panorama de algumas das principais obras de infraestrutura rodoviária e ferroviária conduzidas pelo Governo do Brasil. Durante o programa Bom Dia, Ministro de quarta-feira, dia 10, ele destacou entregas, investimentos e ações articuladas para garantir mobilidade, integração regional e desenvolvimento econômico.

“O PORTO [DE SUAPE É UM DOS MAIS IMPORTANTES PORTOS DO NORDESTE BRASILEIRO E, NO GOVERNO ANTERIOR, TINHA SIDO RETIRADO DA TRANSNORDESTINA E PERNAMBUCO IA FICAR DE FORA. SÓ TIRA PERNAMBUCO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE QUEM NÃO CONHECE A REGIÃO”

RENAN FILHO
ministro dos Transportes

A ponte sobre o rio Jequitinhonha, na BR-101, no extremo sul da Bahia, será liberada completamente ao tráfego até 15 de dezembro, inclusive para caminhões. “Nós vamos liberar 100% da ponte. Isso será muito importante para todo o extremo sul baiano”, disse Renan. A BR-101 é uma das principais rodovias do país e tem papel estratégico na integração logística da Bahia. Facilita o acesso a praias e destinos no litoral sul do estado e é essencial para o escoamento da produção agrícola e industrial.

O ministro destacou investimentos emergenciais nas BR-324 e BR-116, trechos da antiga Via Bahia. “Vamos fazer um fortalecimento da manutenção da 324 e da 116 para, até a concessão, a gente estar com a rodovia nas melhores condições possíveis. Eu queria anunciar isso a todo o povo baiano, soteropolitano, porque estarei aí para vistoriar as obras e fazer a abertura da ponte lá no sul do estado nos próximos dias”.

Renan Filho reforçou o compromisso do Governo do Brasil com a pavimentação da BR-319, única ligação terrestre de Manaus com o restante do país. “A disposição do presidente Lula é pavimentar a BR-319 e garantir acesso ao povo do Amazonas por asfalto. Talvez Manaus seja a única cidade do mundo, com mais de 2 milhões de habitantes, que não tem acesso por asfalto”, destacou.

O trecho central da BR, de cerca de 405 km ainda sem pavimentação, nunca foi licenciado por questões ambientais. Segundo ele, houve avanço no diálogo com os órgãos ambientais e com a ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima). “Nós fizemos um entendimento dentro do governo para avançar no licenciamento. A gente espera nos primeiros meses de 2026 ter o licenciamento do trecho do meio, para licitarmos e iniciarmos as obras”, disse.

Segundo Renan Filho, o Ministério dos Transportes já entregou a ponte sobre o rio Curuçá, entre os municípios amazonenses de Castanho e Careiro da Várzea, e entregará, em fevereiro, a ponte de Autaz Mirim. Além disso, 50 km já estão recebendo pavimentação após anos sem obras estruturantes.

Transnordestina

O ministro também atualizou o cronograma da Transnordestina, uma das maiores obras lineares da região Nordeste. “A Transnordestina está voando. O prazo dado lá em outubro está firme, que é a gente iniciar obras no início deste ano, provavelmente no mês de fevereiro, se tudo ocorrer bem com a licitação”, declarou.

Com investimento estimado em R\$ 15 bilhões, a ferrovia terá mais de 1,2 mil quilômetros de extensão, atravessando 53 municípios. Renan Filho ressaltou que só o trecho pernambucano, retomado pelo Governo do Brasil, terá 500 km de obras para conectar a cidade de Salgueiro ao Porto de Suape.

“O Porto de Suape é um dos mais importantes portos do Nordeste brasileiro e, no governo anterior, tinha sido retirado da Transnordestina e Pernambuco ia ficar de fora. Só tira Pernambuco da estratégia de desenvolvimento do Nordeste quem não conhece a região”.

Ferrovias de passageiros

O ministro ressaltou que o Governo do Brasil incluiu projetos de transporte ferroviário de passageiros nos próximos oito leilões, algo que não ocorria há anos. “O transporte de passageiros tem uma dificuldade, que é exatamente garantir o volume de recursos necessários para o investimento. Só que agora, ele passou a ser prioridade. Nesses oito leilões, a gente incluiu o transporte de passageiros e vamos fazer aportes públicos para tirar do papel investimentos importantes”, disse Renan.

Entre os destaques está o trem ligando Luziânia a Brasília, que beneficiará cerca de 700 mil pessoas que se deslocam diariamente do entorno para a capital federal. “A gente acredita que se o governo aplicar cerca de R\$ 1,5 bilhão, consegue colocar de pé esse trem, que seria transformador para o DF e para o entorno”, explicou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

CODESUL APRESENTA PROPOSTAS E SE OPÕE A PROJETO DE ‘FATIAMENTO’ DA MALHA SUL

Representantes de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul se reuniram com o secretário de ferrovias, Leonardo Ribeiro

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Representantes dos estados se posicionaram contrários à proposta do Ministério dos Transportes de dividir a Malha Sul em três trechos distintos para três concessões diferentes

Representantes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, que compõem o bloco Codesul, entregaram nesta terça-feira (9) um documento técnico e o posicionamento dos estados sobre a política de concessões ferroviária e a carteira de projetos anunciada pelo



Ministério dos Transportes. O grupo de estados apresentou propostas, e reforçou que a intenção para nova concessão da Malha Sul não atende as necessidades de integração logística.

O documento foi entregue ao secretário Nacional das Ferrovias, Leonardo Ribeiro, em reunião realizada na Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário (SNTF), em Brasília. A reunião foi acompanhada por deputados das bancadas federais dos quatro estados.

O Codesul reconheceu a política nacional de outorgas ferroviárias, destacando-o como o maior esforço de modernização do setor em décadas. Segundo o Governo Federal, estão previstos oito leilões, que vão gerar cerca de R\$ 140 bilhões em investimentos voltados à ampliação, recuperação de trechos e criação de novos corredores logísticos.

No entanto, os estados se posicionaram contrários à proposta do Ministério dos Transportes de dividir a Malha Sul em três trechos distintos para três concessões diferentes, sendo eles: corredor Paraná-Santa Catarina, corredor Rio Grande e corredor Mercosul. O Codesul argumenta que o formato não atende às necessidades de integração logística da região, além de comprometer a coerência operacional dos fluxos ferroviários.

Operada pela Rumo desde 1997, o atual contrato de concessão da Malha Sul segue até 2027. Nos últimos anos, os estados do Sul demonstraram preocupação com a inefetividade e abandono da infraestrutura ferroviária. O principal caso ocorreu com o Rio Grande do Sul após a tragédia climática que atingiu o estado em maio de 2024.

O diagnóstico apresentado pelo estado gaúcho, demonstra que metade da malha ferroviária total está inativa, e, após as enchentes, a extensão em operação caiu de 1.680 quilômetros para 921, com destaque para a interrupção no transporte ferroviário de líquidos por danos estruturais.

Para Santa Catarina, há grande preocupação para a situação das ferrovias, uma vez que o estado concentra sua maior atividade logística pelo modal rodoviário, que encontra-se saturado para os principais complexos portuários catarinenses. No documento, o estado aponta que dos 1.210 quilômetros de trilhos, apenas 210 estão em operação (17%).

Outro ponto destacado é que Santa Catarina é responsável por cerca de 20% da movimentação de contêineres do país. No entanto, o modal ferroviário é utilizado por apenas 6% dessas cargas.

Para o estado do Paraná, a região Oeste, considerada vital para produção do agronegócio, enfrenta forte restrição de operação de escoamento por falta de conexões ferroviárias. O Codesul alertou que a falta de integração plena entre os três estados compromete cadeias produtivas estratégicas, entre elas da agroindústria, além de ameaçar a competitividade regional e nacional.

Propostas

Entre as propostas consideradas de imediato pelos representantes do Codesul, são: Recuperar trechos danificados no Rio Grande do Sul após as enchentes; Restabelecer o transporte ferroviário de líquidos para aliviar pressão sobre as rodovias; Avaliar aportes conjuntos dos estados e da União para viabilizar uma concessão integrada; e avaliar tecnicamente quais segmentos da malha atual devem ser preservados, modernizados ou ampliados.

Já propostas estratégicas, consideradas a médio e longo prazo, também foram apresentadas, sendo elas: Integrar os estados aos principais corredores ferroviários de exportação; Aderir à estratégia nacional de atração de novos operadores e ampliação da competição; Garantir compatibilidade entre decisões de curto e longo prazo para evitar desconexões logísticas; e considerar projetos estaduais já em desenvolvimento e autorizações ferroviárias como elementos de atratividade à concessão integrada.

SANTOS BRASIL FIGURA NO TOPO DA INFRAESTRUTURA EM PREMIAÇÃO NACIONAL

Companhia alcança ainda as primeiras posições em Visão de Futuro e se destaca em ESG e Inovação no setor

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



No ranking geral da premiação, que reúne 450 empresas de diferentes áreas da economia, a Santos Brasil, líder entre as empresas de infraestrutura, alcançou a 17ª posição

A operadora logística e portuária Santos Brasil conquistou o primeiro lugar entre as empresas de infraestrutura na 14ª edição do Prêmio Época Negócios 360°, repetindo o desempenho obtido anteriormente na premiação.

A companhia também liderou a avaliação na dimensão Visão de Futuro e ficou em segundo lugar em ESG/Governança Corporativa e Inovação dentro do setor. No ranking geral, que reúne 450 empresas de diferentes áreas da economia, a Santos Brasil alcançou a 17ª posição.

O anuário Época Negócios 360° é produzido em parceria técnica com a Fundação Dom Cabral. A metodologia analisa empresas a partir de seis dimensões: Desempenho Financeiro, ESG/Governança, ESG/ Socioambiental, Inovação, Pessoas e Visão de Futuro.

Segundo os organizadores, o objetivo é identificar práticas empresariais consideradas referências no país e mapear iniciativas voltadas à gestão, competitividade e desenvolvimento institucional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CRESCE EM OUTUBRO E REGISTRA MAIOR MARCA PARA CONTÊINERES

De acordo com a Antaq, setor avança 9,8% no mês e acumula alta de 4% no ano, impulsionado pelo desempenho das cargas containerizadas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



No acumulado deste ano, a movimentação de contêineres segue entre os segmentos de maior crescimento, com alta de 5,3% em comparação aos primeiros dez meses de 2024

A movimentação portuária brasileira voltou a acelerar em outubro, quando os terminais nacionais alcançaram 121,5 milhões de toneladas, resultado 9,8% superior ao registrado no mesmo mês de 2024. Os números integram levantamento do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com base em dados da Agência Nacional de Transportes

Aquaviários (Antaq), e mostram que o desempenho acumulado entre janeiro e outubro já chega a 1,16 milhão de toneladas, um avanço de 4% sobre igual período do ano anterior.

O resultado da carga containerizada foi decisivo para o crescimento no indicador geral. Em outubro, o segmento apresentou alta de 11,6% e atingiu a maior movimentação mensal da série histórica

monitorada pela agência reguladora. Os dados completos foram divulgados na manhã desta quarta-feira (10) por meio do Estatístico Aquaviário da Antaq.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o desempenho reforça a tendência de expansão observada ao longo do ano. Ele afirma que o país deve alcançar novo recorde em 2025, superando em pelo menos 150 milhões de toneladas a marca registrada em 2022. Segundo o ministro, a evolução do setor está diretamente ligada à melhoria das condições econômicas do Brasil, que traz previsibilidade às negociações globais, fortalece a confiança de investidores e sustenta empregos no país. “O resultado apurado se deve à melhoria das condições econômicas de nosso país, que dão previsibilidade às negociações globais, segurança aos investidores e emprego e renda aos trabalhadores brasileiros”, destacou.

A movimentação voltada ao comércio exterior continua predominante nos portos brasileiros. Entre janeiro e outubro, mais de 830 milhões de importações, aumento de 3,8% em relação a 2024. A cabotagem somou 190,8 milhões de toneladas no período, o equivalente a 16,4% do total movimentado. Já o transporte por vias interiores respondeu por 9,9%, alcançando 115,4 milhões de toneladas.

No acumulado do ano, a movimentação de contêineres segue entre os segmentos de maior crescimento, com alta de 5,3% em comparação aos primeiros dez meses de 2024 e total de 136 milhões de toneladas. Os graneis sólidos permanecem na liderança, com 692,8 milhões de toneladas, seguidos pelos graneis líquidos, que somaram 275 milhões de toneladas.

Os indicadores de outubro reforçam a trajetória de avanço do setor portuário e a consolidação de uma logística mais eficiente e integrada no país. A continuidade desse movimento aponta para um ambiente operacional cada vez mais robusto, com capacidade ampliada para sustentar o crescimento do comércio exterior e das cadeias produtivas brasileiras.

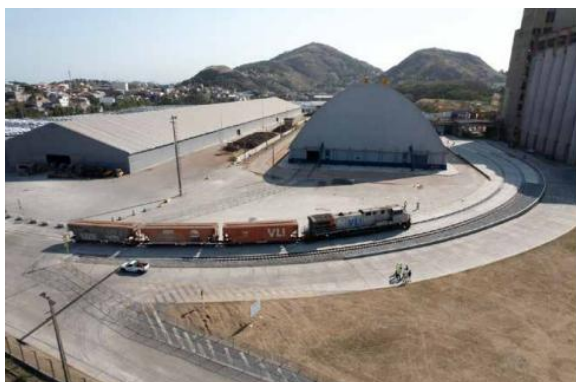
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

VPORTS ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 100 MILHÕES PARA OPERAÇÕES FERROVIÁRIAS EM 2026

Projeto inclui recuperação da pera ferroviária, ampliação de capacidade e construção de uma nova moega

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebeneews.com.br



Foi firmado um contrato por 17 anos com a Multilift, que prevê a construção de uma moega ferroviária exclusiva para descarregamento de ferro-gusa, que chegará diretamente ao porto

A Vports, concessionária que administra os portos do Espírito Santo, anunciou neste mês de dezembro um investimento total de R\$ 100 milhões para receber operações ferroviárias, agregando eficiência logística às operações portuárias. O aporte será aplicado para viabilizar as operações no Cais de Capuaba, que prevê modernização do modal ferroviário.

Segundo a Vports, foi firmado um contrato, válido por 17 anos, com a Multilift, que prevê a construção, ainda no primeiro semestre de 2026, de uma moega ferroviária exclusiva para descarregamento de ferro-gusa, que chegará diretamente ao porto. A operação da carga ocorrerá por meio de parceria entre a Autoridade Portuária privada, Multilift e a concessionária VLI.

Outros projetos incluem, ainda, a recuperação da pera ferroviária, ampliação de capacidade estática para graneis sólidos, melhoria de infraestrutura, além de investimentos em automação.

“A celebração deste contrato de 17 anos nos trará ganhos de eficiência e produtividade na movimentação de cargas pelo Espírito Santo, representando um passo estratégico para elevar a competitividade Logística do Estado. E esse é só o começo. Fechar um contrato de longo prazo, aliado à integração do porto com a ferrovia, abre inúmeras possibilidades de desenvolvimento e diversificação”, comentou Rafael Fattorelli, Diretor Presidente da Multilift.

Com a futura operação do ferro-gusa e os avanços e investimentos no modal ferroviário, a tendência é de ampliação das opções do mercado visando fortalecer o Espírito Santo como um hub multimodal de relevância.

“A recuperação de toda a estrutura em Capuaba e a preparação para o início das operações em 2026 têm importância estratégica por favorecer a atração de novas cargas e a abertura de outras rotas, como uma possível e inédita ligação entre o Espírito Santo e o Centro-Oeste como um todo, além de destinos mais específicos como Goiás e o Triângulo Mineiro”, afirmou o diretor-presidente da Vports, Gustavo Serrão.

O executivo destacou, ainda, que 2026 será um ano impulsionado pela vocação multipropósito dos portos administrados pela Autoridade Portuária privada, além da multimodalidade e localização estratégica.

“A preparação para início das operações ferroviárias somada à possibilidade de receber navios com porte bruto maior, de até 83 mil toneladas, ampliará as possibilidades de trabalhar graneis, como grãos e fertilizantes esse último um dos grandes destaques de movimentação de 2025”, completou Serrão.

Desde a concessão da antiga Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), a Vports já fechou 16 novos contratos que resultaram em mais de R\$ 600 milhões em investimentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

CONGONHAS ENFRENTA CAOS APÓS CANCELAMENTO DE VOOS POR VENTANIA

Saguão fica lotado após cancelamentos em série, com filas que se estendem por todo o terminal e críticas à falta de atendimento das companhias

Do Estadão Conteúdo



Muitos passageiros aguardam desde a manhã ou início da tarde para embarcar, e reclamam da falta de comunicação clara e assistência das companhias, com expressão cansada

Passageiros do Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, lotaram a área de check-in e o saguão do terminal na noite de quarta-feira, 10, após 167 voos serem cancelados por causa da ventania que atinge a capital. Reflexo de um ciclone extratropical que passa pela Região Sul do país, o vento atingiu a velocidade de 98

quilômetros por hora.

As longas filas de passageiros que esperam o voucher de hospedagem ou remarcação de voos ocupa toda a extensão do andar térreo do aeroporto, desembocando e dando a volta na área de alimentação.

Muitos aguardam desde a manhã ou início da tarde para embarcar, e reclamam da falta de comunicação clara e assistência das companhias, com expressão cansada.

A funcionária pública Márcia Aguiar saiu de Brasília em um voo da Gol, em um grupo com quatro colegas, e enfrentou atrasos sucessivos até ser informada do cancelamento.

“A gente entende o mau tempo, o que não dá pra aceitar é não ter informação, suporte nenhum da companhia, é esse descaso”, disse. Procurada, a Gol ainda não se manifestou.

Heloisa Fernandes, que partiria em um voo da Azul para Belo Horizonte por volta das 15 horas, ressaltou não ter sido notificada a companhia sobre o cancelamento, depois de atrasos seguidos. Procurada pela reportagem, a companhia não se manifestou.

“Estou na fila desde as 17h da tarde, quando vim até aqui (a área com os painéis) e soube que meu voo não ia mais sair. Não sei se tem voo amanhã, deram uma lista de restaurantes onde podemos comer, mas não posso sair da fila”, conta.

Uma funcionária da companhia comunicou aos passageiros na fila que não havia mais vaga em hotéis e que haveria um ônibus com destino ao Aeroporto Santos Dumont, no Rio, para aqueles que optassem por viajar desta forma. Passageiros com destino a outras cidades foram orientados a permanecer na fila.

No atendimento da Gol, por volta das 20h15, a confusão era maior com passageiros gritando e cobrando resolução. Alguns chegaram a bater palma pedindo “lanche”, já que a companhia não havia liberado alimentação aos passageiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

PPSA ANUNCIA LEILÃO COM 106,5 MILHÕES DE BARRIS DA UNIÃO EM 2026

Rodada organizada na B3 reúne lotes formados por diferentes campos do pré-sal e foi anunciada em encontro que debateu segurança energética e gestão pública

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O anúncio do leilão dos 106,5 milhões de barris foi feito pelo superintendente de Comercialização de Petróleo da PPSA, Guilherme França, durante o Fórum PPSA 2025

A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), estatal responsável pela gestão dos contratos de partilha e pela comercialização do petróleo pertencente à União, vai realizar o 6º Leilão de Petróleo da União no dia 29 de julho de 2026, na B3, em São Paulo. O anúncio foi feito na terça-feira (9) pelo superintendente de Comercialização de Petróleo da PPSA, Guilherme França, durante o Fórum Técnico PPSA 2025.

Serão ofertados 106,5 milhões de barris de petróleo provenientes dos campos de Mero, Itapu, Atapu, Sépia, Búzios e Bacalhau. A licitação será dividida em lotes que reúnem volumes de seis áreas do pré-sal. Do total, 64 milhões de barris virão de Mero, 21,5 milhões de Búzios, 13 milhões de Bacalhau, 4 milhões de Itapu, 2 milhões de Sépia e 2 milhões de Atapu. As cargas terão nomeações previstas entre janeiro e dezembro de 2027, exceto os volumes de Bacalhau, que poderão ser nomeados a partir de agosto de 2026.

O fórum, realizado nesta terça-feira, reuniu autoridades e especialistas para discutir a gestão das áreas do pré-sal sob o regime de partilha, com foco em planejamento de longo prazo, segurança jurídica e energética e equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. A participação do Ministério de Minas e Energia (MME) ocorreu logo após o Leilão de Áreas Não Contratadas no



Polígono do Pré-Sal, que arrecadou mais de R\$ 8,7 bilhões e reforçou a atratividade do modelo de partilha.

Na abertura do evento, o secretário nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Renato Dutra, destacou a atuação integrada das instituições do setor e o papel da PPSA na preservação dos interesses da União. Ele citou ações como o avanço da perfuração exploratória em áreas existentes e a articulação para ampliar a oferta de áreas para licitação. “A atuação da PPSA é central nesse processo, garantindo que os interesses da União sejam preservados e que os recursos gerados retornem à sociedade na forma de desenvolvimento, investimentos sociais e políticas públicas”, afirmou.

Dutra também ressaltou que o desenvolvimento do pré-sal deve seguir uma estratégia energética de longo prazo, alinhada às metas de transição energética e orientada para maximizar os benefícios econômicos e sociais da produção sob regime de partilha, funções atribuídas à PPSA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

ANP LIBERA PARECER PARA PROJETO PILOTO DE EÓLICA OFFSHORE NO RIO GRANDE DO NORTE

Manifestação de Mérito aponta ausência de conflitos com atividades de petróleo e gás e abre caminho para a instalação do primeiro sítio de testes offshore do país

Da Agência Brasil

Líder na geração de energia eólica em terra, o Rio Grande do Norte tem feito investimentos apoiado por características geográficas consideradas favoráveis à geração em alto-mar

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou a emissão da Manifestação de Mérito para o projeto piloto de eólica offshore Sítio de Testes de Aerogeradores de Areia Branca, no Rio Grande do Norte. O parecer, solicitado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), concluiu que a área destinada ao empreendimento não apresenta interferências com campos, poços, dutos ou demais estruturas ligadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás. A análise é considerada pelo governo federal um passo essencial para a criação de um ambiente regulatório que permita o avanço das iniciativas de geração em alto-mar no país.

A decisão representa um avanço em uma das etapas definidas como estratégicas para a consolidação da indústria de eólicas offshore no Brasil. Com a aprovação, o projeto piloto passa a contar com uma validação técnica preliminar, voltada à construção de um ambiente controlado para testes, experimentação tecnológica e verificação operacional antes da implantação de projetos comerciais de maior porte.

A avaliação da ANP integra o conjunto de instrumentos previstos na regulamentação da Lei nº 15.097/2025, responsável por estabelecer diretrizes para o uso de áreas marítimas destinadas à geração de energia offshore. O parecer não substitui etapas posteriores previstas na legislação, como processos de licenciamento, autorizações de uso do espaço marinho e demais habilitações ambientais e técnicas necessárias para empreendimentos dessa natureza.

***O PROJETO PILOTO PERMITIRÁ OBSERVAR, NA PRÁTICA, A
INTERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E
MUNICIPAIS ENVOLVIDOS EM ETAPAS COMO LICENCIAMENTO,
CESSÃO DE ÁREAS E FISCALIZAÇÃO, OFERECENDO
REFERÊNCIAS PARA AUMENTAR A PREVISIBILIDADE DE
EMPREENDIMENTOS FUTUROS***

A Manifestação de Mérito se concentra exclusivamente na análise de possíveis conflitos com atividades da indústria de petróleo e gás. O objetivo é assegurar previsibilidade ao planejamento do



uso do mar, tanto para investidores quanto para o governo, ao identificar se a região selecionada é compatível com operações de exploração e produção de óleo e gás. Com o parecer favorável, a ANP indica que a área escolhida em Areia Branca pode receber os aerogeradores previstos para o projeto piloto.

O Sítio de Testes de Aerogeradores de Areia Branca será composto inicialmente por dois aerogeradores instalados em área já certificada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e licenciada pelo Ibama. A concepção da iniciativa como ambiente de testes permitirá a realização de ensaios técnicos e estudos operacionais diretamente no mar, incluindo avaliações sobre desempenho dos equipamentos, manutenção, condições climáticas, logística portuária e impactos ambientais. O governo destaca que se trata do primeiro projeto desse tipo no Brasil e de um dos poucos ambientes dedicados à experimentação offshore no hemisfério Sul.

Além da dimensão tecnológica, o projeto busca contribuir para o aprimoramento dos fluxos de autorização, hoje considerados um desafio para o setor. O piloto permitirá observar, na prática, a interação entre órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos em etapas como licenciamento, cessão de áreas e fiscalização, oferecendo referências para aumentar a previsibilidade de empreendimentos futuros.

Caráter estratégico

Em nota, o Ministério de Minas e Energia enfatizou o caráter estratégico da iniciativa tanto para o avanço da tecnologia de eólica offshore quanto para o fortalecimento do ambiente regulatório. Segundo o MME, o projeto deverá servir como “experiência para validar procedimentos da ANP” e como base para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a empreendimentos de maior escala.

O avanço ocorre em um cenário de crescente interesse de investidores nacionais e estrangeiros no potencial brasileiro de geração eólica no mar, estimado em mais de 700 gigawatts (GW) por estudos técnicos do governo. Diversas propostas de projetos aguardam análise na SPU, mas o setor ainda depende da consolidação de uma infraestrutura regulatória e tecnológica que garanta segurança jurídica, competitividade industrial e sustentabilidade ambiental.

O Rio Grande do Norte, que lidera a geração de energia eólica em terra há mais de dez anos, busca ampliar sua participação no segmento offshore. O estado tem investido em modernização portuária, na articulação com a cadeia do hidrogênio verde e em projetos voltados a atrair novos empreendimentos, apoiado por características geográficas consideradas favoráveis à geração em alto-mar.

A implantação do Sítio de Testes de Areia Branca é vista por autoridades e pelo setor como um elemento que pode reduzir riscos tecnológicos e regulatórios nas fases iniciais de desenvolvimento da indústria de eólicas offshore no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/12/2025

PROJETO QUE DEFINE DIRETRIZES PARA MINERAIS CRÍTICOS TEM AVAL DA CAE

Texto prevê aumento do beneficiamento no país, instrumentos de estímulo ao setor e atualização periódica da lista de insumos prioritários

Por PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou o Projeto de Lei nº 4443/25, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. O objetivo da proposta é estimular as vantagens desses minérios e assegurar o abastecimento futuro da indústria nacional. A política deverá ser regulamentada pelo Ministério de Minas e Energia e alinhada às diretrizes nacionais de transição energética e soberania tecnológica. Após a aprovação na CAE, a proposta segue para decisão final na Comissão de Serviços e Infraestrutura do Senado.



A dependência europeia de mais de 90% das terras raras provenientes da China expõe o bloco a riscos significativos e, nesse contexto, o Brasil se torna um parceiro central

O texto aprovado na comissão foi o substitutivo do senador Esperidião Amin (PP-SC), relator da matéria na CAE. Ele acatou parcialmente oito emendas apresentadas, entre elas a que prevê o reforço da agregação de valor aos minerais críticos e estratégicos, com exigência de que parte do minério extraído seja processada e industrializada em

território nacional.

“É preciso que haja uma política contínua e permanente de Estado para que esse objetivo seja alcançado, ou seja, favorecer e estimular aqui o beneficiamento dos minerais das terras raras, que seja feito no Brasil”, disse Amin durante a sessão deliberativa que apreciou a matéria, de autoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Já o senador Rogério Carvalho (PT-SE), autor de uma das emendas acatadas por Amin, reforçou que o minério das terras raras deve ser, no mínimo, em 80% processado e industrializado no Brasil.

“Essa é a forma que a gente tem de garantir que faremos o uso adequado desses recursos e que teremos o controle, inclusive do que se exportará, dessa riqueza. É um mecanismo de controle extremamente eficaz”, afirmou.

A lista brasileira de minerais críticos e estratégicos será atualizada periodicamente pelo governo federal, e deve orientar o uso dos instrumentos de estímulo previstos, como as zonas de processamento de transformação mineral; incentivos fiscais; financiamentos específicos; e parcerias público-privadas.

Na Câmara dos Deputados, a expectativa é grande sobre o PL 2780/24, que tramita em regime de urgência, ou seja, pode ser votado diretamente no plenário da casa. Ao BE News, o relator da proposta, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), disse que havia combinado, pouco antes da conversa com a reportagem, com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), pautar o PL e deliberá-lo em fevereiro do ano que vem.

“Os minerais críticos e as terras raras estão no centro da briga entre Estados Unidos e China, e são uma das questões mais polêmicas da disputa entre Ucrânia e Rússia. O Brasil pode ter um protagonismo muito importante. A China tem a maior reserva, 43% do território da China. No Brasil, não conhecemos todo o território, ainda não teve um levantamento total. Já temos 23% das reservas do mundo, se nós recuperarmos isso, explorarmos isso, podemos ter um grande impulso a nossa indústria e isso é estratégico”, defendeu Jardim.

O projeto de lei também cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, e conta com o apoio, até mesmo, do ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira. No encontro entre o parlamentar e o ministro, há cerca de um mês, Silveira destacou que a reunião marcava um avanço institucional para garantir participação ativa e articulada das esferas Executiva e Legislativa na formulação do dispositivo, com foco no fortalecimento do conhecimento geológico brasileiro e da governança do setor mineral.

Celeiro global

O ministro chegou a declarar que o país reúne todas as condições para ocupar uma posição de “celeiro global” dos minerais críticos e estratégicos, em consonância com a transição energética mundial. Arnaldo Jardim pontuou que seu relatório busca convergência entre as cadeias produtivas, a pesquisa mineral, o beneficiamento e a agregação de valor em território nacional.

“Estamos falando daquilo que vai diminuir a dependência de importação de fertilizantes, ou seja, a possibilidade do Brasil na corrida tecnológica da inteligência artificial, de datacenter, de usar os minerais, não para vendê-los para fora, mas beneficiá-los aqui e mudar o padrão”, analisou o deputado federal.

Enquanto em Brasília a pauta da mineração avança no campo legislativo, no cenário internacional a União Europeia se posicionou sobre o acordo comercial com o Mercosul. O bloco sustentou que trata-se de uma peça-chave para garantir o acesso a minerais críticos indispensáveis à transição energética, às tecnologias digitais e à autonomia estratégica do bloco. Para a União Europeia, o tratado eleva o Brasil ao patamar de centro da estratégia de fornecimento de matérias-primas estratégicas. A dependência europeia de mais de 90% das terras raras provenientes da China expõe o bloco a riscos significativos e, nesse contexto, o Brasil se torna um parceiro central.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

CNA PROJETA DESACELERAÇÃO DO AGRO E ALERTA PARA FRAGILIDADES EM 2026

Endividamento maior, rentabilidade reduzida e ritmo menor da produção devem limitar o desempenho do setor após um 2025 de safra recorde

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Embora o agronegócio tenha ajudado a sustentar os principais indicadores do país no último ano, o balanço da entidade avalia que parte desse impulso tende a perder força

O avanço expressivo do agronegócio em 2025 não elimina a apreensão para o próximo ano. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) projeta um 2026 de desempenho mais contido e com riscos relevantes para a macroeconomia, em meio ao aumento do endividamento no campo, à pressão sobre margens e à necessidade de recompor a capacidade financeira dos produtores. Segundo

a entidade, o setor entrará no novo ciclo sob alerta, depois de um ano marcado por safra recorde e forte contribuição para a desaceleração da inflação.

A CNA apresentou na terça-feira (9) o balanço de 2025 e suas projeções para 2026 em coletiva virtual. Embora o agronegócio tenha ajudado a sustentar os principais indicadores do país no último ano, a entidade avalia que parte desse impulso tende a perder força. A estimativa para o PIB do agronegócio em 2026 é de alta de 1%, muito abaixo dos 9,6% previstos para 2025. O Valor Bruto da Produção (VBP), que mede a renda gerada dentro da porteira, deve crescer 5,1% em 2026 — também distante dos 11,9% projetados para 2025.

A despeito das incertezas, o presidente da CNA, João Martins, classificou 2025 como um ciclo positivo, sobretudo diante das limitações de crédito e dos efeitos climáticos. “Foi um ano normal, na nossa avaliação, porque conseguimos fazer uma coisa que achávamos que era impossível, com restrição de crédito e problemas climáticos, batemos novo recorde de produção, terminando o ano com safra superior a 350 milhões de toneladas. Para nós foi um ano bom”, disse na abertura do evento.

Os números ilustram o papel do agronegócio na economia brasileira no período. A CNA estima que o PIB do campo alcance R\$ 3,13 trilhões em 2025, e que a inflação encerre o ano em 4,4%, beneficiada pelo avanço da oferta de alimentos. Para a entidade, sem esse suporte, o país teria enfrentado risco de descumprimento da meta inflacionária, o que manteria a taxa Selic em patamar alto, hoje em 15% ao ano.



As projeções detalhadas da CNA mostram que o VBP deve alcançar R\$ 1,57 trilhão em 2026, com impulso do segmento agrícola, que tende a crescer 6,6% e somar R\$ 1,04 trilhão. O aumento da produção de grãos segue como principal motor. Na pecuária, o avanço será bem mais modesto: 2,2%, para R\$ 528,09 bilhões, com destaque para a bovinocultura de corte, estimada em alta de 4,7%.

A entidade, porém, destaca que o desempenho de 2026 estará condicionado à capacidade de reorganização financeira dos produtores. A elevação no endividamento tem pressionado a liquidez no campo e ampliado a vulnerabilidade dos sistemas produtivos. Segundo a CNA, será decisivo construir soluções estruturais que ampliem previsibilidade, confiança e resiliência.

Otimismo com cautela

A perspectiva para as principais cadeias produtivas indica novo avanço na produção agrícola, mas com ganhos limitados na rentabilidade — elemento considerado central para a sustentabilidade do setor no próximo ano.

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostram que a safra 2025/2026 deve chegar a 354,8 milhões de toneladas, alta de 0,8% sobre a temporada anterior. A soja, que terá área plantada estimada em 49,1 milhões de hectares, pode alcançar 177,6 milhões de toneladas, crescimento de 3,6%. No milho, o movimento é inverso: queda de 2,5% na segunda safra e redução de 1,6% na soma das três colheitas, totalizando 138,8 milhões de toneladas.

O arroz deve enfrentar retração de área e de produção, estimada em 11,3 milhões de toneladas, recuo de 11,5%. O consumo estagnado e as quedas de preços em 2025 contribuirão para a decisão dos produtores de desacelerar a oferta.

Na pecuária, o cenário aponta para uma virada de ciclo. O abate de bovinos cresceu 5,6% em 2025 até o terceiro trimestre, mas o grande volume de fêmeas (49,9% do total) deve gerar menor disponibilidade de animais em 2026. A CNA projeta retração de 4,5% na produção de carne bovina no próximo ano. “Diante desse cenário, a projeção é de queda de 4,5% na produção brasileira de carne bovina em 2026, na comparação anual”, afirmou a entidade.

A menor oferta tende a influenciar as cotações. Para a CNA, a arroba do boi gordo e os animais de reposição devem registrar alta. Com isso, outras proteínas — frango, suínos e ovos — podem ampliar competitividade, especialmente em um ano que combina eleições e Copa do Mundo, momentos que historicamente afetam padrões de consumo de alimentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

DINÂMICAS INTERNACIONAIS ACENDEM ALERTA

Além das pressões internas, o agronegócio brasileiro deverá enfrentar um ambiente global mais turbulento em 2026, segundo avaliação da CNA. O setor calcula que as disputas comerciais, a reorganização geopolítica e medidas tarifárias adotadas por parceiros estratégicos podem influenciar diretamente a competitividade do país.

A entidade chama atenção para a continuidade da política comercial agressiva dos Estados Unidos. Mesmo com o recuo no tarifaço aplicado à maior parte da cesta de produtos brasileiros, algumas tarifas extraordinárias — como as de 40% sobre pescados, mel e frutas — permanecem em vigor. Nas projeções da CNA, o impacto dessas restrições pode atingir até US\$ 2,7 bilhões em 2026, o equivalente a cerca de 22% das exportações agropecuárias brasileiras destinadas ao mercado americano.

As negociações conduzidas pelo governo Donald Trump também podem alterar rotas do comércio mundial e o fluxo de produtos agropecuários. Caso se confirmem alterações substanciais nas regras tarifárias, o Brasil pode enfrentar perda de espaço em mercados estratégicos, avalia a confederação.

A principal preocupação no eixo asiático envolve o processo de investigação sobre as importações de carne bovina conduzido pela China. Segundo a CNA, o procedimento pode resultar em salvaguardas aplicadas a todos os fornecedores. O Brasil, que responde por aproximadamente metade das compras chinesas de carne bovina, poderia ter impacto relevante no volume exportado caso ocorram restrições adicionais.

A entidade reforça que as possíveis mudanças no apetite chinês por carne bovina, somadas às medidas tarifárias de países concorrentes, podem alterar substancialmente o ritmo das exportações, influenciando renda, preços internos e fluxo cambial ligado ao agronegócio.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

INFLAÇÃO DE 0,18% EM NOVEMBRO É A MENOR PARA O MÊS NOS ÚLTIMOS SETE ANOS

Com o resultado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumula 4,46% em 12 meses, dentro da meta do governo

Da Agência Brasil



No grupo alimentação, o tomate (-10,38%) foi um dos subitens que mais ajudaram a baixar a inflação em novembro

A chamada inflação oficial fechou o mês de novembro em 0,18%, resultado que faz o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumular 4,46% em 12 meses. Dessa forma, o IPCA volta para o limite da meta do governo, de até 4,5% no acumulado de

12 meses. O índice chegou a ficar 13 meses fora do intervalo de tolerância.

Nos 12 meses terminados em outubro, o IPCA era de 4,68%. Em abril deste ano, o acumulado chegou a marcar 5,53%. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado de novembro é o menor para o mês desde 2018, quando a variação foi de -0,21%. Em outubro, o IPCA havia sido de 0,09%. O principal impacto para a aceleração de outubro para novembro foi o preço das passagens aéreas, que subiu 11,9%, representando 0,07 ponto percentual (p.p.) da inflação total do mês.

Veja o comportamento dos grupos pesquisados pelo IBGE: Alimentação e bebidas: -0,01% (0,00 p.p.); Habitação: 0,52% (0,08 p.p.); Artigos de residência: -1,00% (-0,03 p.p.); Vestuário: 0,49% (0,02 p.p.); Transportes: 0,22% (0,04 p.p.); Saúde e cuidados pessoais: -0,04% (0,00 p.p.); Despesas pessoais: 0,77% (0,08 p.p.); Educação: 0,01% (0,00 p.p.); e Comunicação: -0,20% (-0,01 p.p.).

Dentro do grupo despesas pessoais, o subitem de hospedagem subiu 4,09% em novembro. A explicação está na alta de 178% registrada em Belém, cidade que recebeu no mês a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). A corrida por acomodação pressionou os preços na cidade.

A energia elétrica residencial subiu 1,27% no mês, representando impacto de 0,05 ponto percentual puxada por reajustes tarifários em algumas concessionárias (Goiânia, Brasília, São Paulo e Porto Alegre).



A conta de luz é o preço que mais fez a inflação subir no ano e nos últimos 12 meses. Em 2025, o custo sobe 15,08%. Em 12 meses, 11,41%.

Dos 4,46% do IPCA em 12 meses, 0,46 ponto percentual é explicado pela energia elétrica. No grupo alimentação e bebidas, os subitens que mais ajudaram a baixar a inflação em novembro foram: Leite longa vida: -4,98%; Tomate: -10,38%; Arroz: -2,86%; Café moído: -1,36%.

Meta

A meta de inflação do governo é de 3% em 12 meses, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, no máximo 4,5%. Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). A meta é considerada descumprida se estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

O boletim Focus da última segunda-feira (08), sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, estima que a inflação oficial ao fim de 2025 será de 4,40%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

IPCA DE DEZEMBRO TEM QUE SER DE NO MÁXIMO 0,56% PARA FECHAR ANO A 4,5%, CALCULA IBGE

Do Estadão Conteúdo

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) só pode ter uma alta de até 0,56% em dezembro para encerrar o ano de 2025 dentro do teto de 4,5% da meta de inflação perseguida pelo Banco Central, calculou Fernando Gonçalves, gerente de Índices de Preços no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para encerrar o ano no centro da meta de 3,0%, o IPCA de dezembro tem que ser de queda de 0,89%, acrescentou Gonçalves. “Qualquer valor entre esse -0,89% e +0,56% fica entre o centro e o teto da meta”, explicou.

O IPCA teve uma alta de 0,18% em novembro, resultado mais baixo para o mês desde 2018. Em novembro de 2024, a taxa tinha sido de 0,39%.

Como consequência, a taxa acumulada em 12 meses arrefeceu pelo segundo mês consecutivo, passando de 4,68% em outubro de 2025 para 4,46% em novembro de 2025, menor resultado desde setembro de 2024, quando estava em 4,42%.

“É a primeira vez que (o IPCA em 12 meses) fica abaixo do teto da meta de inflação no ano”, disse o pesquisador do IBGE.

Segundo ele, a inflação de dezembro, por ora, não tem grandes pressões já à vista. Por outro lado, a energia elétrica pode diminuir, uma vez que a bandeira tarifária passará de vermelha patamar 1 em novembro para amarela em dezembro. “Então tem redução de valor”, lembrou.

Além disso, o ônibus urbano pode ter alguma variação para baixo, caso seja concedida gratuidade por conta de Natal ou Ano Novo em alguma localidade, acrescentou. “Belo Horizonte passou a ter gratuidade aos domingos em ônibus urbano”, completou.

PIB

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) anunciou nesta quarta-feira, que sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026, que é de 1,8%. Segundo o órgão, o crescimento será puxado pelos serviços, que devem subir 1,9%.

A indústria, entretanto, deve perder ritmo em relação a 2025, com crescimento de 1,1% no ano que vem. A agropecuária deve se manter estável nessa projeção. A CNI aponta juros altos e o enfraquecimento do mercado de trabalho como os principais fatores da desaceleração da economia.

O órgão projeta a taxa Selic encerrando 2026 em 12% e com inflação de 4,1% no fim do ano que vem. Os juros reais devem ficar em 7,9%, patamar que segue inibindo crescimento e investimento para a CNI.

“Caso as projeções se confirmem, este seria o menor crescimento do PIB em seis anos”, escreveu em nota o presidente da CNI, Ricardo Alban, colocado o dado na conta dos juros altos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

BANCO CENTRAL MANTÉM JUROS BÁSICOS EM 15% AO ANO PELA QUARTA VEZ SEGUIDA

Copom não deu pistas de quando deve começar a cortar os juros. Só explicou que o cenário atual é incerto e exige cautela

Da Agência Brasil



A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo IPCA

O recuo da inflação e a desaceleração da economia fizeram o Banco Central (BC) não mexer nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 15% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Em comunicado, o Copom não deu pistas de quando deve começar a cortar os juros. Assim como na última reunião, repetiu que o cenário atual está marcado por grande incerteza, que exige cautela na política monetária, e que a estratégia do BC é manter a Selic por bastante tempo.

“O comitê avalia que a estratégia em curso, de manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado, é adequada para assegurar a convergência da inflação à meta. O comitê enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que, como usual, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado”, destacou o comunicado.

Essa é a quarta reunião seguida em que o Copom mantém os juros básicos. A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano.

Após chegar a 10,5% ao ano em maio do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro de 2024. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho, sendo mantida nesse nível desde então.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em novembro, o IPCA ficou em 0,18%, o menor nível para o mês desde 2018. Com o resultado, o indicador acumula alta de 4,46% em 12 meses, voltando a ficar dentro do teto da meta contínua de inflação.

Pelo novo sistema de meta contínua, em vigor desde janeiro, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de

tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua, a meta passa a ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em dezembro de 2025, a inflação desde janeiro do mesmo ano é comparada com a meta e o intervalo de tolerância.

Em janeiro de 2026, o procedimento se repete, com apuração a partir de fevereiro de 2025. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Política Monetária, divulgado no fim de setembro pelo Banco Central, a autoridade monetária diminuiu para 4,8% a previsão do IPCA para 2025, mas a estimativa será revista, por causa do comportamento do dólar e da inflação. A próxima edição do documento, que substituiu o antigo Relatório de Inflação, será divulgada no fim de dezembro.

As previsões do mercado estão mais otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4,4%. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 4,55%.

Crédito caro

O aumento da taxa Selic ajuda a conter a inflação. Isso porque juros mais altos encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas maiores dificultam o crescimento econômico. No último Relatório de Política Monetária, o Banco Central diminuiu de 2,1% para 2% a projeção de crescimento para a economia em 2025.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 2,25% do PIB em 2025.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

ENTIDADES EMPRESARIAIS E SINDICAIS CRITICAM CAUTELA E COBRAM INÍCIO DO CORTE NA SELIC

A manutenção da Taxa Selic – juros básicos da economia – em 15% ao ano recebeu críticas do setor produtivo. Apesar de a decisão ter sido amplamente esperada pelo mercado, entidades empresariais e sindicais veem na postura do Banco Central (BC) um entrave ao crescimento econômico num cenário de inflação em queda, desaceleração da economia e perda de fôlego do mercado de trabalho.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou que o BC desconsiderou “evidências robustas” de que a economia já permitiria iniciar um ciclo de redução da Selic. O presidente da entidade, Ricardo Alban, afirmou que a manutenção dos juros “é excessiva e prejudicial”, intensificando a perda de ritmo da atividade, encarecendo o crédito e inibindo investimentos. Para ele, há espaço para um ajuste gradual sem comprometer a convergência da inflação para a meta.

O economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Felipe Queiroz, considerou que o BC mantém uma política desconectada da conjuntura nacional e internacional. Segundo Queiroz, a postura atual “prejudica investimentos, consumo e agrava entraves estruturais”, além de dificultar a condução da política fiscal.

Em nota, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) classificou a decisão como um “descumprimento das necessidades da população e do setor produtivo”. A presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT) e vice-presidenta da CUT, Juvandira Moreira, disse que a Selic elevada desvia recursos do investimento produtivo para o “rentismo”.

Economistas ligados à central afirmam que a inflação está controlada e que o aperto monetário já provoca queda no consumo, desaceleração do PIB e perda de dinamismo no mercado de trabalho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

COM ANÚNCIO DO FED, IBOVESPA SOBE 0,69% E RETOMA A LINHA DOS 159 MIL PONTOS

Federal Reserve volta a cortar taxa de juros de referência dos EUA e índice nacional acompanha a melhora observada em Nova York

Do Estadão Conteúdo



O giro na B3 foi o mais fraco desde a sexta-feira, a R\$ 23,5 bilhões nesta quarta, mas ainda um pouco acima da média recente

O Ibovespa manteve margem de variação estreita, de mil pontos, entre a mínima e a máxima desta quarta-feira, até que se conhecesse a decisão sobre juros do Federal Reserve (Fed), às 16 horas (de Brasília), e também os comentários do presidente do BC norte-americano, Jerome Powell, meia hora depois.

Em linha com o esperado, o Fed voltou a cortar a taxa de juros de referência dos EUA em 0,25 ponto porcentual, na terceira redução consecutiva no processo de afrouxamento monetário, iniciado em setembro e a que havia dado curso também na reunião seguinte, no fim de outubro.

Minutos depois da deliberação do Fed, o Ibovespa, acompanhando a melhora observada em Nova York, renovou então máxima do dia, e ganhou fôlego adicional durante as explicações do presidente do Fed, chegando no melhor momento aos 159.690,70 pontos, em alta de pouco mais de 1%. Ao fim, marcava alta de 0,69%, aos 159.074 97 pontos, mantendo a alternância de ganhos e perdas moderados desde o tombo de 4,31% na última sexta-feira, quando registrou sua maior queda diária em quase 5 anos.

Na B3, o Ibovespa se firmou acima dos 159 mil pontos na reta final da sessão, em intervalo que colocou os índices de ações em Nova York também nas máximas do dia por lá. Destaque, na B3, para as ações do setor financeiro, que se firmaram em alta, à exceção de Santander (Unit -0,93%), tendo à frente no fechamento Bradesco PN (+1,78%). Vale ON subiu 1,83%, em sessão com ganhos discretos para Petrobras (ON +0,21%, PN +0,25%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, CSN (+6,41%) e, no lado oposto, C&A (-3 98%).

O giro na B3 foi o mais fraco desde a sexta-feira, a R\$ 23,5 bilhões nesta quarta, mas ainda um pouco acima da média recente. Com o desempenho desta quarta-feira, o Ibovespa apagou as perdas de dezembro, agora neutro no mês, o que coloca o ganho acumulado no ano a 32,25%.

Divisão

A decisão do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC, em inglês) do Federal Reserve de cortar as taxas de juros em 25 pontos-base (pb) não foi unânime, segundo comunicado divulgado após a reunião. Três dirigentes o diretor Stephen Miran, o presidente da distrital de Kansas City, Jeffrey Schmid, e o presidente da distrital de Chicago, Austan Goolsbee divergiram da decisão.

Miran, que também ocupa a presidência do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca e já criticou diversas vezes o nível elevado das taxas de juros nos Estados Unidos, votou novamente por uma redução maior, de 50 pontos-base (pb). Já Schmid e Goolsbee defenderam a manutenção dos juros no nível de 3,75% a 4%.



“O Fed deixou a porta aberta para cortes no curto prazo, mas sem compromisso. Ou seja, reforça a postura ‘data dependent’ dependente dos dados. Reconheceu a moderação da atividade e a desaceleração do mercado de trabalho, mas citou incerteza ainda elevada e inflação acima do ideal”, diz Bruno Perri, economista-chefe, estrategista e sócio-fundador da Forum Investimentos. “É possível que haja uma pausa na próxima reunião já que a de hoje não foi uma decisão de consenso.”

Ainda assim, durante a fala de Powell, os três principais índices de ações em Nova York buscaram novas máximas na sessão. Ao fim, Dow Jones marcava alta de 1,05%, S&P 500, de 0,67%, e Nasdaq, de 0,33%. O índice de tecnologia de NY operou em leve baixa durante boa parte da sessão, e só firmou o sinal positivo durante a fala do presidente do Federal Reserve.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

DÓLAR SOBE NA CONTRAMÃO DO EXTERIOR COM QUADRO ELEITORAL NO RADAR

A pré-candidatura de Flávio Bolsonaro à presidência da República continua impactando no valor da moeda americana, que fechou em alta de 0,60%

Do Estadão Conteúdo

O aumento da percepção de risco provocado pelas mudanças recentes no cenário político doméstico, com o vaivém de informações sobre a pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência da República, jogou contra o real nesta quarta-feira, 10.

O dólar até desacelerou os ganhos por aqui com o aprofundamento das perdas da moeda americana no exterior à tarde, após a decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), de reduzir os juros nos EUA, mas ainda assim não conseguiu furar o piso de R\$ 5,45.

Com máxima de R\$ 5,4906, o dólar à vista terminou o pregão em alta de 0,60%, a R\$ 5,4686 no maior nível de fechamento desde 14 de outubro (R\$ 5,47).

Apesar da tramitação célere no Congresso do projeto de lei da Dosimetria, aprovado na madrugada desta quarta pela Câmara dos Deputados, não houve sinal concreto de que Flávio Bolsonaro possa abandonar a corrida eleitoral. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) prometeu uma apreciação rápida do PL na Casa.

Entre idas e vindas nos últimos dias, o senador atrelou no último domingo a retirada do seu nome do pleito à aprovação do projeto de anistia aos condenados por tentativa de golpe de estado. O PL da Dosimetria não vai tão longe, mas reduz a pena do ex-presidente Jair Bolsonaro. Flávio já havia descartado, contudo, a intenção de retirar seu nome do pleito nos últimos dias.

Para o economista-chefe para América Latina da Pantheon Macroeconomics, Andres Abadia, a alta do dólar não é provocada pela candidatura de Flávio Bolsonaro em si, mas pelo aumento das incertezas provocadas pela mudança do quadro eleitoral.

“Os investidores já haviam precificado parcialmente uma corrida relativamente binária entre Lula e um único desafiante de centro-direita, mas o anúncio de Flávio complica esse cenário”, afirma Abadia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

JUSTIÇA SUSPENDE BENEFÍCIOS VITALÍCIOS DE BOLSONARO ENQUANTO ELE ESTIVER NA PRISÃO

Mesmo preso, ex-presidente tinha à sua disposição seguranças, dois veículos oficiais com motoristas, dois assessores e despesas pagas pela União

Do Estadão Conteúdo



A União tem 48 horas para suspender todos os benefícios que Bolsonaro ganhou por ter sido presidente da República

A Justiça Federal em Belo Horizonte determinou a suspensão dos benefícios e direitos vitalícios que o ex-presidente Jair Bolsonaro recebe por ter exercido a Presidência da República, enquanto ele cumprir pena em regime fechado.

Segundo a ação, Bolsonaro ainda dispõe de quatro servidores para segurança e apoio, dois veículos oficiais com motoristas e dois assessores, além de despesas com passagens, diárias, combustível e manutenção. A decisão liminar determinou que a União bloqueie em até 48 horas o fornecimento desses serviços.

Apenas no primeiro semestre de 2025, esses gastos somaram R\$ 521.073,00 e desde 2023, o montante ultrapassa R\$ 4 milhões. Segundo levantamento com dados do Portal de Dados Abertos da Casa Civil, o ex-presidente custou R\$ 994.592,11 até novembro deste ano.

A liminar tem caráter provisório e pode ser revista pelas instâncias superiores. Procurada, a defesa de Jair Bolsonaro ainda não se manifestou nem informou se pretende recorrer. O espaço segue aberto.

A medida atende a uma ação popular proposta pelo vereador de Belo Horizonte, Pedro Rousseff (PT). O autor sustenta que, embora Bolsonaro esteja cumprindo pena em regime fechado, a União segue mantendo a estrutura custeada com recursos públicos prevista norma que garante segurança e apoio a ex-presidentes.

O vereador disse à reportagem estar muito contente com a decisão da Justiça Federal. “Nosso argumento foi muito claro: quem está preso, ainda mais por golpe de Estado, não pode continuar recebendo benefícios do Estado. É ilegal e imoral”, afirmou.

Direito dos ex-presidentes

De acordo com o decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de 2008, qualquer pessoa que tiver exercido o cargo de presidente da República tem direito a quatro servidores para atividades de segurança e apoio pessoal, dois assessores pessoais, dois veículos e dois motoristas.

No entanto, na decisão, o juiz afirma que o desenho da lei que concede esses benefícios pressupõe o ex-presidente “em vida civil, exposto a riscos específicos de sua condição pretérita e envolvido em atividades públicas, políticas ou institucionais”, o que não se verifica no caso de alguém em regime fechado.

Para o magistrado, a segurança de Bolsonaro, enquanto preso, deve ser garantida pelo sistema prisional e pelas regras da execução penal, não por uma estrutura paralela vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Condenação

Jair Bolsonaro foi condenado pelo STF a uma pena total de 27 anos e três meses de prisão em regime fechado por crimes como tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e organização criminosa. Ele cumpre pena na sede da Superintendência da Polícia Federal, em Brasília.

Apesar disso, o projeto da dosimetria, aprovado na Câmara dos Deputados, e nas mãos do Senado, pode reduzir a pena total de Bolsonaro para 20 anos. Mas em regime fechado, esse tempo cairia de



seis anos e dez meses para dois anos e quatro meses; a partir disso ele poderia progredir para um regime menos restrito.

“Na minha conta nesse projeto, reduz uma parte lá em cima, então, na medida que você junta penas, reduz (a pena total) para 20 anos e sete ou oito meses. Então, para ficar claro, o que eu reduzo não é de 27 anos para dois anos e quatro meses”, afirmou o relator do projeto na Câmara Paulinho da Força.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

DEFESA DO EX-PRESIDENTE PEDE DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PARA VISITAS DE MICHELLE E FILHOS

Se a mudança for admitida, as visitas passarão a ser organizadas administrativamente pela própria Polícia Federal

Do Estadão Conteúdo

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu nesta quarta-feira, 10, que o Supremo Tribunal Federal (STF) facilite o esquema de visitas a ele na superintendência da Polícia Federal em Brasília.

Os advogados solicitaram que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e os filhos do ex-presidente sejam cadastrados para acessar a carceragem de segunda a sexta, nos horários permitidos sem necessidade de autorização prévia do STF.

Se a mudança for admitida, as visitas passarão a ser organizadas administrativamente pela própria Polícia Federal, sem passar pelo crivo do Supremo Tribunal Federal (STF).

Atualmente, a defesa precisa submeter cada pedido de visita ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, e os visitantes só entram com autorização judicial.

Além disso, as visitas são individuais, com duração máxima de 30 minutos, e em dias e horários específicos (apenas às terças e quintas-feiras, das 9h às 11h). Somente médicos e a defesa têm acesso livre ao ex-presidente.

Os advogados Celso Vilardi, Paulo Amador da Cunha Bueno e Daniel Tesser, que representam Bolsonaro, afirmam no ofício ao STF que o objetivo da mudança é um “ajuste procedimental” para “facilitar a gestão administrativa das visitas”.

“Caso se considere oportuno, o Peticionante sugere, ainda, que a Diretoria da Superintendência da Polícia Federal seja intimada para informar sobre a viabilidade operacional do referido cadastramento, de modo que se possa adotar o procedimento que melhor se harmonize com as condições da unidade e com as diretrizes deste Juízo”, diz um trecho do pedido.

A decisão caberá ao ministro Alexandre de Moraes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

GILMAR MENDES ATENDE SENADO E RECONSIDERA LIMINAR SOBRE IMPEACHMENT DE MINISTROS

Magistrado retirou trecho que dizia que apenas a Procuradoria-Geral da República poderia pedir o afastamento de ministros do Supremo

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes atendeu a pedido do Senado e suspendeu parte da decisão liminar que alterou o rito de impeachment contra integrantes da Corte para aguardar que o Congresso legisle sobre o tema.

O trecho suspenso foi o que dizia que apenas a Procuradoria-Geral da República (PGR) poderia pedir o afastamento de ministros do Supremo. A decisão mantém, porém, a exigência de quórum mínimo de dois terços do Senado para aprovar o afastamento. A legislação atual prevê maioria simples.



Gilmar Mendes manteve em sua decisão a exigência de quórum mínimo de dois terços do Senado para aprovar o afastamento de ministros do STF

“A mim me parece, nesse contexto, que o Senado Federal, em especial os senadores que passam pela cadeira presidencial, tem

demonstrado adequada percepção dos potenciais traumáticos, sob o ponto de vista institucional, que decorrem da instauração de processos de impeachment contra Ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo certo que, por isso mesmo, vem adotando postura prudente e equilibrada, em consonância com os postulados da separação dos poderes e da independência judicial”, disse Gilmar na decisão.

Na manifestação enviada na terça-feira a Gilmar, a advocacia do Senado pediu que o Supremo aguardasse o Congresso concluir a apreciação do projeto de lei (PL) de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) que altera a Lei do Impeachment, de 1950.

“Entendo que o profícuo debate legislativo em curso evidencia a possibilidade de acolhimento parcial das demandas formuladas pelo Senado Federal”, considerou Gilmar.

O ministro ainda elogiou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e disse que o parlamentar mostrou “elevado espírito público” ao arquivar 36 pedidos de impeachment contra ministros protocolados durante sua gestão. Alcolumbre criticou a liminar de Gilmar e chegou a pautar a PEC do Marco Temporal, aprovada ontem, em retaliação ao ministro.

Adiamento

O PL estava na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado desta quarta-feira, 10, mas o debate foi adiado para 2026. O adiamento atendeu ao pedido do relator da proposta, senador Weverton Rocha (PDT-MA). Ele disse que ainda recebe sugestões de mudanças no texto e que, após conversa com Pacheco na manhã de hoje, decidiu fazer mais uma sessão de debates.

Pacheco é aliado de Gilmar e apoiava a indicação do senador para uma vaga no Supremo até a indicação do advogado-geral da União Jorge Messias.

“A suspensão temporária das ações e a revogação ou suspensão dos efeitos da medida cautelar, pelo curto período necessário à conclusão da deliberação parlamentar, mostra-se providência adequada e proporcional, pois permite que o Congresso Nacional conclua a apreciação de matéria de sua competência constitucional sem comprometer a coerência sistêmica do ordenamento e sem gerar oscilações indesejáveis no tratamento da matéria”, diz a manifestação do Senado.

A liminar seria analisada em sessão virtual pelo plenário do Supremo a partir desta sexta-feira, 12, até o dia 19. Com a reconsideração, o tema foi retirado de pauta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025



STF RETOMA JULGAMENTO DO MARCO TEMPORAL COM A FASE DE MANIFESTAÇÃO DAS PARTES

Dois anos após declarar o marco institucional, ministros voltam a julgar o caso sobre demarcação de terras indígenas

Da Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o primeiro dia das sustentações das partes envolvidas em quatro processos que tratam do marco temporal para demarcação de terras indígenas.

Dois anos após a Corte declarar o marco institucional, os ministros voltaram a julgar a questão na sessão desta quarta-feira (10). Foram ouvidas as sustentações das principais entidades que fazem parte da discussão.

O julgamento vai continuar nesta quinta-feira (11), quando a Corte pretende encerrar a fase das manifestações das partes. A data da votação dos ministros será marcada posteriormente.

Em 2023, o STF considerou que o marco temporal é institucional. Além disso, o marco também foi barrado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vetou a Lei 14.701/2023, na qual o Congresso validou a regra. Contudo, os parlamentares derrubaram o veto de Lula.

Dessa forma, voltou a prevalecer o entendimento de que os indígenas somente têm direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial na época.

Após a votação do veto presidencial, os partidos PL, PP e Republicanos protocolaram no STF ações para manter a validade do projeto de lei que reconheceu a tese do marco temporal.

As entidades que representam os indígenas e partidos governistas também recorreram ao Supremo para contestar novamente a constitucionalidade da tese.

Sustentações

O advogado Ricardo Terena falou pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e reafirmou que os direitos fundamentais dos indígenas são inegociáveis. Terena sustentou que a tese do marco temporal é uma afronta aos direitos indígenas e um desafio à autoridade da Constituição.

“Quando achamos que a Constituição seria plena para nós, povos indígenas, ela continuou sendo quase. Desde o protocolo das ações diretas de institucionalidade, a lei não foi suspensa e sua promessa de paz social jamais se concretizou nos territórios indígenas”, disse.

Indígena e advogado, Dinanam Tuxá se manifestou na condição de representante do PSOL. Ele fez um relato sobre sua situação pessoal e disse que sua comunidade foi removida de um território indígena, em função da construção de uma usina hidrelétrica na Bahia, e ainda não conseguiu retomar o território.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

JUSTIÇA SE ARRASTA E MARCOLA E CÚPULA DO PCC SE LIVRAM DO MAIOR PROCESSO CONTRA A FACÇÃO

A denúncia contra 161 acusados foi recebida em 27 de setembro de 2013, mas o processo praticamente não teve andamento e prescreveu

Do Estadão Conteúdo

A Justiça de São Paulo encerrou um processo contra 161 investigados por suposto envolvimento com o Primeiro Comando da Capital (PCC). A ação penal a maior já proposta contra a facção se

arrastou por 12 anos, desde 2013, sem julgamento até que, no último dia 2 o juiz Gabriel Medeiros, da 1.^a Vara de Presidente Venceslau, interior do Estado, declarou a prescrição das acusações, ou seja reconheceu que o Estado perdeu o prazo de punição dos réus.



A prescrição é calculada com base no tamanho da pena do crime. O prazo para punição terminou em 28 de setembro de 2025

Entres os denunciados estavam Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, e outros chefões do PCC. A denúncia foi oferecida no dia 9 de setembro de 2013. O Ministério Público de São Paulo acusou 175 por associação criminosa. A Justiça recebeu a denúncia contra 161 acusados em 27 de setembro de 2013.

Desde então, o processo praticamente não teve andamento. Catorze réus sequer foram citados para enviar as defesas preliminares. A prescrição é calculada com base no tamanho da pena do crime. Nos cálculos do juiz, o prazo terminou em 28 de setembro de 2025.

“Feitas essas considerações, reconheço a prescrição da pretensão punitiva estatal in abstrato e em consequência, julgo extintas as punibilidades dos denunciados em relação aos quais a denúncia foi recebida”, anotou Gabriel Medeiros, em seis páginas.

A investigação que deu origem ao processo é considerada uma das maiores ofensivas contra o PCC. Os promotores reuniram escutas, documentos, depoimentos de testemunhas e informações sobre apreensões de centenas de quilos de drogas e de armas.

Nota da Defesa

Bruno Ferullo, responsável pela defesa técnica de Marco Willians Herbas Camacho, informa que o Poder Judiciário reconheceu a prescrição da pretensão punitiva estatal in abstrato, decisão que, em estrita observância ao ordenamento jurídico brasileiro, declarou extinta a punibilidade do assistido.

A prescrição é um instituto jurídico constitucionalmente assegurado, destinado a garantir segurança jurídica e impedir que o Estado exerça seu poder punitivo de forma ilimitada no tempo. O reconhecimento da prescrição, portanto, não constitui favorecimento pessoal, mas sim o cumprimento rigoroso da lei penal e dos prazos previstos pelo próprio Estado.

A decisão reafirma a importância do respeito às garantias fundamentais, entre elas a duração razoável do processo e o devido processo legal. Trata-se de um pronunciamento judicial técnico, baseado exclusivamente nos parâmetros legais, que encerra definitivamente a persecução penal relativa aos fatos em questão.

A defesa reitera seu compromisso com a atuação ética, responsável e estritamente pautada no ordenamento jurídico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/12/2025

CNJ VÊ ‘ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESTRUTURADA’ NO TRT DO RIO DE JANEIRO

Conselho Nacional de Justiça afasta de vez três desembargadores que recebiam propina
Do Estadão Conteúdo

Investigação do Conselho Nacional de Justiça apontou a existência de uma organização criminosa estruturada dentro do Tribunal Regional do Trabalho da 1.^a Região (TRT1), no Rio, ‘criada para vender decisões judiciais e gerar prejuízos milionários ao erário’.

O grupo reunia desembargadores, juízes, advogados e empresários, que 'atuavam de forma hierarquizada e direcionada à concessão ilícita de facilidades processuais, com pagamentos mascarados de honorários advocatícios'.

Os desembargadores José da Fonseca Martins Júnior, Fernando Antonio Zorzenon da Silva e Marcos Pinto da Cruz são apontados como supostos líderes da organização. A reportagem do Estadão pediu manifestação do TRT1 e dos desembargadores citados na decisão do CNJ. O espaço está aberto.

Os dados sobre a conduta dos desembargadores fazem parte de relatório subscrito pela conselheira Mônica Nobre, acolhido por unanimidade por seus pares no CNJ. Nesta terça, 9, o colegiado decidiu aplicar a sanção de aposentadoria compulsória aos três desembargadores na prática, eles serão afastados definitivamente da carreira, mas com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, como prevê a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

Mônica Nobre, relatora de três Processos Administrativos Disciplinares (PADs) que culminaram na medida apontada como a 'punição' mais grave imposta a magistrados atribuí aos desembargadores do TRT1 um 'amplo esquema de recebimento de propina, peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa dentro da Corte trabalhista'.

Esquema

Segundo a relatora, o esquema funcionava, sobretudo, por meio da inclusão fraudulenta de empresas e organizações sociais endividadas nos Planos Especiais de Pagamentos Trabalhistas (PEPTs), mecanismo que centraliza execuções e concede diversos benefícios, como suspensão de penhoras, bloqueios, leilões e cobranças, além de redução de juros e encargos.

Em contrapartida, quantias eram repassadas a escritórios de advocacia ligados a familiares dos magistrados, 'servindo como canal para o pagamento das vantagens indevidas'.

Nos três processos, o CNJ identificou a participação de desembargadores do TRT da 1.^a Região 'em um esquema estruturado de propinas'.

O desembargador José da Fonseca Martins Júnior foi apontado por 'integrar o grupo que atuava em conluio com outros magistrados, autoridades estaduais e advogados ligados por vínculos familiares'. O desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva também foi reconhecido como integrante do esquema ilícito, assim como o desembargador Marcos Pinto da Cruz.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

TRUMP SINALIZA SER CONTRA PRISÃO DE LÍDER DA OPOSIÇÃO NA VENEZUELA E AMEAÇA COLÔMBIA

Presidente dos EUA avisou que o líder colombiano é o próximo em sua lista por ser muito hostil

Do Estadão Conteúdo



Donald Trump voltou a chamar a Colômbia de “grande indústria de drogas e cocaína” e ameaçou o país

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que “não ficará feliz” caso a líder da oposição da Venezuela, Maria Corina Machado, seja presa pelo regime de Nicolás Maduro, em comentários a repórteres nesta



quarta-feira, 10.

Trump ainda confirmou a interceptação de um grande petroleiro na costa venezuelana, mas sem dar detalhes sobre o que teria motivado a operação.

O presidente americano também fez duras críticas à Colômbia, voltando a chamar o país de “grande indústria de drogas e cocaína”, afirmando que o presidente colombiano Gustavo Petro é o “próximo na sua lista” por ser muito “hostil” com os EUA. “Ele terá muitos problemas, se não for sábio”, disse.

Em relação a outras tensões geopolíticas, Trump disse que acredita ser capaz de retomar o cessar-fogo entre Tailândia e o Camboja. “Se eu não fizer, quem fará?”, afirmou, acrescentando que pretende ligar para autoridades de ambos os países nesta quinta-feira, 11.

Sobre a Ucrânia, o presidente americano disse que não está gastando nada em dinheiro, apenas em tempo e esforço, nas negociações de paz, lembrando que o país está comprando armas americanas para combater a Rússia. Trump, no entanto, defendeu a necessidade de eleições gerais em Kiev, diante dos recentes escândalos de corrupção. “Eles não têm uma eleição em muito tempo, precisam fazer uma em breve”, apontou.

Os comentários aconteceram durante mesa redonda com executivos de Wall Street para anunciar detalhes sobre a adesão do Gold Card. “Não queremos qualquer pessoa entrando nos EUA”, disse o republicano, afirmando que o novo programa é uma “versão melhorada” do Green Card para ajudar empresas americanas.

Presente na reunião, o secretário do Comércio dos EUA, Howard Lutnick, classificou o Gold Card como a “chave” para trazer as “melhores pessoas do mundo” ao país e ajudar iniciativas de inovação.

Sobre outros temas de política doméstica, Trump defendeu a ideia de transferir diretamente subsídios de saúde para a população sem a interferência de seguradoras, alegando que é apoiada por americanos, mas que “não sabe se democratas vão aprovar o projeto”. O presidente ainda pediu a descontinuidade da CNN, afirmando que o canal de televisão jornalístico é “desonesto e precisa ser vendido”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

TURISTAS QUE NÃO PRECISAM DE VISTO PODEM TER DE EXPOR AOS EUA HISTÓRICO DE REDES

A administração Trump tem intensificado o monitoramento de viajantes internacionais e imigrantes
Do Estadão Conteúdo

Estrangeiros que têm permissão para entrar nos Estados Unidos sem visto podem em breve ser obrigados a fornecer informações sobre suas redes sociais, contas de e-mail e histórico familiar extenso ao Departamento de Segurança Interna antes de serem aprovados para viajar.

O aviso publicado nesta quarta-feira, 10, no Federal Register diz que a Alfândega e Proteção de Fronteiras está propondo coletar cinco anos de informações de redes sociais de viajantes de países selecionados que não precisam obter vistos para vir ao país. A administração Trump tem intensificado o monitoramento de viajantes internacionais e imigrantes.

O anúncio refere-se a viajantes de mais de três dezenas de países que participam do Programa de Isenção de Vistos e enviam suas informações ao Sistema Eletrônico para Autorização de Viagem (ESTA), que os examina automaticamente e depois os aprova para viajar aos EUA. Ao contrário dos solicitantes de visto, geralmente não precisam ir a uma embaixada ou consulado para uma entrevista. Questionado em um evento na Casa Branca se estava preocupado que a medida pudesse afetar o turismo, o presidente Donald Trump disse que não. “Queremos segurança,

queremos proteção, queremos ter certeza de que não estamos deixando as pessoas erradas entrarem em nosso país”, enfatizou o republicano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025

DESABAMENTO DE PRÉDIOS DEIXA AO MENOS 22 MORTOS NO MARROCOS

Autoridades ainda investigam o que causou o colapso e quantas pessoas estavam no local na hora da tragédia

Do Estadão Conteúdo

Dois prédios de quatro andares desabaram durante a noite de terça-feira, 9, na cidade marroquina de Fez, deixando ao menos 22 pessoas mortas no segundo desabamento fatal ocorrido neste ano, disseram as autoridades do Marrocos nesta quarta-feira, 10.

A agência de notícias estatal do país informou que os dois prédios residenciais abrigavam oito famílias. Dezesseis pessoas ficaram feridas no desabamento e foram encaminhadas para um hospital próximo para receber tratamento. As autoridades disseram que o bairro foi isolado e que as buscas e o resgate continuavam.

Não estava claro o que causou o desabamento ou quantas pessoas estavam desaparecidas na manhã desta quarta-feira, pelo horário local.

Fez é a terceira cidade mais populosa de Marrocos e uma das sedes da Copa Africana de Nações deste mês e da Copa do Mundo de 2030. É mais conhecida por sua cidade murada, repleta de souks medievais (mercados). Mas, além do turismo, é também um dos centros urbanos mais pobres do país, onde a infraestrutura precária é comum em muitos bairros.

Outro desabamento em maio matou 10 pessoas e feriu outras sete em um prédio que já estava programado para ser isolado, de acordo com o portal marroquino Le360.

Os códigos de construção muitas vezes não são aplicados em Marrocos, especialmente em cidades antigas onde é comum encontrar prédios residenciais antigos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/12/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO CAI AO MENOR VALOR DO ANO, MAS GASOLINA E GÁS DE COZINHA NÃO ACOMPANHAM, SEGUNDO O INEEP

Por Ana Carolina Diniz



Após flutuar pela manhã, preço do barril de petróleo volta a cair — Foto: Bloomberg

Em novembro, o petróleo tipo Brent fechou a US\$ 68,3 por barril, o menor valor do ano, em um movimento de queda que influenciou o recuo das referências internacionais de combustíveis, segundo levantamento do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inee). Os preços praticados pela Petrobras em suas refinarias para a gasolina e gás de

cozinha se mantiveram acima do Preço de Paridade Internacional (PPI), que está em queda acompanhando o recuo do preço do petróleo no mercado externo. Já o preço do diesel nas refinarias da estatal é inferior à referência internacional.

A queda no petróleo reduziu o Preço de Paridade de Importação (PPI) da gasolina, calculado pela ANP, para R\$ 2,45 por litro no fim de novembro, um recuo de 4,8% em relação ao mês anterior. Mesmo assim, a Petrobras manteve o valor nas refinarias em R\$ 2,73, nível 11,8% acima do PPI, embora já tivesse reduzido o preço em junho e outubro. Na bomba, o preço médio nacional pouco variou: R\$ 6,19 em setembro, R\$ 6,20 em outubro e R\$ 6,17 em novembro, período em que a margem de distribuição e revenda diminuiu.

No caso do GLP, o PPI teve leve baixa de 0,6%, passando de R\$ 31,56 para R\$ 31,37. A Petrobras também manteve seu preço inalterado, em R\$ 34,68, valor 10,54% acima da referência internacional pelo terceiro mês seguido. O preço médio ao consumidor ficou praticamente estável, fechando novembro em R\$ 110,34, ainda acima da média máxima dos últimos cinco anos para o mesmo período.

Já o diesel seguiu trajetória oposta. O PPI caiu 1,2%, para R\$ 3,50 por litro, enquanto a Petrobras manteve suas refinarias em R\$ 3,30, valor 5,66% abaixo da referência internacional. Na revenda, o preço ficou estável: R\$ 6,06 em setembro, R\$ 6,05 em outubro e R\$ 6,07 em novembro, também com queda na margem de distribuição e revenda.

Para o Inep, os movimentos mostram que, embora a Petrobras tenha autonomia para definir sua política de preços, ela permanece influenciada pelo mercado internacional. O boletim destaca, porém, que ampliar a capacidade nacional de refino e fortalecer o setor de distribuição são medidas essenciais para aumentar o controle sobre o preço final dos combustíveis ao consumidor.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/12/2025

PETROLEIRO APREENDIDO NA COSTA VENEZUELANA SERÁ LEVADO A UM PORTO DOS EUA E O PETRÓLEO SERÁ CONFISCADO

Venezuela é extremamente dependente de petróleo, o que torna a apreensão potencialmente prejudicial à frágil economia do país

Por O Globo com agências internacionais — Washington e Caracas



Esta captura de tela de um vídeo publicado pela procuradora-geral dos Estados Unidos, Pam Bondi, em sua conta no X em 10 de dezembro de 2025, mostra o que Bondi afirma ser a execução de “um mandado de apreensão de um petroleiro usado para transportar petróleo sancionado da Venezuela e do Irã” na costa da Venezuela em 10 de dezembro. — Foto: US ATTORNEY GENERAL PAM BONDY'S X ACCOUNT/AFP

O petroleiro apreendido pelo governo Donald Trump na costa da Venezuela será levado a um porto dos Estados Unidos e o petróleo será confiscado, declarou nesta quinta-feira a porta-voz da Casa Branca. Sujeito a sanções há anos, o petroleiro foi apreendido por forças americanas na quarta-feira no Caribe, um ato qualificado como “roubo descarado” e “pirataria” por Caracas. Trata-se de uma nova etapa da pressão americana sobre o regime de Nicolás Maduro — mas, desta vez, no campo econômico.



— Há um processo legal para confiscar esse petróleo, e ele será levado adiante — declarou a porta-voz, Karoline Leavitt. — Não vamos ficar parados e ver como navios sancionados navegam com petróleo contrabandeado, cujos lucros servem para alimentar o narcoterrorismo de regimes ilegítimos — acrescentou a porta-voz.

Questionada sobre se a campanha no Caribe tem como alvo o tráfico de drogas ou o petróleo, Leavitt respondeu:

— Os Estados Unidos estão focados em alcançar vários objetivos no hemisfério ocidental [o continente americano]. O presidente adotou uma nova abordagem que não era tomada por nenhum governo há bastante tempo — concluiu.

A Casa Branca publicou na semana passada uma nova Estratégia de Segurança Nacional que eleva a América Latina e o Caribe a uma região de interesse essencial, diante da presença da China e de regimes que Washington considera hostis.

O petróleo é a principal fonte de recursos do governo de Maduro, e essa apreensão representa um aumento significativo da pressão.

"Bem, acho que ficaremos com ele", afirmou Trump, referindo-se ao petróleo do navio apreendido pelas forças americanas na costa da Venezuela, na quarta-feira. De acordo com a agência Reuters, os EUA estão se preparando para interceptar mais navios que transportam petróleo venezuelano.

Autoridades do governo americano ouvidas pelo New York Times também afirmaram que esperam novas apreensões nas próximas semanas como parte do esforço do governo Trump para enfraquecer Maduro por meio do cerco ao mercado de petróleo do país. Segundo Washington, o petroleiro será levado para um porto dos EUA e todo o petróleo será confiscado.

— Há um processo legal para o confisco desse petróleo, e esse processo legal será cumprido — disse nesta quinta-feira a porta-voz Karoline Leavitt.

O navio, que operava sob o nome fictício de Adisa, foi alvo de sanções em 2022 pelo Departamento do Tesouro dos EUA, que afirmou que a embarcação fazia parte de "uma rede internacional de contrabando de petróleo [iraniano] que facilitava o comércio e gerava receita" para apoiar as forças do movimento xiita libanês Hezbollah, apoiadas pelo Irã, e a Força Quds da Guarda Revolucionária da República Islâmica.

A apreensão foi revelada pelo próprio Trump na Casa Branca, onde ele acrescentou, sem dar mais detalhes, que "outras coisas estão acontecendo". O governo venezuelano, por sua vez, chamou a apreensão de "roubo descarado e um ato de pirataria internacional".

A apreensão colocou em alerta armadores, operadores e agências marítimas envolvidas no transporte de petróleo bruto venezuelano, com muitos reconsiderando se devem ou não navegar nas águas venezuelanas nos próximos dias, disseram fontes do setor de transporte marítimo à Reuters.

Uma das fontes ouvidas pelo New York Times identificou o navio-tanque como sendo o Skipper e afirmou que transportava petróleo venezuelano da Petróleos de Venezuela, a estatal petrolífera conhecida como PDVSA. A fonte ainda disse que o navio já havia sido ligado ao contrabando de petróleo iraniano — um mercado clandestino global que o Departamento de Justiça dos EUA investiga há anos. A embarcação navegava sob uma bandeira da Guiana, país no qual não estava registrada, e seu destino era a Ásia, segundo a fonte.

Há cerca de duas semanas, um juiz federal emitiu um mandado de apreensão contra o Skipper devido às atividades anteriores do navio no contrabando de petróleo iraniano, e não por ligações com o governo Maduro, ainda de acordo com a fonte. Não ficou claro, no entanto, se o mandado de apreensão — que está sob sigilo — se referia ao navio, ao petróleo ou a ambos.

Os promotores afirmaram que o Irã usa o dinheiro gerado com a venda de petróleo para financiar suas Forças Armadas e a Guarda Revolucionária, que os Estados Unidos designaram como organização terrorista.

O proprietário do Skipper, listado como Triton Navigation Corp. no banco de dados marítimo Equasis, e seu administrador, Thomarose Global Ventures Ltd., estão ambos sediados na Nigéria. Procurados pela Bloomberg, eles ainda não se posicionaram sobre o caso.

O petróleo e a Venezuela

A Venezuela é extremamente dependente do petróleo, o que torna esse tipo de apreensão potencialmente prejudicial à frágil economia do país. O petróleo representa a maior parte das receitas de exportação de Caracas. O governo venezuelano, por sua vez, gasta grande parte da receita das exportações de petróleo para importar itens de primeira necessidade, como alimentos e medicamentos.

Embora se acredite que o país possua reservas colossais de petróleo ainda inexploradas, ele produz muito menos petróleo do que no início do século, após a má gestão, as sanções dos EUA e a corrupção na PDVSA terem prejudicado a produção.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/12/2025

MOTIVA SUPERA ARTERIS E VENCE LEILÃO DE REPACTUAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA FERNÃO DIAS

Foi o primeiro leilão de otimização com concorrência e em que a atual concessionária não ficou com o ativo

Por João Sorima Neto — São Paulo



Rodovia Fernão Dias: Motiva superou a Arteris em leilão de repactuação do contrato de concessão — Foto: Divulgação

A Motiva (ex-CCR) venceu o leilão de repactuação do contrato de concessão da Fernão Dias (BR-381/MG/SP), que liga São Paulo a Belo Horizonte, cruzando 33 cidades. Foi o quarto leilão de otimização de contratos rodoviários, o primeiro a ter concorrência e o único até agora em que a gestora atual, a Arteris, não ficou com o ativo. O leilão aconteceu na B3, em São Paulo.

A Motiva ofereceu o maior desconto (17,05%) sobre a tarifa básica de pedágio, com valor máximo definido em R\$ 0,03879 por quilômetro. A EPR, outra concorrente, ofereceu desconto de 11,25%, enquanto a Arteris ofereceu desconto zero.

A rodovia atende cerca de 250 mil veículos por dia e aproximadamente 16,6 milhões de habitantes em 33 municípios. O novo contrato prevê R\$ 9,5 bilhões em investimentos e mais R\$ 5,4 bilhões em custos operacionais ao longo dos 15 anos da concessão, que teve início em 2008.

O contrato passa por uma repactuação junto ao governo federal, através do Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU prevê como etapa final da repactuação a realização de um novo leilão aberto a operadoras interessadas.

O presidente da Motiva Infraestrutura de Mobilidade, Eduardo Camargo, avaliou que o processo de repactuação de contratos de rodovias tem se mostrado vencedor e que a Fernão Dias é importante para Motiva, que considera a região estratégica e trata-se de um ativo de grande porte.



— Estávamos no aeroporto de Belo Horizonte, mas estamos num processo de venda do ativo. Agora, voltamos a Minas pela Fernão Dias. Agradecemos a Arteris e garantimos que vamos cuidar muito bem da rodovia que eles cuidaram até agora — disse Camargo, após o leilão, afirmando que a vitória não vai gerar mais alavancagem para empresa.

A Motiva vendeu por R\$ 5 bilhões os 20 aeroportos que administrava. A troca de controle com a Arteris deve ocorrer entre abril e maio do ano que vem, disse Camargo.

Como uma empresa diferente da atual operadora venceu o certame, a Arteris receberá uma indenização de R\$ 295 milhões da Motiva, valor previsto no edital, mas que poderá sofrer ajustes, dependendo dos saldos de dívida e do caixa da concessionária quando o pagamento for realizado.

Último leilão do ano

O ministro dos Transportes, Renan Filho, lembrou que este foi o último leilão do governo federal de concessão de rodovias de 2025 e que, com ele, o estado de Minas Gerais soma R\$ 80 bilhões em investimentos contratados nos próximos anos. Renan Filho disse que a entrada da Motiva no certame — e a comemoração efusiva pela vitória — mostram que o ativo será muito bom para a empresa.

— A participação da Motiva foi fruto das decisões da empresa, que optou por abandonar outros setores (aeroportos) e se concentrar em rodovias. 2025 é um ano de virada para esta companhia, que é a maior na área de concessões rodoviárias do país — disse.

O ministro agradeceu a Arteris, controlada por uma holding de capital espanhol, pela administração da rodovia até agora, mas disse que acreditava que a empresa faria um esforço maior para oferecer um deságio competitivo do pedágio (a Arteris ofereceu zero de desconto). Mas ele atribuiu isso ao histórico do contrato que a empresa tinha, que acabou performando abaixo do esperado.

— O ministério vem melhorando os contratos e a competição prioriza o interesse do cidadão. A Arteris fez tudo que estava ao alcance da empresa e sai da concessão com as portas do Brasil abertas a discutir novos projetos e possibilidade de novos investimentos — afirmou Renan Filho.

O governador Romeu Zema (Novo), de oposição ao governo federal, não esteve no leilão e mandou seu vice, Mateus Simões (PSD).

O ministro disse que com os investimentos, a Fernão Dias terá melhorias no asfalto e novas entradas para as cidades, por exemplo. Ele lembrou que o governo federal fez 22 leilões de rodovias ano passado e, para 2026, serão mais 14.

— E estamos resolvendo os problemas dos contratos do passado, que tinham ficado embaixo do tapete. Com isso, o país tem o maior pipeline do mundo em concessões rodoviárias — garantiu.

Ele também garantiu que o pedágio será mais barato na Fernão Dias do que nas estradas concedidas pelo governo de Minas. São oito praças de pedágio na rodovia entre SP e MG que, no primeiro ano, devem ficar em R\$ 3,60, enquanto nas estradas estaduais o valor do pedágio é de R\$ 15, comparou o ministro.

Outros três leilões

Já foram realizados outros três leilões de concessões repactuadas, entre eles o da MSVia, operada pela Motiva, o da Eco101, administrada pela Ecorodovias e o da Autopista Fluminense, também da Arteris. Essas disputas não atraíram novos interessados e as concessionárias que já administravam as rodovias se mantiveram à frente do ativo.

A Arteris vem passando por um processo de repactuação de seu portfólio, em que quase todos os contratos federais estão sendo renegociados. Há cerca de um mês, a concessionária manteve a concessão da Autopista Fluminense, no Rio de Janeiro, já que não houve outros interessados.

Ativo importante

Fernando Vernalha, especialista em infraestrutura e regulação, sócio do escritório Vernalha Pereira, avaliou que o leilão de repactuação de uma das principais rodovias do país, com alto volume de tráfego, já indicava que haveria concorrência.

— O resultado refletiu a atratividade do projeto. Até aqui, os três leilões de contratos de repactuações não tiveram competitividade, dadas as características destes negócios, que podem envolver riscos maiores do que a assunção de novas operações. Com uma alta oferta de novos projetos de concessão de rodovias, é natural que as repactuações não tenham maior atratividade — explica.

Especialista em infraestrutura, o advogado Paulo Dantas, sócio do Castro Barros Advogados, explica que apesar de ser um dos corredores logísticos mais relevantes do país, a rodovia vinha recebendo investimentos aquém do necessário. Com a repactuação, os investimentos serão destravados.

— Neste caso, o leilão atraiu grandes grupos e houve a mudança da operadora, com a concessão saindo da Arteris e indo para a Motiva. O resultado reforça o papel do TCU na construção de segurança jurídica e demonstra que em condições adequadas, o procedimento de repactuação pode gerar concorrência, tarifas mais competitivas e melhores perspectivas de investimento — disse.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/12/2025

PLANO DE INVESTIMENTOS NO AEROPORTO DE GUARULHOS SERÁ DE R\$ 2,5 BI

Pacote inclui modernização até 2029, reforço de segurança e retrofit dos terminais; ministro diz que aviação vive “melhor momento”

Por Ana Flávia Pilar — São Paulo



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante anúncio de pacote de investimentos para o aeroporto de Guarulhos — Foto: Jonilton Lima/MPor Divulgação

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou nesta quinta-feira investimentos de R\$ 2,5 bilhões no aeroporto de Guarulhos (GRU) até 2029. Desse montante, aproximadamente R\$ 1,5 bilhão serão recursos privados da concessionária GRU Airport. O restante será aporte público. Segundo ele, o total de investimentos previstos no terminal, somados aos de

Congonhas, também no estado de São Paulo, superam R\$ 8 bilhões, incluindo recursos públicos e privados.

Em Guarulhos, os investimentos chegam a R\$ 2,55 bilhões, concentrados principalmente na modernização e ampliação da infraestrutura aeroportuária. Desse total, R\$ 1,98 bilhão será destinado a melhorias como ampliação de pátio e pistas (R\$ 606,3 milhões), intervenções nos terminais de passageiros (R\$ 546,6 milhões), sistema de bagagens (R\$ 365,6 milhões), terminal de cargas (R\$ 147,9 milhões), sistema elétrico (R\$ 127,6 milhões), sistema viário e mobilidade (R\$ 87,4 milhões), tecnologia da informação (R\$ 51,6 milhões) e estacionamentos (R\$ 50,4 milhões).

Outras ações somam R\$ 365,4 milhões voltados ao reforço da segurança aeroportuária. Além disso, o retrofit dos terminais de passageiros receberá R\$ 206,9 milhões, divididos entre obras civis (R\$ 91,8 milhões), aquisição de equipamentos (R\$ 77,6 milhões) e climatização (R\$ 37,6 milhões).

Costa Filho afirmou ainda que o ministério criou um grupo de trabalho com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para acompanhar os impactos dos fortes ventos registrados nos últimos dois dias em São Paulo, que levaram ao cancelamento de mais de 110 voos.



O ministro disse que a aviação vive seu “melhor momento”. Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumiu o governo, o país registrava 98 milhões de passageiros ao ano — número que agora se aproxima de 130 milhões. Segundo ele, o aumento de mais de 30 milhões de viajantes representa o fortalecimento tanto do turismo de negócios quanto o de lazer, estimulando a economia.

— O que significa o crescimento de mais de 30 milhões de passageiros na aviação do país? (Significa que estamos) Fortalecendo o turismo de negócios, fortalecendo o turismo de lazer e, naturalmente, movimentando a economia brasileira. Nós tivemos, até o último dia 30 de setembro, um crescimento na aviação nacional em mais de 10% (no ano), um crescimento importante, e na aviação internacional um crescimento em mais de 12%.

Costa Filho destacou ainda a recuperação das companhias aéreas brasileiras e citou a recente compra de 74 aeronaves da Embraer pela Latam, o que reforça a indústria nacional. Ele afirmou que terá, em breve, uma reunião com a Gol para incentivar a compra de aviões da fabricante brasileira.

— Nos Estados Unidos, 50% da aviação é de aviões da Boeing. Na França, 49% são aviões da Airbus. No Brasil, apenas 12% são aviões da Embraer. Então, quando nós assumimos, nós conversamos com o presidente Lula para a gente potencializar a indústria brasileira.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/12/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TARCÍSIO PEDE AÇÃO FEDERAL NA ENEL APÓS APAGÃO: ‘A GENTE NÃO PODE FICAR REFÉM; INTERVENÇÃO FUNCIONA’

Governador de SP afirmou que a competência da distribuição de energia elétrica no Estado é federal, salientando responsabilidade do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Por Geovani Bucci (Broadcast)

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu nesta quinta-feira, 11, a intervenção do governo federal na empresa Enel Distribuição São Paulo, depois que mais de 2 milhões de moradias ficaram sem luz na Grande São Paulo.

Segundo ele, a intervenção é a medida mais efetiva para a situação da empresa. “A intervenção funciona; o plano de contingência não”, disse o governador, que criticou como “absolutamente insuficiente” o desempenho da empresa para restabelecer o fornecimento de energia.

“A gente estava ontem na formação da empresa: 1,2 mil equipes de campo, chegou a 1.600 equipes de campo. Isso é absolutamente insuficiente”, criticou.

Ele reforçou que a competência da distribuição de energia elétrica no Estado é federal, salientando a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em nota, a Aneel apenas informou fazer “fiscalização na empresa para avaliar o cumprimento do plano de contingência e das providências para recuperação do serviço”. Procurado, o Ministério de Minas e Energia não comentou.

Segundo Tarcísio, sua gestão fez o que era possível. “A gente oficia imediatamente, envia relatórios para a agência reguladora e comunica sobre a situação de todas as concessionárias. O maior tempo de restabelecimento, os maiores problemas são na área da Enel. Nós tivemos um período

extremamente longo e, assim, a velocidade de restabelecimento, quando acontece em outros lugares, tem uma melhor performance. É isso que a gente tem que buscar”, disse.

“A gente não pode ficar refém, como foi dito, não dá”, afirmou Tarcísio. Ele participou da entrega de apartamentos do programa Casa Paulista no município de Carapicuíba, na região metropolitana.

Depois da ventania histórica que atingiu a capital e a Grande SP na quarta-feira, 10, cerca de 1,5 milhão de imóveis amanheceram sem energia, e dezenas de voos foram cancelados nos aeroportos de Guarulhos e Congonhas. À noite, a Enel, concessionária que atua na região, afirmou que ainda não tinha condições de informar quando o fornecimento seria totalmente restabelecido.

“Nós não somos donos do contrato, não temos competência; a competência da energia elétrica, da distribuição, é federal, está no Ministério de Minas e Energia e na Aneel”, disse Tarcísio. “A gente tenta dar o máximo de subsídio e fazer o que pode para melhorar a prestação do serviço.”



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, comentou responsabilidade enquanto mais de 1 milhão de imóveis seguem sem energia na região metropolitana de São Paulo Foto: Paulo Guereta/Governo de SP

De acordo com Tarcísio, trata-se de um convênio muito antigo. Ele classificou a situação como um “problema sério” e que preocupa pela baixa velocidade no restabelecimento de energia.

“Por isso a gente tem sido muito crítico à questão da prorrogação do contrato. Na nossa visão, uma área metropolitana desse tamanho merecia ter esse contrato quebrado em dois”, continuou o chefe do Executivo paulista. “Área menor, outra concessionária, mais facilidade de realizar investimentos. E isso nos direciona a uma nova licitação que deveria ser feita ao final do contrato.”

Nesse sentido, Tarcísio não deixou de atribuir a responsabilidade pela questão da Enel ao governo federal. Segundo o governador, foram feitas sugestões de medidas regulatórias ao ministério e à Aneel. Ele também lembrou que já convocou um dos relatores de processos encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para uma reunião com prefeitos de municípios afetados.

Ainda durante sua fala, Tarcísio evitou críticas ao modelo privado de gestão e criticou especificamente a Enel. “Ora: se a empresa é geradora de caixa, a intervenção funciona, porque aí o interventor pega o caixa, faz Opex, faz Capex e resolve o problema. O plano de contingência (que) às vezes não funciona”, destacou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 11/12/2025

MOTIVA, EX-CCR, VENCE LEILÃO DE CONCESSÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS, COM DESÁGIO DE 17,05%

Vencedora tem compromisso de investir R\$ 14,8 bilhões na modernização da estrada entre São Paulo e Belo Horizonte (MG)

Por Mariana Ribas (Broadcast)

A Motiva, ex-CCR, arrematou o leilão de concessão da Rodovia Fernão Dias (BR-381), entre São Paulo e Belo Horizonte (MG), com deságio de 17,05%. Em leilão realizado nesta quinta-feira, 11, na sede da B3 em São Paulo, a empresa superou a atual concessionária Arteris e a EPR, composta pelo grupo de infraestrutura Equipav e o fundo de investimentos Perfin. O contrato prevê investimentos de R\$ 14,8 bilhões.



Rodovia Fernão Dias foi leiloada nesta quinta-feira, 11 Foto: Reprodução/Google Street View

É o primeiro leilão de repactuação com competitividade. As últimas repactuações não tiveram concorrentes, o que mostra a atratividade da rodovia Fernão Dias, que atende cerca de 250 mil veículos por dia e aproximadamente 16,6 milhões de habitantes em 33 municípios.

Entre as obras a serem executadas pela futura concessionária estão a implantação de faixas adicionais, vias marginais, correções de traçado, passarelas de pedestres, interseções otimizadas, passagens de fauna e dois Pontos de Parada e Descanso (PPDs).

Segundo o Ministério dos Transportes, esse é o último leilão do ano de 2025, completando treze rodovias leiloadas em 2025. A expectativa da pasta é de que o número se repita em 2026.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que ficou surpreso com a oferta feita pela Arteris. A fala se deu em discurso após a Motiva (ex-CCR) desbancar a atual concessionária do trecho da BR-381, que comporta entre Belo Horizonte e São Paulo.

“Achei que a Arteris iria fazer um esforço maior”, disse o ministro. A empresa, atual concessionária da rodovia, ofertou um desconto de 0% sobre a tarifa básica de pedágio estipulada em edital de R\$ 0,03879 por quilômetro. Venceu a Motiva, com uma oferta de 17,05%. Com isso, segundo o ministro, o valor da tarifa sairá de R\$ 3 para R\$ 3,60 no próximo ano.

Renan Filho afirmou que, em 2026, a pasta irá promover cerca de 14 leilões de rodovias. Durante sua fala, ele também afirmou que a Motiva deverá “fechar o ano talvez com ganhos superiores a 60%”. “Agora, com a otimização, o contrato é rentável, financiável, transparente e vai trazer muito mais benefícios para o cidadão que reside nas imediações da rodovia”, afirmou.

Investimento

O presidente da divisão de rodovias da Motiva, Eduardo Camargo, afirmou que a empresa irá considerar as debêntures de infraestrutura como alternativa para investimento na Autopista Fernão Dias.

O contrato prevê investimentos de R\$ 14,8 bilhões. Questionado sobre como a Motiva fará esse financiamento, Camargo destacou que a melhor solução, que está no plano de negócios, é ir ao mercado e incrementar esse financiamento com dívidas de mercado.

Ele enfatizou ainda que a empresa irá busca uma fonte de financiamento no Brasil, negando a busca por capital externo. “Como a receita desse ativo é 100% em reais, a gente vai buscar uma fonte de financiamento no Brasil mesmo”, disse.

Além disso, o presidente da Motiva ressaltou que a troca de controle com a atual operadora, Arteris, deve ocorrer efetivamente entre o final de abril e o começo de maio de 2026. Antes disso, a expectativa da empresa é que ocorra uma aproximação com as operações.

“Como temos uma boa relação tanto com a própria concessionária, como com a Arteris e a ANTT, a nossa intenção é que possamos nos aproximar, conhecer, saber como é que está a operação”, disse.

Marco positivo

Para o especialista em infraestrutura do escritório Castro Barros Advogados, Paulo Henrique Dantas, o leilão da Fernão Dias representa um “marco positivo” para a política nacional de concessões rodoviária.

Segundo Dantas, apesar de ser um dos corredores logísticos mais relevantes do País, a rodovia vinha recebendo investimentos “aquém do necessário”.

A adoção do modelo simplificado pelo Ministério dos Transportes e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na sua visão, mostrou-se “adequada para destravar os investimentos necessários”.

Outro ponto positivo, conforme o especialista, é que se trata de mais um ativo negociado após a participação no programa Secex-Consenso do Tribunal de Contas da União (TCU) e diferentemente dos outros leilões estruturados na mesma lógica, que não tiveram concorrência e mantiveram as operadoras vigentes, neste caso atraiu grandes grupos e houve a mudança da operadora, saindo da Arteris e indo para a Motiva.

“O resultado reforça o papel do TCU na construção de segurança jurídica e demonstra que em condições adequadas, o procedimento simplificador pode gerar concorrência, tarifas mais competitivas e melhores perspectivas de investimento paga os usuários das rodovias”, finaliza Dantas./Com Amélia Alves

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 11/12/2025

OPPORTUNITY É FAVORITO A COMPRAR EX-PROJETO BILIONÁRIO DE MINA E PORTO DE EIKE BATISTA

Além do grupo de Daniel Dantas, Vale e estrangeiros avaliam Porto Sudeste e Mineração Morro do Ipê, colocados à venda por Mubadala e Trafigura; empresas não comentam negociações

Por Ivo Ribeiro e Altamiro Silva Junior (Broadcast)

A Bemisa, mineradora do banqueiro Daniel Dantas, dono do grupo Opportunity, é forte candidata a fechar a compra do Porto Sudeste e da Mineração Morro do Ipê, ativos colocados à venda pelo fundo asiático Mubadala, de Abu Dhabi, e a trading de commodities holandesa Trafigura.

A empresa firmou contrato de confidencialidade (Non-Disclosure Agreement-NDA) com as duas controladoras, abrindo caminho para o processo de due diligence (auditoria) dos ativos, informaram pessoas próximas das negociações ao Estadão/Broadcast.

Procurada, a Bemisa informou que não comenta o assunto. Mubadala, Trafigura e a Porto Sudeste S.A. não retornaram aos pedidos de comentários.



O negócio envolvendo os ativos tem valor de venda na faixa de US\$ 5 bilhões e alguns grupos demonstraram interesse em avaliá-los. Segundo pessoas a par do caso, três grupos já assinaram o NDA, incluindo a Bemisa e a brasileira Vale. O ativo também pode interessar a nomes como o fundo australiano Macquarie, focado em infraestrutura, além de mineradoras chinesas e investidores árabes, de acordo com essas pessoas. Procurada, a Vale afirmou que também não comenta o assunto.

Porto Sudeste, na Baía de Sepetiba, em Itaguaí (RJ), foi adquirido por Mubadala e Trafigura em 2014 e começou a operar comercialmente em 2016 Foto: Porto Sudeste/Divulgação

Nesta primeira fase, ainda sem compromisso vinculante, a avaliação no mercado financeiro da Faria Lima é que vários interessados vão ao menos olhar mais de perto o ativo.

O Porto Sudeste, um projeto do empresário Eike Batista, dono do grupo EBX que foi à lona há pouco mais de uma década, entrou em operação em meados de 2015. A capacidade atual é de movimentar 50 milhões de toneladas por ano, principalmente minério de ferro. No entanto, ainda opera com pouco mais de 40% da capacidade instalada.

A Morro do Ipê, que fica em Brumadinho (MG), no Quadrilátero Ferrífero, opera as minas de minério de ferro Ipê e Tico-Tico. Ambas pertenceram à MMX Sudeste Mineração, de Eike, e há pouco mais de uma década foram vendidas para Mubadala e Trafigura para quitar dívidas do empresário.

A mina Ipê opera desde maio de 2017 processando estoques de minério de ferro. Já a mina Tico-Tico, que terminou de ser aberta em 2023, ainda não conseguiu entrar em plena operação (está na fase de aceleração, ou “ramp up”). A previsão é operar ao ritmo da plena capacidade a partir do primeiro trimestre de 2026, de acordo com documentos da mineradora.

No ano passado, a Mineração Morro do Ipê gerou receita de R\$ 970 milhões, com produção e venda de 3,5 milhões de toneladas. A mina Tico-Tico, quando em plena operação, terá capacidade para fazer 6 milhões de toneladas por ano, segundo a empresa, processando minério itabirito e gerando material pellet feed de alto teor de ferro.

Quem é a Bemisa

Braço de mineração do Opportunity desde 2007, a Bemisa (Brasil Exploração Mineral S/A) opera as minas Baratinha e Mongais no município de Antônio Dias (MG) e está investindo R\$ 100 milhões em uma nova mina, Pedra Branca, em João Monlevade. A capacidade de produção da empresa vai crescer mais de 50%, para até 7 milhões de toneladas por ano de produto acabado tipo “pellet feed”, com teor de 65%, conforme informação da revista especializada Brasil Mineral.

O projeto do dono do Opportunity em Minas Gerais, com os ativos e reservas que detém atualmente, é de alcançar uma produção de 10 milhões de toneladas por ano de minério de ferro até 2030, de acordo com informações de publicações especializadas. A empresa não concedeu entrevista ao Estadão.



Empresário Daniel Dantas, dono do Opportunity, que criou a Bemisa em 2007 para investimentos em mineração de ferro, ouro e outros minerais
Foto: Sérgio Castro/Estadão

A aquisição dos dois ativos daria ao grupo de Daniel Dantas uma operação de mineração de ferro e portuária robusta, com escoamento pela ferrovia da MRS Logística e acesso até o Porto Sudeste. A Bemisa passaria a produzir em torno de 15 milhões de toneladas por ano e teria no terminal —

localizado na Ilha da Madeira, na Baía de Sepetiba, no município de Itaguaí (RJ) — uma porta de saída para o mercado externo.

Alguns entraves cercam o processo de venda. A Morro do Ipê, por exemplo, tem de resolver o problema de três barragens de rejeitos sob a sua concessão para atender a legislação da ANM (Agência Nacional de Mineração). A agência apertou as exigências após o rompimento das barragens de rejeitos de Mariana (Fundão, da Samarco) e Brumadinho (da Vale), dois grandes desastres ambientais. O custo de descaracterização das três barragens, segundo especialistas, é elevado.

Outro entrave é o porto ser integrado com a mineradora em Minas Gerais. Pessoas a par do assunto observam que o processo de diligência por potenciais interessados em levar o ativo deve ser longo.



Há a chance de a venda ser separada, com um comprador ficando com o porto, e outro, com a mina, mas interlocutores observam que o mais provável é a venda em conjunto.

O Porto Sudeste tem uma dívida, até 2037, de R\$ 7,5 bilhões, carregada desde a construção do terminal. Os principais credores são instituições financeiras locais e estrangeiras, com destaque para Bradesco (R\$ 4,5 bilhões), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES (R\$ 1,1 bilhão), Bradesco-repasses do BNDES (R\$ 492,5 milhões) e Deutsche Bank/Natixis/BTG (R\$ 490 milhões). No curto prazo (2025), são vários bancos: Citibank (R\$ 407 milhões), Itaú (R\$ 293 milhões), ABC Brasil (R\$ 124 milhões), Santander (R\$ 80 milhões) e outras instituições.

A construção do Porto Sudeste, a partir de 2010, foi considerada importante para atender as pequenas e médias mineradoras de ferro de Minas Gerais sem terminal portuário. Mubadala e Trafigura adquiriram a empresa em fevereiro de 2014, herdada da conversão das dívidas de Eike em ações. O início de operação comercial ocorreu em janeiro de 2016.

Neste ano, até 30 de setembro, movimentou 20,5 milhões de toneladas de minério de ferro. Atualmente tem contratos para exportação de minério da Itaminas, AVG e J. Mendes. O terminal também está apto a operar granéis líquidos.

A Porto Sudeste do Brasil S.A. registrou receita líquida de vendas de bens e serviços de R\$ 3,46 bilhões no primeiro semestre, de acordo com demonstrativo financeiro da empresa. No período, a empresa teve prejuízo de R\$ 285,4 milhões. Até 30 de junho, a companhia tinha prejuízos acumulados de R\$ 9,64 bilhões e apresentava patrimônio líquido negativo R\$ 7,26 bilhões.

Projeto ambicioso na mineração

O plano de Dantas para o negócio de mineração, que inclui a mina de ouro Água Azul, no Pará, e outros minerais, é ambicioso. O empresário detém direitos minerários no sudeste do Piauí para uma mina de grande porte. O entrave é a logística de escoamento. Ele cogitou construir trecho de uma ferrovia até o Porto de Suape (PE), onde embarcaria o minério, mas o plano não avançou, e ele desistiu do projeto em 2023.

A Bemisa tem concessões de reservas de minério de ferro estimadas em 1,6 bilhão de toneladas no sul do Piauí, próximo ao traçado da Ferrovia Transnordestina. O grupo estruturou o Projeto Planalto Piauí para produção anual de até 15 milhões de toneladas, devendo fazer em etapas. O plano é começar com 3 milhões de toneladas.

A alternativa logística passa pela construção da Ferrovia Transnordestina, a cargo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que tem a concessão e conta com grande aporte de recursos públicos. A previsão é 2028. O traçado atual da ferrovia, com 804 km, sai de Eliseu Martins (PI), corta parte de Pernambuco, até Salgueiro, e daí sobe em direção ao Ceará, chegando ao Porto de Pecém.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/12/2025

MOTIVA CHEGA A MG E VIRA LÍDER EM EXTENSÃO DE RODOVIAS ADMINISTRADAS APÓS CONQUISTA DA FERNÃO DIAS

Com inclusão dos 569 km de vias da rodovia que liga São Paulo a Belo Horizonte, portfólio da empresa saltará para cerca de 5 mil km; Motiva já era a maior em faturamento

Por Elisa Calmon (Broadcast) e Mariana Ribas (Broadcast)

A operação da Fernão Dias (BR-381), arrematada pela Motiva (ex-CCR) nesta quinta-feira, 11, marcará a entrada da companhia no Estado de Minas Gerais. Além disso, reforçará a presença em São Paulo, segundo divulgado pela empresa logo após o leilão promovido na sede da B3, em São Paulo.

A Motiva desbancou outros dois concorrentes no processo competitivo de otimização do contrato da rodovia. Também participaram a Arteris, atual operadora, e o Grupo EPR. A Motiva saiu ganhadora após ofertar um desconto de 17,05% sobre a tarifa básica de pedágio de R\$ 0,03879 por quilômetro.

No pronunciamento, a companhia destacou ainda que, após a assinatura do contrato de concessão, prevista para 2026, e a inclusão dos 569 km de vias da Fernão Dias, a extensão do portfólio da Motiva Rodovias saltará dos atuais 4,475 mil km para aproximadamente 5,044 mil km. Deste modo, a empresa se tornará líder também no critério de extensão de vias administradas. Atualmente, já é a maior do segmento em termos de faturamento.



Motiva irá administrar 569 km de vias da Fernão Dias Foto: Rafael Arbex/Estadão

“Com esta conquista, que apresenta sinergias operacionais com nossas concessões no Estado de São Paulo e marca nossa chegada a Minas Gerais, avançamos em nosso plano de expandir nossos negócios de forma rentável e integrada, priorizando regiões com demanda conhecida e resiliente”, disse o presidente da Motiva Rodovias, Eduardo Camargo.

Esta é a segunda licitação de rodovias conquistada pela Motiva neste ano. Em maio, arrematou a otimização contratual da BR-163, no Mato Grosso Sul, trecho administrado pela Motiva Pantanal. No ano passado, venceu a disputa pela Rota Sorocabana (SP) e PR Vias, no Paraná.

Com a chegada da Fernão Dias ao portfólio, a empresa passa a somar 13 portfólios. Os outros Estados de atuação incluem ainda Rio Grande do Sul (ViaSul), Santa Catarina (ViaCosteira) e Rio de Janeiro (ViaLagos, ViaRio e RioSP).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 11/12/2025

A CHINA PEDE AO MÉXICO QUE ABANDONE ‘PRÁTICAS PROTECIONISTAS’, APÓS TARIFAÇÃO MEXICANO

País asiático é o mais afetado pelas tarifas aprovadas pelo Congresso mexicano na quarta-feira, 10, que também atingem o Brasil e outros dez parceiros comerciais

Por Redação

O Ministério do Comércio da China apelou ao México que corrija “práticas unilaterais e protecionistas” o mais rápido possível. O governo da superpotência afirmou que aumentos tarifários anunciados na quarta-feira, 10, pelo país latino-americano prejudicam os interesses chineses.



A manifestação do país asiático foi publicada no site do ministério, nesta quinta-feira, 11, depois de o Congresso mexicano ter aprovado um aumento de pelo menos 35% nas tarifas de importação de 1,4 mil produtos de 12 países, entre eles o Brasil e a China, o principal afetado. A expectativa é de que as novas tarifas entrem em vigor em 1º de janeiro.

China reage a novas restrições comerciais de interesse dos EUA (na foto, porto em Nanjing, província de Jiangsu, no leste da China, na terça-feira, 9) Foto: STR/AFP



Embora as tarifas aprovadas pelo Congresso mexicano tenham sido reduzidas em relação ao anúncio inicial, ainda ferem os interesses nacionais da China, disse o ministério.

A China prosseguirá com a investigação sobre barreiras comerciais e de investimento do México, aberta em setembro, após o governo mexicano anunciar planos de elevar tarifas sobre importações de bens de países sem acordo de livre-comércio com o México.

A proposta inicial, voltada a fortalecer indústrias locais e substituir importações da Ásia, afetava cerca de US\$ 52 bilhões em compras, informou à época o Ministério da Economia mexicano.

“Esses produtos já tinham tarifa...o que faremos é elevá-la até o teto permitido pela Organização Mundial do Comércio”, disse o ministro da Economia, Marcelo Ebrard.

Os investimentos chineses no México cresceram nos últimos anos e ampliaram o comércio bilateral. Mas a enxurrada de exportações chinesas também ameaça a virada do México para a manufatura de alto valor agregado, e aumenta a pressão da administração de Donald Trump por uma postura comercial mais dura em relação ao principal rival americano no comércio internacional.

Pequim já havia advertido o México a reconsiderar os aumentos e feito ameaça de retaliação.

Segundo o ministério chinês, os reajustes podem até atender à próxima revisão do acordo EUA-México-Canadá (USMCA), mas nenhum pacto deve vir às custas do comércio global ou lesar interesses legítimos da China.

Nesta semana, o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, afirmou que o USMCA poderá ganhar nova configuração após ser renegociado em 2026.

O ministério chinês disse valorizar os laços com o México e esperar que o país trabalhe com Pequim para resolver diferenças e aprofundar a cooperação. “Esperamos que o México leve essas preocupações a sério e proceda com cautela”, acrescentou.

O México tem acordos de livre-comércio com mais de 50 países, incluindo o Japão. Entre aqueles com os quais não tem acordo, a China desponta como um dos maiores exportadores. Outros destaques são Coreia do Sul e Índia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/12/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

AEROPORTO DE CONGONHAS ESTENDE OPERAÇÃO APÓS CANCELAMENTOS E ATRASOS DE VOOS EM SÃO PAULO

Medida acontece em meio ao ciclone que atingiu São Paulo na quarta-feira; Ministério dos Portos e Aeroportos e Anac afirmaram que monitoram o atendimento prestado aos passageiros afetados

Por Marlla Sabino, Valor — Brasília

O Aeroporto de Congonhas estenderá as atividades aéreas, de forma excepcional, até 0h dessa sexta-feira, informaram o Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A medida acontece em meio ao cancelamento e atrasos de voos no terminal em decorrência do ciclone que atingiu São Paulo ontem.

Em nota, os órgãos afirmaram que monitoram o atendimento prestado aos passageiros afetados por atrasos e cancelamentos de voos.



Ministério e a Anac recomendam entrar em contato direto com a companhia aérea para solicitar assistência prevista pelas regras do setor para casos de cancelamentos e atrasos — Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

"A suspensão de voos, em virtude da forte ventania, se deu para garantir a segurança dos passageiros e a segurança aérea como um todo. As medidas necessárias estão sendo adotadas, como eventuais ajustes operacionais, para a rápida normalização das atividades", afirmaram, em nota.

O Ministério e a Anac recomendam que os passageiros entrem em contato direto com a companhia aérea para solicitar as assistências previstas pelas regras do setor para casos de cancelamentos e atrasos. Caso não haja solução adequada, o passageiro pode registrar reclamação na plataforma consumidor.gov.br.

Quando ocorre atraso, cancelamento ou interrupção de voo, o passageiro tem direito à assistência material gratuita, conforme o tempo de espera no aeroporto, contado a partir do momento da ocorrência.



Após uma hora, a companhia deve fornecer meios de comunicação, como internet e telefone. A partir de duas horas, o passageiro tem direito à alimentação, que pode ser oferecida por voucher, refeição ou lanche. Depois de quatro horas de espera, passa a ter direito também à hospedagem, caso seja necessário pernoitar no aeroporto, além do transporte de ida e volta entre o aeroporto e o local de hospedagem.

Aeroporto de Congonhas lotado devido a cancelamento de voos na quarta-feira — Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Em atrasos superiores a quatro horas, cancelamentos ou interrupções do serviço, a empresa deve oferecer ao passageiro a possibilidade de escolher entre reacomodação em outro voo, reembolso integral ou execução do serviço por outra modalidade de transporte, quando aplicável.

A reacomodação deve ser gratuita e ocorrer na primeira oportunidade, em voo próprio ou de outra companhia, com data e horário mais próximos aos do voo original. Se essa opção não for conveniente, o passageiro pode escolher outro voo da mesma empresa em data e horário de sua preferência, sem custos adicionais.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/12/2025

GOVERNO INSTITUI PROGRAMA PARA DESCARBONIZAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO E DE NAVEGAÇÃO

Objetivo é construir, de forma colaborativa com os diferentes segmentos do setor, um conjunto de diretrizes voltadas à descarbonização do sistema

Por Valor — Brasília



Porto de Itaguaí — Foto: Nelson Perez/Valor

O governo instituiu o Programa Nacional de Descarbonização de Portos (PNDPortos) e do Programa Nacional de Descarbonização da Navegação (PND-Navegação).

O objetivo dos programas é construir, de forma colaborativa com os diferentes segmentos do setor portuário e da navegação, um conjunto de diretrizes voltadas à descarbonização do sistema portuário e da navegação nacional.

A medida consta de portaria do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, publicada nesta quinta-feira (11) no Diário Oficial da União (DOU).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/12/2025

MOTIVA, EX-CCR, CONQUISTA CONCESSÃO DA FERNÃO DIAS, COM 17,05% DE DESCONTO SOBRE PEDÁGIO

Processo competitivo, na sede da B3, em São Paulo, foi inédito: além de ter atraído competição pela 1ª vez para um projeto do gênero, terminou com o atual controlador perdendo o contrato

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Trecho da Fernão Dias, que interliga São Paulo a Minas Gerais — Foto: Divulgação

A Motiva (CCR) conquistou a concessão da rodovia Fernão Dias, entre São Paulo e Minas Gerais, hoje operada pela Arteris. A empresa fez uma oferta de 17,05% de desconto sobre a tarifa de pedágio. O processo competitivo do contrato, realizado nesta quinta-feira (11), na sede da B3, em São Paulo, foi inédito: além de ter atraído competição pela primeira vez para um projeto do gênero, terminou com o atual controlador perdendo o contrato.

Com a vitória, o grupo assumirá a concessão, que terá duração de mais 15 anos e prevê R\$ 9,5 bilhões de investimentos, além de outros R\$ 5,4 bilhões em custos operacionais estimados.

Além disso, a empresa terá que pagar uma indenização à Arteris. O edital prevê um pagamento de R\$ 295 milhões, mas o valor poderá sofrer ajustes a depender dos saldos de dívida e caixa da concessionária no momento do desembolso.

A Motiva prevê assumir o contrato entre abril e maio de 2026, segundo Eduardo Camargo, presidente da divisão de rodovias do grupo.

Além da empresa, participaram da disputa outros dois grupos. A própria Arteris, que fez oferta de 0%, e a EPR, que propôs deságio de 11,25%.

Financiamento do projeto

A vitória da Motiva se dá logo após o anúncio da venda da divisão de aeroportos da empresa, em que o grupo receberá R\$ 5 bilhões em pagamento da compradora, a mexicana Asur. A companhia se



desfez do negócio como forma de reduzir sua alavancagem financeira e assim ganhar fôlego para disputar as oportunidades nos setores de rodovias e trilhos.

A conquista da nova concessão não deverá afetar de forma significativa a alavancagem financeira do grupo. “O impacto na alavancagem não é tão relevante. Vai ter um aumento de tarifa relevante nos primeiros três anos, e o projeto gera caixa desde o início. E, com a saída de aeroportos, que deve ocorrer entre abril e julho, isso vai abrir um espaço no nosso balanço, trazendo a gente de volta à estrutura de capital que almejamos estar”, afirmou, ao Valor, Waldo Perez, vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores da empresa, após a vitória.

“É um projeto que gera muito caixa, então ajuda que essa geração de caixa, por si própria, financie parte dos investimentos”, disse.

Ao anunciar a venda de sua divisão de aeroportos, há cerca de um mês, a Motiva sinalizou que sua alavancagem (medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda) ficaria abaixo de três vezes. Ao ser questionado sobre a manutenção dessa projeção, com o novo projeto, Perez disse que pode ficar “um pouco acima”, mas que a empresa não dá projeções do indicador.

Segundo Eduardo Camargo, que comanda a área de rodovias da Motiva, a empresa deverá buscar o mercado para financiar o projeto. “Hoje, a concessionária já tem uma debênture existente, inclusive faz parte das obrigações que a concessionária peça um ‘waiver’ para a troca de controle desse investimento. Provavelmente a melhor solução que está no nosso plano de negócio é ir ao mercado, incrementar esse financiamento com dívidas de mercado mesmo”, afirmou.

Histórico

A concessão da Fernão Dias, iniciada em 2008, passou por uma repactuação junto ao governo federal, no âmbito da câmara de consenso do Tribunal de Contas da União (TCU). A competição é a última etapa desse processo. A etapa foi inserida pelo poder público para garantir o risco moral de renegociar os termos do contrato sem oferecer o ativo ao mercado, beneficiando um grupo econômico específico. No mercado, o processo foi visto como uma espécie de aquisição assistida pelo governo.

Esta foi a primeira concorrência do gênero a efetivamente ter uma disputa e na qual o atual controlador perdeu o ativo. Já foram realizados outros três processos competitivos de concessões repactuadas — o da MSVia, da Motiva; o da Eco101, da Ecorodovias; e o da Autopista Fluminense, da Arteris. Porém, estes não atraíram propostas de outros grupos, então a atual controladora não teve problemas em seguir à frente do ativo com a renegociação.

Novas obras

Segundo a Motiva, a empresa está pronta para iniciar as obras desde o dia 1 do contrato, e há acordos costurados com “uma ou mais” construtoras.

“Quando a gente estuda qualquer oportunidade, seja a repactuação ou o novo leilão, nosso time de ‘supply chain’ faz todo um trabalho anterior, de forma que a gente já tem algo pré-contratado (...), o que mitiga esse risco [de execução de obras]. E a gente tem parceiros que vem desenvolvendo em conjunto que já estão prontos para entrar em campo, a gente consegue sair executando desde o dia 1º”, afirmou Perez.

Segundo Camargo, os investimentos previstos no contrato, da ordem de R\$ 9,5 bilhões, são de baixa complexidade. “A gente estudou muito uma solução para o pavimento, grande parte do investimento é recuperar o pavimento, o próprio contrato tem uma exigência grande de reconstrução de boa parte desse pavimento”, afirmou.

Ao ser questionado sobre o apetite por novos projetos, Camargo disse que o interesse seguirá “seletivo”. “É o que a gente tem dito. Como o ministro [dos Transportes, Renan Filho] comentou, tem um ‘pipeline’ interessante de leilões, não só no âmbito federal, mas no subnacional. A gente vai

continuar olhando esses ativos que se encaixam no perfil da Motiva, com todo o interesse de ganhar novos leilões.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/12/2025

EUA APLICAM SANÇÕES CONTRA SOBRINHOS DE MADURO E SEIS NAVIOS COM PETRÓLEO DA VENEZUELA

Na quarta, presidente americano confirmou que o país apreendeu um petroleiro venezuelano

Por Valor, com Reuters — São Paulo



Trump e Maduro — Foto: Anna Rose Layden/Reuters e Leonardo Fernandez Viloria/Reuters

Os Estados Unidos anunciaram nesta quinta-feira novas sanções a três sobrinhos do líder venezuelano, Nicolás Maduro, e a seis navios que estariam transportando o petróleo do país, segundo comunicado divulgado pelo Departamento de Tesouro.

As novas sanções contra Franqui Flores, Carlos Flores e Efraín Campo foram anunciadas um dia depois de Trump declarar que os EUA haviam apreendido um petroleiro na costa da Venezuela.

As sanções também incluem o empresário panamenho Ramon Carretero Napolitano e seis navios com bandeira venezuelana acusados de transportar petróleo. São eles: H. Constance, fabricado em 2002; Lattafa, fabricado em 2003; Kiara M, fabricado em 2004; Munique, fabricado em 2005; Tamia, fabricado em 2006; White Crane, fabricado em 2007;

As embarcações estão ligadas a seis empresas diferentes, sendo quatro sedidas nas Ilhas Marshall, uma no Reino Unido e outra nas Ilhas Virgens Britânicas. As entidades também foram incluídas na lista do governo americano. São elas:

- Arctic Voyager Incorporated;
- Full Happy Limited;
- Myra Marine Limited;
- Arctic Voyager Incorporated;
- Ready Great Limited;
- Sino Marine Services Limited.

As medidas buscam bloquear o acesso deles a qualquer bem ou ativo financeiro mantido nos Estados Unidos, além de impedir que empresas e cidadãos americanos realizem negócios com os sancionados. Bancos e instituições financeiras que desrespeitarem essas restrições poderão enfrentar sanções ou ações de fiscalização.

Trump vem levantando repetidamente a possibilidade de intervenção militar na Venezuela, acusando o país de enviar narcóticos para os Estados Unidos.

Desde o início de setembro, o governo Trump realizou mais de 20 ataques contra supostos navios de drogas no Caribe e no Pacífico, matando mais de 80 pessoas. Em um documento estratégico divulgado na semana passada, ele destacou que a política externa de seu governo teria como foco reafirmar a influência dos EUA no Hemisfério Ocidental.

Maduro, por sua vez, alega que o aumento militar dos EUA visa derrubá-lo para o controle das reservas de petróleo do país sul-americano.

Recentemente, o Exército americano enviou uma par de aviões de combate sobre o Golfo da Venezuela no que parece ser a aproximação mais próxima de aeronaves de guerra americanas ao espaço aéreo do país sul-americano.

Putin garante apoio a Maduro

O presidente russo, Vladimir Putin, conversou por telefone nesta quinta com Maduro, informou o Kremlin.

Moscou assegurou o apoio ao regime do país sul-americano frente à crescente pressão dos Estados Unidos.

Já o presidente bielorrusso, Alexander Lukashenko, teve o seu segundo encontro com Jesus Rafael Salazar Velazquez, embaixador venezuelano em Moscou.

Segundo a agência estatal de notícias de Belarus, Belta, Lukashenko, que mantém relações amistosas com a Venezuela, disse ao enviado em novembro que Maduro era sempre bem-vindo em Belarus e que era hora de ele fazer uma visita.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/12/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BRADO MODERNIZA OPERAÇÃO LOGÍSTICA EM TERMINAIS EM SP E MT

Da Redação Portos e logística 11/12/2025 - 18:22



A Brado Logística comprou três pórticos para reforçar sua infraestrutura operacional nos terminais ferroviários de Sumaré, em São Paulo, e de Rondonópolis, no Mato Grosso. Segundo a empresa, dois dos equipamentos usam tecnologia de operação de cargas pesadas de maneira remota. O objetivo anunciado pela companhia é de melhorar as operações com trens nos processos de carga e descarga de contêineres e expandir a capacidade de armazenamento deles com melhor aproveitamento das áreas dos pátios.

O diretor de operações da empresa, Ederson Padilha da Costa, disse que os investimentos fazem parte das iniciativas para implementação do Projeto Carrossel, que visa criar um hub logístico multimodal de contêineres e um corredor central de distribuição de cargas, integrando ferrovia e rodovia para reduzir o tempo de transporte.

A Brado informou que os pórticos Rubber Tired Gantry (RTG) que chegarão ao terminal de Sumaré operam sobre pneus e com operação remota, da sala de controle da empresa. Já o destinado a Rondonópolis será do tipo Rail-Mounted Gantry (RMG), sobre trilhos, com condução a partir de uma cabine no próprio pórtico.

Segundo a companhia, no terminal de Sumaré a movimentação era feita por máquinas semelhantes a empilhadeiras, capazes de agrupar até cinco contêineres de altura e fazer 12 movimentos por hora.

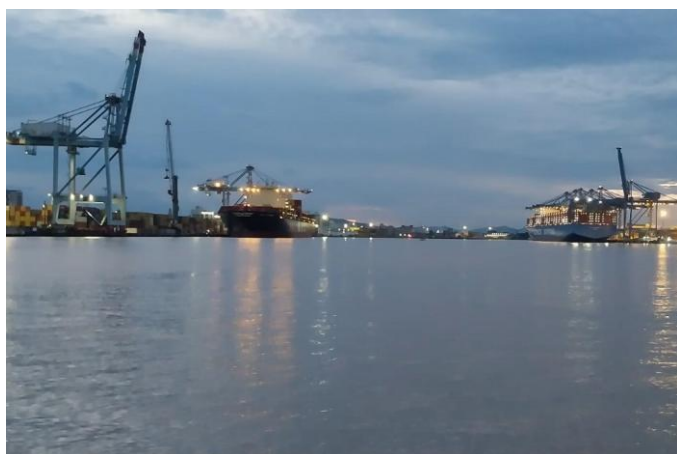
Com os novos pórticos, será possível empilhar até seis unidades e realizar até 22 movimentos por hora. Os modelos contam ainda com sensores anticollisão, que interrompem o funcionamento em caso de obstáculos, e câmeras de monitoramento, fornecendo leitura de ambiente, peso dos contêineres e altura dos cabos de aço.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/12/2025

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ SERÁ TRANSFERIDA EM JANEIRO PARA CODEBA

Da Redação Portos e logística 11/12/2025 - 17:26



Foi publicada nesta quinta-feira (11), no Diário Oficial da União, a transferência, a partir de 1º de janeiro de 2026, da Autoridade Portuária de Santos (APS) para a Companhia Docas da Bahia (Codeba), da responsabilidade pela administração do Porto de Itajaí, em Santa Catarina. A empresa baiana já administra os terminais de Salvador, Aratu e Ilhéus, todos na Bahia.

A APS assumiu a gestão do Porto de Itajaí em 2 de janeiro de 2025, quando terminou a concessão ao município e a responsabilidade voltou para a União. Segundo o presidente da

APS, Anderson Pomini, sob administração da empresa, o porto catarinense operou sem interrupção, teve faturamento médio mensal de R\$ 14,5 milhões e manteve os 70 trabalhadores que já atuavam no terminal.

Além disso, informou Pomini, no período sob controle da APS foi retomado o trabalho de dragagem e de manutenção, no qual foram investidos R\$ 40,5 milhões, e aprovado investimento de R\$ 154 milhões para melhoria da infraestrutura do porto catarinense. "Cumprimos a missão dada pelo Ministério de Portos e Aeroportos. Desejamos sucesso para a gestão da Codeba", disse.

Já Antonio Gobbo, presidente da Codeba, explicou que a meta agora é trabalhar para a criação de uma companhia docas federal para assumir o controle do Porto de Itajaí. Ele prometeu que, enquanto estiver com a responsabilidade sobre as operações no terminal catarinense, vai buscar manter a autonomia da gestão local.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/12/2025

MARINHA ASSINA COM ESTALEIRO INDIANO ACORDO PARA MANUTENÇÃO DE SUBMARINOS

Da Redação Indústria naval 11/12/2025 - 16:56



A Marinha do Brasil (MB) assinou, na última terça-feira (9), um memorando de entendimento (MoU) com o estaleiro indiano Mazagon Dock Shipbuilders para manutenção dos submarinos da classe Scorpène. Segundo a força naval, o objetivo é garantir a eficiência durante todo o ciclo de vida dos submarinos da classe Riachuelo e que estejam sempre disponíveis para operações de patrulhamento na costa brasileira.

O acordo prevê a otimização de processos de

manutenção, o intercâmbio de conhecimento, a capacitação de pessoal brasileiro e o desenvolvimento conjunto de tecnologias. Um dos objetivos, explicou a Marinha, é reduzir a dependência externa e aumentar a capacidade do Brasil no domínio de áreas da engenharia naval consideradas estratégicas.

Os submarinos da classe Riachuelo são equipados com sensores modernos e armamentos de última geração. A construção das embarcações faz parte do Programa Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), da Marinha do Brasil, cujo primeiro deles, o submarino Riachuelo, foi incorporado ao setor operativo da força naval em 2022.

O estaleiro Mazagon Dock Shipbuilders é especializado na construção de navios comerciais e militares, incluindo submarinos, para vários segmentos de atividades, de barcos pesqueiros a multipropósitos, além de estruturas para exploração de óleo e gás offshore. Segundo a empresa, desde sua criação, em 1960, já foram construídas mais de 800 embarcações em suas instalações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/12/2025

SUAPE FORTALECE RELAÇÕES COM SUDESTE ASIÁTICO E MIRA NOVAS ROTAS COMERCIAIS

Da Redação Portos e logística 11/12/2025 - 17:00



O diretor-presidente do Complexo de Suape, Armando Monteiro Bisneto, assinou na última quarta-feira (10), em Brasília, acordo de cooperação técnica com a Frente Parlamentar Brasil-Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático). O objetivo é atrair investimentos, diversificar mercados e fortalecer o uso do porto pernambucano em rotas de comércio para a Ásia.

A cerimônia de assinatura reuniu embaixadores de países do Sudeste Asiático, representantes do Japão e da China e empresários. Na ocasião, Bisneto

apresentou informações sobre a infraestrutura portuária de Suape e sobre projetos que estão sendo realizados no complexo. Criada em março de 2025, a Frente Parlamentar Mista Brasil-Asean atua como elo entre o setor produtivo, o Congresso e os parlamentos asiáticos.

Segundo dados divulgados pela autoridade portuária de Suape, o Sudeste Asiático, formado por Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia, Vietnã, Brunei e Timor Leste, tem mais de 680 milhões de consumidores. E os produtos internos brutos deles somados superam quatro trilhões de dólares.

Além disso, os países daquela região já são destino de produtos exportados pelo Brasil, incluindo soja, trigo, açúcar e derivados de petróleo, e Suape já opera uma rota semanal para a Ásia, com escalas em Cingapura e outros portos do continente. A expectativa da autoridade portuária é, agora, além de atrair investimentos, estabelecer novas rotas comerciais para a Ásia para exportação de bens produzidos no complexo de Pernambuco e em outros estados do Nordeste.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/12/2025

ABTRA ELEGE CONSELHOS DIRETIVOS PARA 2026-2028

Executivos 11/12/2025 - 16:49

A Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), em assembleia com as empresas associadas, elegeu na última quarta-feira (10) os empresários Bayard Freitas Umbuzeiro Filho, da Transbrasa, e Antônio Carlos Fonseca Cristiano, da Marimex, para os cargos de presidente



e vice-presidente do Conselho de Administração para o triênio 2026-2028. No mesmo dia, foram escolhidos também os novos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, que decidiram manter Angelino Caputo como presidente-executivo.

Segundo a entidade, a nova composição do conselho de administração mantém o perfil da gestão atual e terá entre suas missões trabalhar pelo aprimoramento do PL 733/2025, de atualização da Lei dos Portos. Além disso, vai atuar por mudanças no despacho aduaneiro via Portal Único e de outras regras do setor

e no suporte e à liberação de cargas.

Criada há mais de 36 anos, a Abtra representa 49 empresas administradoras de recintos alfandegados. Seu objetivo é defender os interesses das associadas perante a Receita Federal, autoridades aduaneiras, ministérios, agências reguladoras e outros envolvidos com a logística de transporte do comércio exterior.

Conselho de Administração (Titulares e Suplentes)

- Bandeirantes Logística Integrada – Washington Flores / Erico Sodré Quirino Ferreira
- Ecoporto Santos – Luiz Cláudio de Araújo Simões / Robson Luiz Bissani
- Eldorado Brasil Celulose Logística – Flávio da Rocha Costa / Otávio Luis Grottone
- Fibria Terminal de Celulose de Santos – Patrícia Dutra Lascosque / Eldiclei Araújo
- Marimex Despachos, Transportes e Serviços – Antônio Carlos Fonseca Cristiano / José Edgard Laborde Gomes
- Multilog Brasil – Djalma Lúcio Rodrigues Vilela / Alexandre Heitmann
- Rocha Terminais Portuários e Logística – Giana Marilisa Custódio / Natalia Maria Cavalcante Dubeski
- Santos Brasil Participações – Antônio Carlos Duarte Sepúlveda / Bruno Stupello
- Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado – Rodrigo Casado Oliveira da Silva / Cristiane Dalmati
- Transbrasa Transitária Brasileira – Bayard Freitas Umbuzeiro Filho / Bayard Freitas Umbuzeiro Neto

Conselho Fiscal (Titulares e Suplentes)

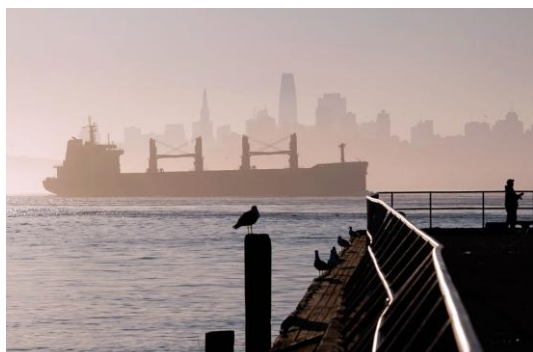
- Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional – Luis Antonio Floriano / Leandro Luiz Chiachio
- Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – João Paulo Amaro Rocha Filho / Ricardo Garcia de Oliveira Fernandes

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/12/2025

WSC DEFENDE PAPEL DO TRANSPORTE MARÍTIMO NA DESCARBONIZAÇÃO

Da Redação Navegação 10/12/2025 - 21:20



O Conselho Mundial de Navegação (WSC, na sigla em inglês) destacou, nesta quarta-feira (10), no lançamento da 'Década do Transporte Sustentável das Nações Unidas', o papel do transporte marítimo na redução das emissões em todas as cadeias de suprimentos globais. A entidade ressaltou que a maior parte do debate sobre transporte sustentável hoje concentra-se nos veículos urbanos e que o transporte marítimo é frequentemente descrito como difícil de descarbonizar.

O presidente do conselho, Joe Kramek, lembrou que a transição energética do transporte marítimo representaria grande oportunidade para as nações

investirem em combustíveis e infraestrutura renováveis. Em seu discurso na ONU, ele enfatizou que a "etapa marítima" das cadeias de suprimentos deve ser totalmente incluída nos trabalhos da Década do Transporte Sustentável.

Segundo Kramek, o setor de transporte marítimo de linha regular está investindo 150 bilhões de dólares até 2030 na construção de 1.035 navios bicomcombustíveis para operar com combustíveis de baixa ou nenhuma emissão de gases de efeito estufa. "Esses são pedidos firmes já realizados. Esperamos que a Década do Transporte Sustentável possa unir os setores público e privado para viabilizar combustíveis marítimos verdes acessíveis e infraestrutura adequada, aproveitando as oportunidades econômicas da descarbonização do transporte marítimo e acelerando a redução das emissões em todas as cadeias de suprimentos globais", afirmou.

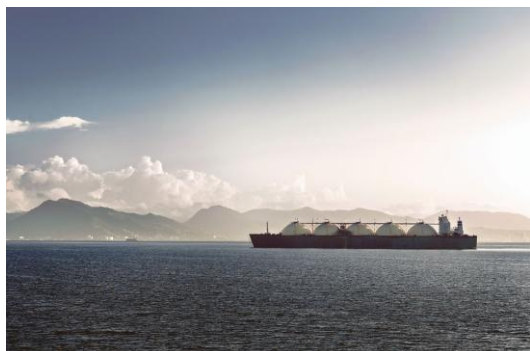
A WSC destacou também a importância de haver uma regulamentação global eficaz sobre gases de efeito estufa (GEE) na Organização Marítima Internacional (IMO). Ao aumentar a visibilidade do transporte marítimo na Década das Nações Unidas para o Transporte Sustentável, explicou a entidade, ela visa garantir que o setor seja reconhecido e apoiado como parte fundamental das soluções para um futuro sustentável.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/12/2025

LOTE A DOS GASEIROS PODE SER CONSTRUÍDO NO ORIENTE MÉDIO

Por Danilo Oliveira Indústria naval 10/12/2025 - 20:50



Consórcio com estaleiro do Bahrein apresentou melhor proposta na concorrência da Transpetro para 3 navios de 10.000 toneladas. Processo está em fase de habilitação, aguardando entrega de documentação. Quando definida, homologação será junto com lote B, a ser construído em Rio Grande (RS)

O consórcio KIT / estaleiro Asry (Arab Shipbuilding and Repair Yard), do Bahrein, apresentou a melhor proposta para o lote A da licitação da Transpetro destinada à construção de navios gaseiros, segundo edital do

programa de renovação e modernização da frota da companhia. O processo está em fase final de habilitação, aguardando a entrega dos últimos documentos. Caso seja confirmado vencedor e tenha o resultado homologado, o grupo ficará responsável pela construção de três gaseiros com capacidade para 10.000 toneladas, conforme previsto em edital. Os dois lotes da concorrência envolvem a encomenda de um total de oito navios.

Caso o consórcio seja homologado vencedor do lote A, os três navios serão construídos no Oriente Médio. Os outros cinco gaseiros, do lote B, devem ser construídos no Estaleiro Rio Grande (RS), da Ecovix, conforme confirmado anteriormente pela Transpetro. Essa encomenda compreende três navios de 7.000 toneladas e dois de 14.000 toneladas. Esse lote encerrou a fase processual e o resultado será homologado junto com o resultado do lote A, abrangendo a licitação como um todo.

"Minha ideia é, até o final deste ano, ter a homologação desta licitação. Devemos homologar no final do ano e quero ver se assinamos os contratos dos dois lotes (A e B) durante o mês de janeiro (de 2026)", disse o presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, em entrevista exclusiva à Portos e Navios. Ele não deu detalhes sobre o valor final das encomendas dos gaseiros.

A abertura dos envelopes do edital dos gaseiros ocorreu no final de setembro. De acordo com a plataforma Petronect, o lote A recebeu cinco propostas. A proposta com menor valor foi do KIT L.L.C-FZ (US\$ 125 milhões). Na sequência, aparecem outras duas de grupos chineses: Zhoushan Da Shenzhou Shipbuilding (US\$ 165 milhões) e Dalian Shipbuilding Offshore (US\$ 181,77 milhões). A Ecovix apresentou proposta de US\$ 270 milhões e a Fincantieri do Brasil, de US\$ 546,78 milhões. As

regras da licitação preveem que os dois lotes não podem ser vencidos pelo mesmo estaleiro ou consórcio.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/12/2025

CÂMARA DE NITERÓI APROVA PL DO REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DO SETOR NAVAL

Por Nelson Moreira Indústria naval 10/12/2025 - 20:32



Projeto apresentado pelo executivo municipal prevê isenção de multas e juros, permitindo a estaleiros refinar em até 20 anos pendências com a prefeitura

Com votos de 17 dos 18 dos vereadores presentes, a Câmara Municipal de Niterói aprovou, na última terça-feira (9), o projeto de lei de autoria do prefeito Rodrigo Neves (PDT-RJ) que concede a empresas do setor naval condições excepcionais para a regularização de débitos tributários com o município, incluindo IPTU, Taxa de Coleta de Lixo (TCIL) e ISSQN. O projeto depende agora apenas

da sanção de Neves, e a expectativa da prefeitura é de que sejam renegociados R\$ 300 milhões de dívidas com o município.

Pelo texto aprovado, serão concedidos descontos de até 100% sobre multas e juros para pagamentos à vista, mas sem alteração do valor original da dívida. O projeto permite ainda o pagamento parcelado em até 20 anos, com descontos de até 90% de juros e multas. Empresas em processo de recuperação judicial ou falência terão direito a parcelar suas dívidas em até 15 anos. Os benefícios serão concedidos aos contribuintes no prazo de 120 dias após a formalização da adesão.

Neves disse que a isenção de juros e multas e parcelamento das dívidas com o município faz parte do esforço da prefeitura para recuperar a competitividade e a saúde financeira das empresas do setor naval com sede na cidade. “De todos os setores econômicos, o que mais sofreu com a crise foi o naval. Elaboramos um projeto de lei de um Refis para a indústria naval visando à regularização e recuperação econômica do setor”, explicou o prefeito.

O CEO do estaleiro Mauá, Miro Arantes, elogiou o projeto e ressaltou que ele pode ser decisivo para a recuperação das empresas niteroienses do setor naval. “Sem esse projeto de lei, estaleiros como o Mauá não conseguiriam dar conta de suas dívidas. Nós temos uma contribuição enorme a fazer para a cidade, gerando empregos e riqueza”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/12/2025

SÉRGIO BACCI, DA TRANSPETRO: 20 NAVIOS PARA LICITAR EM 4 ANOS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 10/12/2025 - 20:17



Após lançamento de 3 editais para encomenda de 16 navios para renovação da frota, subsidiária da Petrobras estuda viabilidade de mais 4 embarcações, classe MR2, para licitação em 2026

A Transpetro faz um balanço positivo do programa de renovação e modernização da frota de navios. Além dos 16 navios previstos no plano de negócios da Petrobras para o período 2025-2029 (4 Handy, 8 gaseiros e 4 Medium Range — MR1), existe a possibilidade de um novo edital com mais quatro navios que estão em estudo,

conforme o plano de negócios 2026-2030 da holding, aprovado no final de novembro. Confirmando esse novo edital, a subsidiária de transporte e logística alcançará a marca de 20 novos navios para serem incorporados às suas operações nos próximos anos.

A princípio, está em estudo a possibilidade de que sejam quatro navios Medium Range (MR2). “Queremos terminar a licitação do MR1 e ver a possibilidade de lançar, no ano que vem, esses quatro MR2 para, até o final do ano (2026), termos essa licitação concluída e entregar licitado a construção de 20 navios nesses quatro anos [de gestão]”, projetou o presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, em entrevista exclusiva à Portos e Navios.

Bacci lembrou que o programa do ciclo anterior (Promef) licitou 42 navios, sendo que foram entregues 26 navios, num período mais longo — 12 anos. “Estamos colocando licitações na rua de 20 navios em quatro anos. Estamos sendo bem mais céleres do que foi no passado. Vamos praticamente dobrar a frota de navios da Transpetro nesses quatro anos que estamos aqui”, destacou.

Os quatro Handy devem começar a ser construídos em março de 2026, considerando o início do corte das chapas. Esses petroleiros serão construídos pelo Estaleiro Rio Grande (RS), da Ecovix, e concluídos no Estaleiro Mac Laren, em Niterói (RJ). As donas dos dois estaleiros compõem o consórcio Marenova, que venceu a licitação, cujo contrato foi assinado em fevereiro.

O investimento total dessa encomenda dos Handy é de US\$ 278 milhões. O contrato de eficácia, que permitiu a liberação dos primeiros recursos para a obra, foi anunciado em agosto, durante a Navalshore. “O estaleiro está na fase final do projeto. Já está comprando aço e deve começar a cortar chapa entre final de fevereiro e março de 2026”, relatou Bacci. A expectativa é que os navios sejam lançados entre 18 e 20 meses após o começo do corte das chapas.

No edital dos gaseiros, a Transpetro pretende homologar os resultados da licitação até o final de 2025. Já para os quatro navios classe MR1, de 40.000 toneladas cada, cujo edital foi lançado em novembro, a previsão é que as propostas sejam abertas em fevereiro de 2026, antes do Carnaval.

“Temos tido consultas [sobre os MR1] de vários estaleiros, inclusive brasileiros. Aguardamos as propostas em fevereiro”, afirmou Bacci. Outro destaque é a licitação para 18 barcaças e 18 empurradores, cuja abertura das propostas está prevista para a próxima sexta-feira (12). “Estou bem confiante que será uma licitação bastante competitiva de barcaças e empurradores”, acrescentou.

Aliviadores

Em março, a Transpetro também anunciou a contratação de nove navios de posicionamento dinâmico de alta tecnologia da classe Suezmax DP2. Os aliviadores irão dobrar a capacidade atual de alívio das plataformas do Sistema Petrobras de 700.000 toneladas de porte bruto (TPB) para 1,35 milhão de TPB até 2028.

A vencedora foi a empresa Tsakos Energy Navigation (TEN). A contratação dessas embarcações foi realizada por meio de consulta internacional ao mercado conduzida pela TIBV, subsidiária holandesa da Transpetro. “Esses navios estão sendo feitos na Coreia e têm que ser entregues para nós até 2028”, comentou Bacci.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/12/2025

TRANSPETRO RECEBE CERTIFICAÇÃO MÁXIMA DO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Da Redação Portos e logística 10/12/2025 - 18:27

A Transpetro recebeu, na última terça-feira (9), o selo diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), o mais elevado concedido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e



tribunais de Contas de estados e municípios. O programa é considerado a mais importante avaliação das prestações de contas governamentais do país. A premiação ocorreu na sede do TCU, em Brasília.

Com índice de transparência de 96,90%, a subsidiária da Petrobras está entre as 10 estatais com melhor desempenho na avaliação do programa. A certificação mede o nível de acessibilidade e a confiabilidade de ações, decisões e informações disponíveis em portais da administração pública federal. O resultado é definido a partir da

autoavaliação da companhia, da validação técnica por auditores especializados do TCU e da revisão de garantia de qualidade.

A direção da Transpetro classificou a certificação com o selo diamante como consequência da evolução consistente dos últimos três anos, já que em 2023 ficou no nível intermediário e em 2024 recebeu o selo ouro. Segundo a empresa, a melhora na avaliação de suas ações é resultado de investimentos em tecnologia, capacitação de equipes e aprimoramento dos canais de comunicação com a sociedade, além da adesão à Lei de Acesso à Informação (LAI).

O presidente da companhia, Sérgio Bacci, disse que o recebimento do selo diamante confirma que o modelo de governança é sólido e que a transparência é o pilar das atividades da empresa. "Seguiremos avançando para que a Transpetro continue sendo referência não só em logística e eficiência operacional, mas também em integridade e responsabilidade pública", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/12/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 11/12/2025